



Universidade de Brasília (UNB)
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCinF)

Neilia Barros Ferreira de Almeida

Biblioteconomia no Brasil análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino

Orientadora: Prof. Dra. Sofia Galvão Baptista

Brasília, DF
2012



Universidade de Brasília (UNB)
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCinF)

Neilia Barros Ferreira de Almeida

Biblioteconomia no Brasil

análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof. Dra. Sofia Galvão Baptista

Brasília, DF
2012



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino".

Autor (a): Neilia Barros Ferreira de Almeida

Área de concentração: Transferência da Informação

Linha de pesquisa: Gestão da Informação e do conhecimento.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em 20 de abril de 2012.

Aprovado por:

Prof.ª Dra Sofia Galvão Baptista
Presidenté – (UnB/PPGCINF)

Dra Maria Tereza Machado Teles Walter
Membro Externo – (STF)

Prof.ª Dra Maria Alice Guimarães Borges
Membro Interno – (UnB/FCI)

Prof.ª Dra Dulce Maria Baptista
Suplente – (UnB/PPGCINF)

Dedico aos alunos de Biblioteconomia e aos bibliotecários brasileiros.

Agradeço:

A Deus por realizar este sonho, mas principalmente por seu grande AMOR e proteção eterna;

A meu pai porque ao longo de minha vida sempre me incentivou a estudar;

À minha orientadora Prof. Dra. Sofia Baptista que ao longo destes anos tornou-se uma amiga. Agradeço a ela por tudo: suas críticas, opiniões, apoio, incentivo, paciência. Esta dissertação só foi possível devido sua brilhante orientação.

Ao meu esposo Danniell por está ao meu lado me apoiando sempre;

À minha Irmã Meirielly por me motivar a querer sempre mais;

À minha Tia por suas orações e amor;

À minha Mãe e meu Irmão Luíz, pois sei que me amam mesmo em silêncio;

À minha Sogra Noeme por sua eficiência e eficácia para me ajudar, nas minhas mais diversas dificuldades acadêmicas;

À Miriam Amaral, tia do meu esposo, que a pedido de minha sogra fez a revisão da minha dissertação com tanto empenho e qualidade;

Aos meus irmãos em Cristo da Igreja Alfa Missionária por suas orações;

À Prof. Dra. Maria Alice que me acompanha desde a graduação e que merece todo meu amor, respeito e admiração;

À Prof. Dra. Dulce Baptista pelo carinho e a atenção que sempre me dedicou, em especial, na avaliação deste trabalho em que suas sugestões foram essenciais;

À Dra. Maria Tereza Machado Teles Walter, no entanto acredito que todos os meus agradecimentos não conseguirão representar seu importante papel nesta dissertação. No início suas críticas me entristeceram, mas desde o início percebi que seguir suas orientações era o melhor caminho e que ela buscava a qualidade. Após a realização deste trabalho tenho grande alegria e orgulho de ter seguido suas

orientações, pois sei que melhoram muito o meu trabalho. Desta forma, agradeço seu carinho, empenho e paciência na correção e avaliação desta dissertação;

Ao meu querido Prof. Dr. Tarcisio Zandonade pelas horas passadas em sua sala jogando conversa fora, pelos livros e artigos doados para a realização deste trabalho e principalmente pelo seu carinho e amizade;

Aos professores entrevistados que possibilitaram o aprofundamento sobre temas relacionados ao ensino da Biblioteconomia no Brasil. E pela forma carinhosa e gentil que conduziram as entrevistas;

À professora Simone Weitzel com quem fiz contato no XXIV CBBB e de forma tão prestativa me enviou por e-mail seu relatório de pesquisa;

Aos meus colegas do mestrado e doutorado pelo apoio e incentivo;

Às secretárias da pós-graduação por em todos os momentos serem eficientes e prestativas;

A todos os meus professores da FCI/UnB por terem contribuído com meu aprendizado;

Às minhas queridas amigas, bibliotecárias: Mara, Marília e Mariana que sempre estiveram ao meu lado me ajudando e,

A todos que estiveram ao meu lado.

“O Deus que me revestiu de força, e aperfeiçoou o meu caminho, ele deu a meus pés a ligeireza das corças, e me firmou nas minhas alturas”.

Salmos 18. 32-33.

RESUMO

A pesquisa apresenta uma abordagem histórica sobre o ensino de Biblioteconomia no Brasil. Foram utilizados os métodos de análise documental e entrevista com professores da área que atuam em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia e Distrito Federal, com o objetivo de levantar os fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia. As entrevistas foram analisadas por meio de análise de conteúdo, com sete variáveis: evolução curricular, disciplinas, tecnologia, automação de bibliotecas, estudos de usuários, formação do bibliotecário e tendências para a área. A pesquisa destaca ainda a influência do IBICT, FEBAB, ABEED e ABECIN nas conquistas da Biblioteconomia Brasileira. De acordo com os entrevistados e com a análise documental, verificou-se que o ensino inicialmente era voltado para as questões humanísticas (Escola do Rio de Janeiro) e depois para as questões técnicas (Escola de São Paulo). A padronização dos currículos mínimos foi realizada nas décadas de 1960 e 1980. Em 2001 foram estabelecidas, por meio de parecer do Conselho Nacional de Educação, as diretrizes curriculares e, a partir dessas diretrizes as escolas de Biblioteconomia, por todo país, adquiriram mais flexibilidade e autonomia para estabelecer seus projetos pedagógicos.

Palavras-chave: História da Biblioteconomia no Brasil. Ensino da Biblioteconomia no Brasil.

ABSTRACT

The research presents a historical approach on the teaching of librarianship in Brazil. The method of documentary analysis was used interviews with professors the librarianship in Sao Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia and Brasilia with in order to show the historical facts of creation and development of the course. The interviews were analyzed using content analysis with seven variables: curriculum development, technology, library automation, user studies, formation of librarians and trends for the area. The research also highlights the influence of IBICT, FEBAB, ABEBD and ABECIN in development of the Brazilian Librarianship. According to the respondents and document analysis, it was found that teaching initially was focused on the humanistic issues (School of Rio de Janeiro) and then to technical issues (School of São Paulo). The standardization of the minimum curriculum was conducted in the 1960s and 1980s. In 2001 it was established, through the advice of the National Education Guidelines, a curriculum guidelines for schools of librarianship throughout the country. The schools had more flexibility and autonomy to establish their pedagogical projects.

Keywords: History the Librarianship in Brazil. Librarianship education in Brazil.

Lista de Figuras

Figura 1 - Manuel Cícero Peregrino da Silva	p. 32
Figura 2 - Foto da construção do prédio da BN com vista frontal, 1909	p. 34
Figura 3 - Mesa formada para a aula inaugural	p. 35
Figura 4 - João Carlos de Carvalho	p. 36
Figura 5 - João Gomes Rego	p. 38
Figura 6 - Constâncio Alves	p. 39
Figura 7 - Aurélio Lopes de Sousa (corte da figura 3)	p. 40
Figura 8 - Mario Behring	p. 42
Figura 9 - Dorothy Muriel Gropp	p. 44
Figura 10 - Rubens Borba de Moraes	p. 45
Figura 11 - Adelpha Silva Figueiredo	p. 45
Figura 12 - Primeira aula da Escola de Biblioteconomia em São Paulo, 1937	p. 46
Figura 13 - Áreas temáticas dos cursos de Biblioteconomia do MERCOSUL	p. 77
Figura 14 - Jannice Monte-Mór (esq.) e Lydia Sambaquy (dir.) planejando o IBBD, 1954.	p. 91
Figura 15 - Conteúdos curriculares segundo os eixos de conhecimento	p. 116

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Escolas de Biblioteconomia em 1965	p. 52
Tabela 2- Escolas de Biblioteconomia desativadas entre 1939-1960	p. 52

Lista de Quadros

Quadro 1 – Programa da disciplina Paleografia e Diplomática– BN (1917)	p. 37
Quadro 2 – Programa da disciplina Numismática – BN (1917)	p. 38
Quadro 3 – Programa da disciplina Bibliografia – BN (1917)	p. 40
Quadro 4 – Programa de Iconografia	p. 41
Quadro 5 - Alunos habilitados para o exercício profissional na 1ª fase do curso.	p. 42
Quadro 6 - Disciplinas ministradas por Professor entre os anos de 1932 a1933.	p. 43
Quadro 7 – Disciplinas ministradas no Rio de Janeiro e em São Paulo: diferenças e semelhanças	p. 48
Quadro 8 – Ano de criação das escolas de Biblioteconomia	p. 54
Quadro 9– Currículo proposto <i>versus</i> currículo aprovado (1962)	p. 58
Quadro 10 - Equivalência entre disciplinas do Currículo Mínimo (1962) e Currículo Mínimo (1982)	p. 70

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABEBD - Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação
ABECIN - Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
BINAGRI - Biblioteca Nacional de Agricultura
BIREME - Biblioteca Regional de Medicina
BN - Biblioteca Nacional
CBBD - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CCN - Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas
CDU - Classificação Decimal Universal
CERN – Centro Europeu de Pesquisa Nuclear
CFE - Conselho Federal de Educação
CIN - Centro de Informação Nuclear
CNPq - Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CM - Currículo Mínimo
COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica
DID - Departamento de Informação e Documentação da EMBRAPA
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENECIN - Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação
FAINC (SP) - Faculdades Integradas Coração de Jesus
FAPAS (RS) - Curso de Biblioteconomia Faculdade Pelotina
FATEA (SP) - Faculdades Integradas Teresa D'Ávila
FATEMA (SP) - Faculdades Tereza Martin
FCI (DF) - Faculdade de Ciência da Informação da UnB
FCIC (MG) - Faculdade de Ciência da Informação de Caratinga
FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FESPE (SP) - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FURG - Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES - Instituições de Ensino Superior

IESFulenc (MS) - Instituto de Ensino Superior da Funlec
ISSN - Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas
LBD - Lei de Diretrizes e Base da Educação
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
OASIS.Br - Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre
PUC Campinas - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SESu - Secretaria do Ensino Superior do MEC
SNAC - Seminário Nacional de Avaliação Curricular
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UnB - Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNIFAI (SP) - Centro Universitário Assunção

UNIFOR (MG) - Centro Universitário de Formiga

UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNINCOR (MG) - Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações

UNIPAC (MG) - Universidade Presidente Antônio Carlos

UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro

UNIRONDON (MG) - Faculdades Integradas Cândido Rondon

USP - Universidade de São Paulo

USU (RJ) - Universidade Santa Úrsula

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVOS	20
1.1.2 OBJETIVO GERAL.....	20
1.1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
1.2 METODOLOGIA.....	21
1.2.1 TIPO DE PESQUISA.....	21
1.2.2 PROBLEMA	21
1.2.3 JUSTIFICATIVA	21
1.2.4 UNIVERSO E AMOSTRA.....	22
1.2.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	23
1.2.5.1 Pesquisa documental	23
1.2.5.2 Entrevistas.....	23
2 REVISÃO DE LITERATURA	27
2.1 O CATOLICISMO E AS BIBLIOTECAS	27
2.2 BREVE HISTÓRICO DA BIBLIOTECA NACIONAL (BN) - (1807–1911)	29
2.3 O ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA: PRIMEIROS CURSOS	35
2.3.1 RIO DE JANEIRO	35
2.3.2 SÃO PAULO.....	44
2.3.3 RIO DE JANEIRO <i>VERSUS</i> SÃO PAULO	47
2.4 CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL.....	51
2.5 CURRÍCULO MÍNIMO.....	57
2.5.1 CURRÍCULO MÍNIMO DE 1962.....	57
2.5.2 CURRÍCULO MÍNIMO DE 1982.....	66
2.6 DIRETRIZES CURRICULARES.....	72
2.6.1 PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA ENTRE OS PAÍSES DO MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL).....	76
2.7 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	79
2.7.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ENSINO.....	83

2.8 INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS IMPORTANTES NO PERCURSO DA HISTÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL	86
2.8.1 Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)	87
2.8.2 IBICT	90
2.8.2.1 Influência do IBICT na Biblioteconomia e na Ciência da informação	92
2.8.3 ABEBD	96
2.8.3.1 ABECIN	98
3 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA: UFAM, PUC-CAMPINAS, UNB, UFPB E UEL.	101
3.1 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS.....	101
3.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.....	105
3.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS.....	109
3.4 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	113
3.5 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	115
3.6 O ENSINO NAS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA: CONCLUSÃO DA ANÁLISE	120
4 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DAS ENTREVISTAS	123
4.1 EVOLUÇÃO CURRICULAR	124
4.2 DISCIPLINAS	130
4.3 TECNOLOGIA NO ENSINO.....	133
4.4 AUTOMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS	135
4.5 ESTUDOS DE USUÁRIOS	135
4.6 FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO.....	137
4.7 TENDÊNCIAS	139
5 CONCLUSÃO.....	143
6. SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	150
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
APÊNDICE e ANEXO	157
Apêndice A – Roteiro da Entrevista.....	158
Anexo A - Troca de e-mail com o professor Oswaldo Francisco de Almeida Junior.....	159

1 INTRODUÇÃO

Em 2011, a criação do primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil, na Biblioteca Nacional (BN), completou 100 anos, embora as aulas só tenham começado em 1915. No início, o ensino sofreu forte influência francesa, que tem uma orientação humanística. Foi o diretor Manuel Cícero Peregrino da Silva que possibilitou a inauguração do Curso de Biblioteconomia.

Em São Paulo, a Biblioteconomia contou com a forte presença de Rubens Borba de Moraes, a quem se deve a Biblioteconomia dentro de uma visão técnica, voltada aos processos de organização de serviços de informações.

Durante várias décadas, as diferentes formas de ensino de Biblioteconomia, a saber, a humanística, ensinada na Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro -, e a técnica, ensinada nas escolas de São Paulo, geraram desconforto entre essas escolas e seus egressos. Castro (2000, p. 103) afirma que a polêmica entre o Rio e São Paulo, quanto aos aspectos técnicos, foi marcante. Para ele um exemplo ilustrativo dessa rivalidade “[...] deu-se com relação à permanência ou não das reticências nas fichas catalográficas, quando na folha de rosto de um livro não houvesse informações relativas à autoria.” Enquanto os bibliotecários paulistas consideravam as reticências desnecessárias, os bibliotecários cariocas as julgavam imprescindíveis.

Em 1962, com a implantação do Currículo Mínimo de Biblioteconomia (CM) esse desconforto diminuiu, pois o CM chegou com a proposta de padronizar a forma de ensinar Biblioteconomia entre os diversos cursos existentes no País. No entanto, a proposta do Conselho Federal de Educação (CFE) não atendeu as expectativas de todos. Segundo Macedo (1963), o CM de 1962 não agradou a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) que consideravam o currículo mais voltado às necessidades da Biblioteca Nacional do que para a realidade do resto do País, em especial, em relação às quantidades de disciplinas humanísticas. Já Lemos (1971) entendia que o CM de 1962 e a inclusão de disciplinas culturais

poderiam proporcionar ao aluno de Biblioteconomia uma abertura cultural, que até então não lhe era oferecida pelas matérias técnicas.

Com o passar dos anos, percebeu-se a necessidade de reformular o currículo existente. Em 1982, surgiu o 2º Currículo Mínimo, mais flexível que foi considerado demasiadamente extenso quanto ao número de disciplinas de formação geral e quanto à quantidade mínima de 2.500 horas-aulas a serem aplicadas num prazo mínimo de quatro anos e no máximo de sete anos.

Com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior no Brasil, em 1996, como forma de oferecer maior autonomia para as instituições de ensino superior, o Ministério da Educação (MEC), em 2001, estabeleceu as Diretrizes Curriculares para o Curso de Biblioteconomia, com proposições mais flexíveis e voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades para os egressos dos cursos em todo o País.

A partir da autonomia oferecida pelas diretrizes, cada escola passou a elaborar seu projeto pedagógico de acordo com o perfil e a demanda de sua região, respeitando as normas das Diretrizes Curriculares para o Curso de Biblioteconomia. Tal fato possibilitou, também, que alguns cursos brasileiros adotassem, em seus projetos pedagógicos, conteúdos para a padronização dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. Isso se deveu ao Encontro de Docentes dos Cursos de Biblioteconomia do Mercosul, realizado desde o ano de 1990, com a finalidade de harmonizar o ensino de Biblioteconomia entre os países pertencentes ao bloco.

Em relação às tecnologias da informação elas fazem parte da prática bibliotecária há vários anos, como por exemplo, no uso das bases de dados, mas foi na década de 1990, que a internet tornou-se fator fundamental de mudança na área onde, de acordo com Marcondes e Gomes (1997) os impactos para a Ciência da Informação eram visíveis, por meio do crescimento dos recursos informacionais disponíveis na rede, o acesso imediato às informações, a velocidade da comunicação científica, e os periódicos científicos publicados em meio eletrônico.

Observou-se que a questão da tecnologia no ensino deve ser vista como um instrumento, como um meio para organizar, recuperar e disseminar a informação. No entanto, jamais deve ser vista como o objeto da área.

A dissertação trata também da importância de instituições como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) e a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) no processo de formulação, estruturação e conquistas da Biblioteconomia brasileira. E, ainda, por meio da análise de ideias homogêneas, exaustivas, representativas e excludentes de entrevistas realizadas com docentes de Biblioteconomia apresenta a visão deles sobre a evolução do curso de Biblioteconomia: disciplinas essenciais, tecnologia, tipo de formação bibliotecária (humanística e ou especializada) e tendências para o futuro da Biblioteconomia.

1.1 OBJETIVOS

1.1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar os fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no Brasil.

1.1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar a trajetória do ensino de Biblioteconomia no Brasil por meio de documentos e das entrevistas com docentes;
- Identificar a importância das tecnologias da informação no ensino de Biblioteconomia no Brasil;
- Relacionar as escolas de Biblioteconomia no Brasil;
- Analisar as normas e determinações legais para o curso;
- Examinar a influência das instituições: IBICT, FEBAB, ABEBD para o desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no Brasil e,
- Conhecer na opinião dos docentes entrevistados quais são as tendências em relação à Biblioteconomia no Brasil.

1.2 METODOLOGIA

1.2.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa documental com enfoque histórico, com o objetivo de analisar os fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no Brasil.

1.2.2 PROBLEMA

Qual a trajetória do ensino de Biblioteconomia no Brasil, desde a criação do primeiro curso em 1911 até 2011?

1.2.3 JUSTIFICATIVA

O centenário da criação do primeiro curso de Biblioteconomia (1911 - 2011) motivou a realização deste trabalho, no início a pesquisa pretendia abordar além da questão do ensino aspectos como mercado de trabalho e perfil do profissional. No entanto, observou-se que seriam pesquisas diferentes com objetivos diferentes embora fossem temas correlatos. Desta forma, delimitou-se analisar a trajetória do ensino de Biblioteconomia, pois desde o início este foi o fator motivador para a realização da pesquisa.

Buscou-se conhecer, apresentar e analisar os principais fatos históricos que trouxeram mudanças no modo de ensinar a Biblioteconomia no Brasil, do ponto de vista do conteúdo ministrado.

A trajetória histórica do ensino de Biblioteconomia no Brasil justifica a realização de um trabalho de pesquisa não só por consolidar trabalhos anteriores como os de Russo (1966), Castro (2000), Mueller (1985), Souza (1990), Fonseca (1979) entre outros, mas principalmente por demonstrar sua importância para alunos, professores e pesquisadores do segmento, uma vez que conhecer o processo histórico e evolutivo do ensino de Biblioteconomia é fundamental para

entender o presente da área e para estabelecer o seu futuro, buscando constante evolução e adaptação as demandas da sociedade.

1.2.4 UNIVERSO E AMOSTRA

Foi realizada uma pesquisa documental com enfoque histórico no ensino de Biblioteconomia no Brasil. Dentro do Universo documental de Biblioteconomia que aborda temas como catalogação, classificação, epistemologia da informação, bibliotecas públicas, ensino de biblioteconomia entre inúmeros outros temas, este trabalho restringiu-se a coletar documentos relacionados ao ensino, em especial as características dos currículos ao longo dos anos, e a história da Biblioteconomia no Brasil, utilizando-se de fontes primárias, secundárias e terciárias com ênfase na criação, regulamentação e desenvolvimento do curso. Utilizando-se de documentos de 1902, anteriores a criação do primeiro curso, até documentos de 2012.

Essas informações foram examinadas por meio da análise de conteúdo de Richardson (1999) que busca a representação de ideias adequadas, homogêneas, exaustivas e representativas no texto.

Um dos objetivos da pesquisa foi analisar a trajetória do ensino de Biblioteconomia por meio das entrevistas com docentes. No universo dos professores de Biblioteconomia foram selecionados para a entrevista apenas aqueles graduados na área e que já tinham produzido textos sobre o ensino de Biblioteconomia no Brasil e/ou a história da Biblioteconomia no Brasil.

Foram entrevistados pessoalmente sete professores de Biblioteconomia, entre outubro de 2011 e março de 2012, que trabalham em Brasília, Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo. As entrevistas foram registradas por meio de gravador de som e também por vídeo. Devido a complexidade da transcrição e da análise das entrevistas optou-se por entrevistar apenas sete professores com domínio sobre o tema.

1.2.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

1.2.5.1 Pesquisa documental

Por se tratar de uma pesquisa documental, foram analisados textos da literatura técnica, textos legais, projetos pedagógicos e planos de ensino das universidades que relatam a história da criação e desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no Brasil e as instituições que participaram da regulamentação e apoio para o ensino e a pesquisa da área.

O levantamento bibliográfico foi feito no catálogo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), no portal da Capes com acesso pelo site da BCE/UnB, nas Bibliotecas de Teses e Dissertações do IBICT e da BCE/UnB, em diversos periódicos da área, em pesquisas na internet, nos anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD). Foram examinados livros, relatórios, artigos de periódicos, dissertações e teses que tratassem da criação e do desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no Brasil abrangendo o período de 1902 até 2012.

Outro instrumento que acrescentou conteúdo a esta dissertação foi a busca por documentos nas referências bibliográficas de livros e artigos lidos. Na medida em que os documentos pesquisados eram lidos e outros aspectos mostravam-se importantes fatores de mudança para a área, observa-se a necessidade de criar um novo capítulo, para tratar o tema direcionado-se para apresentar e analisar o principais marcos do ensino da área.

1.2.5.2 Entrevistas

Utilizou-se o instrumento de entrevista não estruturada com questões sobre: evolução do curso, disciplinas essenciais, tecnologia no curso de Biblioteconomia, tipo de formação bibliotecária (humanística e/ou especializada) e tendências para o futuro da Biblioteconomia.

As entrevistas foram analisadas por meio de ideias homogêneas, exaustivas, representativas e excludentes, baseadas na análise de conteúdo de Richardson (1999) e foram realizadas com docentes dos cursos de Biblioteconomia, com o fim de regatar a memória dos professores e obter suas visões a respeito da Biblioteconomia no Brasil.

O pré-teste da entrevista foi aplicado em setembro de 2011, com uma professora da Faculdade de Ciência da Informação da UnB (FCI). Embora a professora seja bibliotecária e doutora em Ciência da Informação foi possível observar algumas dificuldades em responder questões tão específicas sobre o ensino de biblioteconomia, sendo que este fato reforçou a importância do entrevistado ter domínio sobre o tema, em razão da sua especificidade.

Por isso, considerou-se importante estabelecer critérios para a seleção dos entrevistados. Adotando os seguintes:

- 1) Ser professor de Biblioteconomia em atividade ou não;
- 2) Ser graduado em Biblioteconomia e
- 3) Ter produzido textos sobre o ensino de Biblioteconomia e/ou a história da Biblioteconomia brasileira.

As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2011 a março de 2012, onde foram entrevistados sete professores: dois de Santa Catarina, um de São Paulo, uma da Bahia, uma do Rio de Janeiro, dois de Brasília.

As cinco primeiras entrevistas foram realizadas durante o 12º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) em Brasília, entre os dias 23 e 26 de outubro. Escolheu-se este evento por reunir um grande número de professores de Biblioteconomia de várias partes do país.

Antes da realização do ENANCIB realizou-se uma consulta na lista dos palestrantes do evento buscando autores que escreveram sobre o ensino e a história da Biblioteconomia, após a identificação, foi feita uma consultada em seus currículos na Plataforma Lattes buscando a confirmação dos critérios necessários para responder a entrevista. Durante o evento os professores foram contatados e entrevistados.

No evento foram entrevistados um professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), uma da Universidade Federal da Bahia (UFBA), uma da Universidade Federal Fluminense (UFF) e dois da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Naquele momento, o presente trabalho ainda não havia passado pelo processo de qualificação pela banca examinadora e foram feitas cinco perguntas para os professores, sobre: a evolução curricular, as disciplinas, a questão da tecnologia no ensino, a formação do bibliotecário e as tendências para a área.

Após o exame de qualificação pela Banca, observou-se a necessidade de incluir mais duas perguntas, uma sobre a automação das bibliotecas e outra sobre estudos de usuários. No mês de fevereiro e março de 2012, após o exame de qualificação, foram realizadas mais duas entrevistas respeitando os critérios anteriormente estabelecidos, onde os entrevistados responderam a sete perguntas, as cinco anteriores mais as duas decorrentes do processo de qualificação.

Os últimos dois professores entrevistados são professores da Universidade de Brasília (UnB), um deles está aposentado e foi o único respondente que não está em atividade. Por esses residirem em Brasília, fato que facilitou o contato, optou-se por entrevistá-los após o processo de qualificação, enquanto, os professores entrevistados no ENANCIB só poderiam ser entrevistados pessoalmente durante o evento, pois residem em outros Estados e os gastos com deslocamento para quatro Estados diferentes seriam onerosos.

Como visto, após o processo de qualificação foram acrescentadas mais duas perguntas ao roteiro de entrevista, no entanto, não foi possível retomar aos cinco primeiros respondentes para conhecer suas opiniões sobre os novos assuntos. Embora todos os professores tenham se disponibilizado para tirar dúvidas por e-mail.

Após cada entrevista, o primeiro passo foi a realização das transcrições, sempre que possível, logo após a realização de cada entrevista. De acordo com Richardson (1999, p. 218) “[...] transcrever fitas é um trabalho cansativo e tedioso,

mas enormemente útil. [...] essa fase demorará, pelo menos, duas vezes o tempo dedicado à realização da entrevista”.

O segundo passo foi uma leitura de todas as entrevistas para verificar novamente a exatidão das transcrições e corrigir erros, para então proceder a análise de conteúdo, em conformidade com as instruções de Richardson (1999).

A análise seguiu a ordem estabelecida pelo roteiro de entrevistas¹, em que os conteúdos foram analisados com base na metodologia definida por Richardson (1999, p.88) na qual o método qualitativo “[...] permite compreender os fatos estudados e descobrir casos extremos”.

No total foram entrevistados dois professores da UFSC, dois da Universidade de Brasília (UnB), um da UFF, um da UNESP, e um da UFBA. Como não foi solicitada a autorização dos registros dos nomes dos professores, eles foram identificados na análise de conteúdo, como: Professor A, Professor B, Professor C, Professor D, Professor E, Professor F e Professor G.

¹ Ver apêndice 1

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O CATOLICISMO E AS BIBLIOTECAS

A Biblioteconomia Brasileira, assim como a história do Brasil, nasce no Estado da Bahia, onde surgem as primeiras bibliotecas organizadas por religiosos. Alias, era uma característica em comum com a Europa que, no período da Idade Média, tinha nos monges a figura do “guardião do saber” (BAPTISTA; BRANDT, 2006), ou melhor, o bibliotecário responsável pelos livros das bibliotecas dos mosteiros.

No Brasil, os jesuítas chegaram, em 1549, com o objetivo de cristianizar as populações indígenas do território. Eles faziam parte da ordem religiosa católica Companhia de Jesus, criada para disseminar a fé católica no mundo. A organização, ao mesmo tempo em que atuava junto aos nativos, foi responsável pela fundação das primeiras instituições de ensino do Brasil Colonial. (SOUSA, 200-?).

Todo acesso ao conhecimento laico da época era controlado pela Igreja, visto que religião e ensino eram responsabilidades dela, o que favoreceu a criação da primeira biblioteca do país, no Colégio da Bahia, em 1568. Com a chegada dos livros e a criação de bibliotecas, fez-se necessária as atividades de um bibliotecário. No caso brasileiro, o pioneiro na função de bibliotecário foi o Jesuíta português Antônio Gonçalves que, em 1604, foi encarregado da Biblioteca do Colégio da Bahia. (FONSECA, 1979). Uma biblioteca aberta, tanto para os alunos e padres como para “[...] qualquer outra pessoa que fizesse o pedido competente.” (MORAES, 2006, p. 9).

Outras ordens religiosas se firmaram no Brasil e contribuíram para a inserção dos livros e das bibliotecas no Brasil Colonial, como os Franciscanos, em 1585, e depois os Carmelitas e Beneditinos. Essas ordens religiosas tinham tradição bibliotecária mais antiga que a dos Jesuítas. Seus mosteiros e conventos tinham importantes bibliotecas monásticas espalhadas pelo litoral do País. Os Franciscanos atuavam em Olinda, na Bahia, em Igaracú, na Paraíba, no Espírito Santo e no

Maranhão, enquanto os Beneditinos, em Salvador, no Rio de Janeiro, em Olinda, na Paraíba e em São Paulo. No mosteiro dos Carmelitas, em Olinda, era ministrado o curso de teologia e a biblioteca exercia função primordial no processo de ensino-aprendizagem (FONSECA, 1979).

Por isso, Moraes (2006, p.15) considera um erro pensar que apenas os Jesuítas tinham boas bibliotecas, quando outras ordens religiosas como os “[...] beneditinos, franciscanos e carmelitas, tinham escolas anexas aos seus conventos e exerciam papel importante na instrução do povo, principalmente, no ensino das primeiras letras”.

No século XVII, outras ordens religiosas se estabeleceram no Brasil e trouxeram consigo suas bibliotecas, entre elas, os Capuchinhos (Maranhão), os Mercedários (Amazônia) e os Oratorianos (Pernambuco e Bahia). Ainda no período Colonial, o jesuíta francês, Antônio da Costa (1647-1722), destacou-se como o primeiro documentalista do Brasil. Ele foi responsável pela organização do catálogo do Colégio da Bahia, com a criação de um índice sistemático e onomástico. Contudo, esse documento desapareceu. (FONSECA, 1979).

Durante o século XIX, as bibliotecas públicas começaram a surgir no Brasil, primeiro na Bahia (1811), depois em Sergipe (1851), em Pernambuco (1852), no Espírito Santo (1855), no Paraná (1857), na Paraíba (1858), em Alagoas (1865), no Ceará (1867), no Amazonas e no Rio Grande do Sul (1871).

De acordo com Fonseca (1979), a Biblioteca Pública da Bahia se destacou entre as demais, não apenas por ser a pioneira, mas também por ser uma biblioteca estruturada. Foi a primeira no País a contar com um plano estrutural preestabelecido que foi apresentado em 26 de abril de 1811 ao Governador e Capitão Geral da Província, Conde dos Arcos. A Biblioteca Pública da Bahia foi tão importante em sua época que sua inauguração, em 4 de agosto de 1811, foi um acontecimento com grande repercussão, até mesmo mais significativo do que a inauguração da Biblioteca Nacional em 1810.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA BIBLIOTECA NACIONAL (BN) - (1807–1911)

Com a invasão de Portugal, em 1807, por forças francesas e espanholas, a monarquia portuguesa viu-se obrigada a fazer a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro. Apenas os mais valiosos bens e as pessoas mais influentes vieram para a província. Também veio nessa travessia a Real Biblioteca, atual Biblioteca Nacional Brasileira – Rio de Janeiro. Contudo, na pressa para deixar Lisboa e chegar à província, muitas obras foram perdidas. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, apud BIBLIOTECA NACIONAL, 2011?), a Fundação Biblioteca Nacional possui uma das mais raras e ricas coleções do mundo, estando entre as dez maiores Bibliotecas Nacionais.

Fundada no Brasil, em 1810, mas aberta ao público apenas em 1814, a Biblioteca Nacional (BN) teve suas primeiras instalações precárias e inadequadas, em especial, devido às circunstâncias que motivaram a transferência do precioso acervo de Portugal para o Brasil. Ela foi inicialmente acomodada no Hospital da Ordem Terceira do Carmo e depois transferida para o antigo cemitério da mesma ordem, fato que levou Fonseca (1966) a desabafar, dizendo que a BN era uma “vergonha nacional”.

Somente em 1858, a Biblioteca Nacional foi transferida para um prédio na Rua do Passeio Público, Rio de Janeiro, pelo então diretor beneditino, Frei Camilo de Monserrate, (gestão de 1853-1870), esse fato tornou a BN um orgulho Nacional, como afirma Fonseca (1979, p. 25) “A Biblioteca Nacional tem sido ao longo de [...] anos, ao mesmo tempo vergonha e orgulho Nacional.”

O sábio beneditino Frei Camillo de Monserrate foi o primeiro diretor seriamente disposto a melhorar a Biblioteca Nacional. Tanto que conseguiu, às duras penas, arrancar do governo a sua mudança para outro lugar: o prédio do Largo da Lapa, nº 70, hoje Rua do Passeio e onde se encontra o Instituto Nacional de Música. Se Frei Camillo não fez mais pela Biblioteca foi porque o governo não lhe deu as verbas que soube pedir com insistência (FONSECA, 1963, p. 15).

Nos anos subsequentes (1870-1882), a biblioteca foi gerida pelo barão Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938). Sua administração foi tão notável que Fonseca (1979, p. 26) assim se expressou “[...] a fase de 1870 a 1882 foi a mais gloriosa de toda a história da Biblioteca Nacional”. Alguns de seus feitos administrativos foram (FONSECA, 1979; CALDEIRA, 2010?):

- Estudou a organização da Biblioteca do British Museum em Londres e da Biblioteca Nacional em Paris;
- Decreto 6.141/1879 – reforma da BN: previa mudanças na aquisição, tombamento, classificação, catalogação, conservação, assistência aos leitores e empréstimo domiciliar, embora restrito aos livros de fácil aquisição;
- Reformou parte do edifício, introduziu a iluminação a gás na Biblioteca Nacional e, em 1872, conseguiu autorização para ampliar o horário de atendimento ao público, possibilitando a abertura no período noturno das 16 às 21h;
- Dividiu a biblioteca em três seções: impressos e cartas geográficas, manuscritos e estampa;
- Realizou a exposição *História do Brasil* e seu catálogo, que foi o primeiro manual bibliográfico de estudos brasileiros;
- Estabeleceu o programa de publicações, iniciado em 1873, com a segunda edição de *Prosopopea* de Bento Teixeira e continuada, em 1876, com os *Anais da Biblioteca Nacional*, além de divulgar documentos autênticos da história brasileira; e,
- Realizou os primeiros concursos públicos para selecionar bibliotecários, na época, chamados de oficiais de bibliotecas, porque a denominação de bibliotecário era privativa do diretor. No primeiro concurso para funcionário da instituição, foi aprovado o jovem Capistrano de Abreu².

O novo regime de governo instalado pela Proclamação da República, em 1889, afetou diversos órgãos do País, entre eles, a BN que, entre os anos de 1889

² João Capistrano Honório de Abreu fixou-se no Rio de Janeiro a partir de 1875; lecionou no Colégio Aquino, foi colaborador de *O Globo*, redator da *Gazeta de Notícias* e participou da vida literária da corte. Nomeado oficial da Biblioteca Nacional, aí permaneceu de 1879 a 1883. Nesse ano defendeu a tese *O descobrimento do Brasil e o seu desenvolvimento no século 16*, em concurso para o Colégio Pedro 2°. Obteve o primeiro lugar. Foi professor de corografia (estudo geográfico de uma região) e história do Brasil até 1899, quando foi posto em disponibilidade, por extinção da cadeira. Em 1887 foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Capistrano de Abreu renovou os métodos de investigação e interpretação historiográfica no Brasil. De início baseou-se nos princípios de Comte, Taine, Buckle, Spencer, e afirmou-se adepto do determinismo sociológico, pretendendo com seus estudos descobrir "as leis fatais que regem a sociedade brasileira". Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/capistrano-de-abreu.jhtm>> Acesso em 16 fev. 2012

até 1895, teve cinco diferentes diretores, fato incomum na instituição. Entre esses diretores, destaca-se o escritor Raul Pompéia, não necessariamente pelos seus feitos administrativos, realizados no curto período em que foi diretor, mas pelos fatos que o acompanharam com o fim de seu cargo como diretor:

Nos anos iniciais da República, sua militância e sua vontade de servir à causa política lhe valeram a indicação do então presidente Floriano Peixoto (1839-1895) ao cargo de Diretor da Biblioteca Nacional. A morte prematura do “Marechal de Ferro” fez acender dentre seus seguidores certo culto pela figura do polêmico líder daqueles anos iniciais da República. Raul Pompéia foi o que mais verbalizou esse sentimento. [...] Durante os ritos fúnebres, ao fechar-se o “sarcophago” do falecido presidente, Raul Pompéia toma a palavra e profere um discurso inflamado. Sua fala foi interpretada como um ataque às autoridades republicanas que haviam substituído Peixoto na presidência. E estas logo substituiriam Pompéia em seu cargo de Diretor. [...] Um injurioso artigo publicado por seu velho amigo Luis Murat parece tê-lo desestabilizado. Intitulado “Um louco no cemitério” – ataque direto ao seu discurso no funeral de Floriano –, as pessoas mais próximas a Pompéia teriam tentado evitar a todo o custo que ele lhe tomasse conhecimento. Em vão... Seus pedidos de réplica não teriam sido aceitos pelo jornal que o publicou, e outras questões de natureza semelhante o perturbavam. Tudo e todos pareciam estar contra. Na noite de Natal desse mesmo ano de 1895, deprimido, ele pôs fim à própria vida (SILVA, 2010?).

Sob o aspecto da eficiência administrativa, destaca-se a gestão de Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da BN entre 1900 a 1924, só que em períodos interruptos, devido a outras atividades que realizava. Manoel Cícero (1866-1956) reivindicou um novo prédio para a BN, o que já havia sido solicitado por seu antecessor José Alexandre Teixeira de Melo, diretor de 1895-1900, pois, o prédio da Rua do Passeio não comportava mais a BN.

Figura 1 - Manuel Cícero Peregrino da Silva



Fonte: Russo, 1966

A seguir, é transcrita uma carta de Manuel Cícero Peregrino da Silva, de 1902, ao redator do *Jornal do Commercio* sobre a mudança de prédio da Biblioteca Nacional.

*Rio, 25 de Junho de 1902*³

Sr. Redactor do “Jornal do Commercio”

Permitti que vos traga uma pequena rectificação à vossa “varia” de hontem relativa à aquisição de edificio para installação definitiva da Bibliotheca Nacional.

Nésta questão a minha opinião já expendida em relatório é pela construção de um edificio apropriado. Não terei dúvida, entretanto, em concordar na adaptação de um edificio já feito, desde que modificando-o e ampliando-o e consiga operar a transformação de maneira a offerecer todos os requisitos exigidos em tais casos por architectos e bibliothecarios.

³ Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/200anos/manuelCicero.html>>. Acesso em 19 set.2011.

Somente na impossibilidade de obter instalação conveniente, serei pela conversão da Bibliotheca no edificio que actualmente ocupa, insufficiente, improprio e exposto a incêndio.

Esta opinião [...] tenho emittido de um modo geral, seja qual for o prédio escolhido. Dentre os que têm sido lembrados, em todos os quais reconheço vantagens e desvantagens que deverão ser cuidadosamente examinadas.

Agradecendo-vos a publicação destas linhas subscrevo-me.

Vosso Adm.

Dr. Manoel Cicero

Manuel Cícero Peregrino da Silva era escritor, advogado e bibliógrafo. Uma das suas maiores atuações na BN foi a construção do seu atual prédio. Na época, essa necessidade era comumente alardeada pelos jornais que apontavam a precariedade do antigo prédio do Passeio, onde parte do acervo encontrava-se espalhado pelo chão, entre outros problemas. A biblioteca precisava de um prédio que acomodasse bem o acervo e traduzisse toda carga simbólica que a instituição representava para a cultura brasileira.

Em 1910, na ocasião do centenário da vinda da Biblioteca Real para o Brasil, foi inaugurado o novo edifício da Biblioteca Nacional.

A Biblioteca encontrou sua sede definitiva em 1910, no edifício monumental projetado por Francisco Marcelino de Souza Aguiar. O evento fez parte do momento eclético da arquitetura brasileira, quando as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos fizeram da Avenida Central o marco do Rio de Janeiro como a capital moderna do Brasil republicano (SOUZA, L., 2010?).

Figura 2- Foto da construção do prédio da Vista frontal, 1909.



Fonte: Souza, L., 2010?.

Com o acervo da Biblioteca Nacional instalado em seu novo prédio, Manoel Cícero deu início a mais um de seus feitos históricos na gestão da BN: a criação do primeiro Curso de Biblioteconomia no Brasil, estabelecido a partir do Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911.

2.3 O ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA: PRIMEIROS CURSOS

2.3.1 RIO DE JANEIRO

O Decreto 8.835 de 11 de Julho de 1911 estabeleceu a criação do primeiro curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, graças ao esforço de Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. No entanto, as aulas só começaram em abril de 1915 (RUSSO, 1966).

Na figura 3, da esquerda para a direita, estão presentes na imagem: João Gomes do Rego, sub-bibliotecário diretor da Seção de Numismática; Constancio Alves, bibliotecário e diretor da 1ª Seção; Conselheiro Dr. Ruy Barbosa; Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional; Dr. Silva Ramos, membro da Academia Brasileira de Letras; Dr. Aurélio Lopes de Souza, bibliotecário e diretor da 3ª Seção; Alfredo Mariano de Oliveira, secretário da Biblioteca Nacional. Esta mesa foi formada para celebrar o início do curso de Biblioteconomia, em 10 de abril de 1915.

Figura 3 - Mesa formada para a aula inaugural



Fonte: Weitzel (2009, p. 67)

De acordo com Peregrino da Silva (apud CASTRO, 2000), o principal motivo que ocasionou o adiamento do início das aulas para 1915 foi a desistência dos

inscritos que eram os próprios funcionários da biblioteca. Na ocasião da criação do curso, ainda não havia professores suficientes para cada disciplina. Todavia, Peregrino da Silva “[...] justifica que a falta de professores poderia ser um problema facilmente solucionado com a contratação de substitutos, se os funcionários, naquele ano, não tivessem desistido das inscrições” (CASTRO, 2000, p. 54).

A forma de admissão no curso de Biblioteconomia era realizada por meio de exame composto de uma prova escrita de português e provas orais de geografia, literatura, história universal e de línguas: francês, inglês e latim. Em síntese, era pré-requisito para ser bibliotecário possuir cultura geral, embora naquele momento estivessem dispensados os candidatos admitidos anteriormente em escolas superiores, ou aqueles candidatos aprovados para a carreira de bibliotecário (CASTRO, 2000).

As disciplinas ministradas aos primeiros alunos do curso de Biblioteconomia foram: Bibliografia; Paleografia e Diplomática; Iconografia e Numismática. Os docentes eram os próprios diretores das seções da Biblioteca Nacional (WEITZEL, 2009):

- João Carlos de Carvalho (1857-1921) – Diretor da 2ª Seção e professor de Paleografia e Diplomática

Figura 4 - João Carlos de Carvalho.



Fonte: Weitzel (2009, p. 62)

De acordo com o programa da disciplina Paleografia e Diplomática, ministrada por João Carlos de Carvalho, as aulas eram divididas em teoria e prática. Na parte teórica os conteúdos de Paleografia e Diplomática eram ensinados separadamente.

Na prática dos serviços era cobrado dos alunos a organização dos registros e inventários, como também a classificação e a catalogação de documentos manuscritos, como pode ser observado no Quadro 1, a seguir:

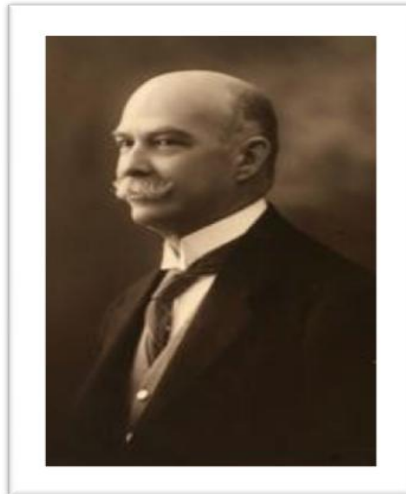
Quadro 1 – Programa da disciplina Paleografia e Diplomática– BN (1917)

PROGRAMA DE PALEOGRAFIA E DIPLOMATICA
PALEOGRAPHIA
1. – Definição e noções preliminares. A escripta latina. Capital, uncial, cursiva e semiuncial.
2. – As escriptas nacionaes. A gothica e a humanistica.
3. – Cryptographia. Siglas, abreviações, notas tironianas.
4. – Regras e signaes de ortographia. Signaes numeraes.
5. – Materias subjectivas da escripta: metaes, pedras, marmores, taboinhas enceradas.
6. – Mesmo assumpto: papyro, pergaminho, papel.
7. – Instrumentos do escriptor. Tintas e cores.
8. – Forma e composição do livro. Rôlos e codices. A escripta propria do livro.
9. – Mesmo assumpto. Encadernação e ornamentação.
10. – Arte libraria. Bibliothecas.
DIPLOMATICA
1– Objecto e historia da diplomatica.
2 – Chronologia technica. Das datas de annos. Eras.
3 – Chronologia technica. Periodos chronologicos (Olympiadas. Indicção).
4 – Chronologia technica. Datas do mez e do dia.
5 – Mesmo assumpto. Calendarios.
6 – Elementos criticos do teor dos documentos diplomaticos: titulos e qualidades das pessoas; nomes de pessoa e de logar.
7 – Mesmo assumpto. Designações geographicas e topographicas. Pesos e medidas. Moedas. Da lingua usada nos documentos.
8 – Partes constitutivas dos documentos. Formularios e manuaes.
9 – Divisão dos documentos. Protocollo inicial.
10 – Divisão dos documentos. O texto.
11 – Divisão dos documentos. As clausulas finaes.
12 – Divisão dos documentos. Formalidades diversas. O protocollo final.
13 - Signaes de validação (subscrições, assignaturas e testemunhas).
14 – Mesmo assumpto. Sellos.
15 – A chancellaria pontifical.
16 – As chancellarias regias.
17 – Os documentos falsos.
18 – Os actos privados.
PRATICA DOS SERVIÇOS
1. – Origem e composição das collecções manuscriptas das bibliothecas e archivis. Organização dos registos e inventarios.
2. – Classificação e catalogação dos documentos manuscriptos.

Fonte: Biblioteca Nacional (1917, apud Weitzel 2009).

- João Gomes Rego (1961- 19--)- Diretor da 4ª Seção e professor de Numismática

Figura 5 - João Gomes Rego



Fonte: Weitzel (2009, p. 61).

A disciplina Numismática oferecia aos alunos a possibilidade de conhecer e reconhecer os processos de elaboração, tipos, formas, valores e diferentes moedas e medalhões, por meio do programa da disciplina apresentado pelo Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Programa da disciplina Numismática – BN (1917)

PROGRAMMA DE NUMISMATICA
1.– A numismatica. Seus dominios. A moeda na antiguidade e sua evolução.
2. – A moeda propriamente dita. Materia prima. Valor dos metaes. Titulos das moedas.
3. – A peça monetaria. Seu aspecto, formas e typos.
4. – Nomenclatura. Epigraphia monetaria. Divisas. Invocações. Marcas de officina. Marcas de emissão. Nomes de gravadores.
5. – As officinas de moedagem. A fabricação das moedas. Processos de cunhagem. Moedas fundidas. Arte monetaria da antiguidade. Os cunhos. Gravura dos cunhos. Ensaio. A cunhagem entre os Romanos. Processos antigos. Processos actuaes.
6. – As medalhas. Diferenças entre as moedas e as medalhas. Os medalhões. Medalhistas da Renascença.
7. – A moeda instrumento de troca. O bi-metallismo. O padrão unico. Unidade monetaria. Moeda auxiliar. Moeda divisionaria. Moeda fiduciaria.
8. – Systemas de classificação.
9. – Numismatica antiga. Moedas dos povos e das cidades.
10. – Moedas gregas. As primeiras moedas. Caracteristicos. Systemas. Periodo da arte archaica e periodo de transição. Apogêo da arte, estabilidade e decadencia. Moedas das cidades autonomas; moedas dos reis; moedas imperiaes gregas; moedas coloniaes.
11. – Moedas romanas. Os reis. A Republica. O as e suas reduções. Moedas de prata. Moedas de ouro. Moedas romano-campanicas. Os magistrados monetarios. Legendas e typos.
12. – Moedas romanas do Imperio. Os consulados. Moedas legionarias.
13. – Moedas bysantinas.
14. – Edade media. Épocas merovingia, carlovingia e dos Capetos. Moedas feudaes.
15. – Moedas dos tempos modernos: Europa

Quadro 2 – Programa da disciplina Numismática – BN (1917) - Cont.

16. - Moedas dos tempos modernos: Ásia, África, Oceania.
17. – Moedas dos tempos modernos: America.
18. – Numismática portuguesa: 1º, 2º e 3º períodos; sistemas monetarios.
19. - Numismática portuguesa: Moedas coloniaes, Asia e Africa.
20. – Numismática brasileira: sistemas monetarios. Moeda metallica. Epoca colonial.
21. – Numismática brasileira: Imperio e Republica.
22. - Numismática brasileira: Papel-moeda. Bilhetes de banco.
23. – Gabinete de moedas e medalhas. As collecções. Acquisições Disposição das peças nos medalheiros.
24. – Exame de uma moeda. Cuidados. Conservação. Decalque. Processos de moldagem.

Fonte: Adaptado de Biblioteca Nacional (1917 apud Weitzel 2009).

- Constancio Antonio Alves (1862-1933) - Diretor da 1ª Seção e professor de Bibliografia

Figura 6 - Constâncio Alves



Fonte: Weitzel (2009, p. 63)

Constancio Alves, professor da disciplina Bibliografia, ministrava suas aulas seguindo um extenso programa de conteúdos. Conforme quadro 3:

Quadro 3 – Programa da disciplina Bibliografia – BN (1917)

PROGRAMA DE BIBLIOGRAFIA
1.- Bibliographia – Noções preliminares.
2. – Typographia – Composição e impressão
3. – O Livro. Ornamentação – Ilustração – Ex-libris. – Formato.
4. – Encadernação.
5. – O Papel. História e fabricação.
6. – Conservação e restauração dos livros.
7. – Invenção da imprensa. Transição do livro manuscrito para o impresso. Primeiros impressores.
8. – Características do livro antigo e do moderno. – Incunabulos e cimelios. – Livros raros e preciosos. – Falsificações bibliographicas.
9. – O jornal – A revista – O folheto – Publicações periodicas.
10. – Classificação – Systemas principaes.
11. – Classificação decimal – Suas modificações.
12. – Catalogação – Arrumação dos livros e preparo para a catalogação – bilhete systematico – A ficha.
13. – O catalogo – Fontes de informação – Repertorios.
14. – A imprensa no Brasil – Livros e jornaes – Impressores e editores – Bibliographia nacional – Fontes de informação.
15. – Bibliothecas – Historia – Construcção – Iluminação – Mobiliario.
16. – A Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Fundação e phases do seu desenvolvimento. – Bibliothecas no Brasil.
17. – Organização e administração das bibliothecas – Pessoal – Estudos geraes e technicos. – Exames e concursos.
18. – Secretaria e Archivo – Legislação – Regulamentos – Direitos autoraes.
19. – Serviço de informações. – Serviço de permutações internacionaes. Emprestimo domiciliar. – Acquisição e remessa de livros, manuscritos, estampas e peças numismáticas para as secções. – Officinas graphicas.

Fonte: Adaptado de Biblioteca Nacional (1917 apud Weitzel 2009).

- Aurélio Lopes de Sousa (1866-1934) – Diretor da 3ª Seção e professor de Iconografia

Figura 7 - Aurélio Lopes de Sousa (corte da figura 3)



Fonte: Weitzel (2009, p. 67).

Os conteúdos do programa da disciplina eram voltados para a definição de conceitos, conhecimentos de técnicas de iconografia, sua catalogação e classificação, entre outros conteúdos. A parte prática exigia que o aluno comprovasse os conhecimentos adquiridos na fase teórica. Conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Programa de Iconografia

PROGRAMA DE ICONOGRAFIA
PARTE THEORICA
1. – Iconographia e iconologia. Imagem. Sua reprodução na arte. A gravura ou processo equivalente e a impressão ou estampagem. Princípios de pintura applicaveis á arte da gravura.
2.- Origem da gravura. As cartas de jogar. Carimbos gravados em madeira e metal. A gravura dita de crivo. Alexandre e Isabel Cunio. Lourenço Coster. Os mestres de 1406, 1418 e 1423.
3. – As mais antigas gravuras em metal e madeira, nos seculos XV XVI, na Allemanha e Paizes Baixos, na Italia, França, Hespanha e Inglaterra. As estampas com saudações de anno novo. As cartas de indulgencia. Livros de imagens xylographadas na Allemanha e Paizes Baixos no século XV.
4. – Nigellagem. Maso Finiguerra. Os nigellos. seus caracteres. Os nigelladores italianos e florentinos no seculo XV.
5. – A gravura a buril nos seculos XV e XVI. – Allemanha. Martim Schongauer. Alberto Dürer. Lucas Cranach. Seus discípulos. – Paizes Baixos. Lucas de Leyde e sua escola. – Italia. Escolas florentina, paduo-mantuana, lombardo-veneziana, milaneza e da Italia Central. – França. Escolas de Fontainebleau, Lyon e Orléans.
6. – A gravura a agua forte nos seculos XV e XVI.
7. – A gravura na Allemanha, Paizes Baixos, Inglaterra, Italia, França e Hespanha nos séculos XVII a XIX.
8. – A gravura em Portugal desde a sua origem até o século XIX. A officina calcographica, typographica e litteraria do Arco do Cego.
9. – A gravura, a lithographia e os processos photo-machanicos no Brasil no século XIX.
10. – Os processos da gravura; noções gerais sobre a technica. Gravura em madeira ou xylographia. Gravura de crivo. Outros processos de gravura em relevo. Gravura a buril. Gravura a ponta secca. Gravura a agua-forte. Gravura á maneira de lapis. Gravura a pontilhado. Gravura á maneira negra ou á maneira de lapis. Gravura a pontilhado. Gravura á maneira negra ou mezzotinto. Gravura a aguada e agua-tinta.
11.- A technica dos trabalhos do gravador conforme os processos. Traços simples e cruzados. Pontos. Combinações e direcções desses elementos de acordo com o objecto a representar. Sombras e meias sombras na gravura a aguada e no mezzo-tinto. – Maneira e maneirismo. – O processo e o assumpto; conformidade de um com o outro.
12. – Lithographia. Origem. Processos. Seus representantes mais notaveis, até o seculo XIX, nos principaes paizes da Europa.
13. – Daguerreotypia. Photographia. Processos photo-mechanicos. Heliogravura.
14. – A estampa em côres.
15. – Aquarella. Guache. Miniatura. Aguada. Pastel. Suas applicações.
16. – A arte ficticia ou de fantasia. Os gravadores macabros. Os caprichos. A caricatura e o grotesco.
17. – Os ex-libris. Estylos. Allegorias e outros generos de composição.
18. – A illustração do livro. O cartaz, o cardapio e outras applicações da estampa.
19. – As cartas geographicas antigas. Sua ornamentação. As cartas e plantas modernas.
20. – Estampagem. A impressão primitiva. A impressão a machina. O preparo do papel. A impressão em côres. Tiragem em papel, seda e pergaminho.
21. – Provas. Ensaios. Prova <i>avant la lettre</i> . Prova <i>avant tonte lettre</i> . Prova terminada. Estados de uma estampa. Exemplares em papel commum, papel da China e do Japão. Provas de artista. Provas com <i>remarque</i> . Valor intrinseco e extrinseco de cada grupo. Original e copia.
22. – Falsificação da estampa; suas modalidades. A modernização em iconographia. O apocrypho na gravura de retratos.
23. – Utilidade da estampa. O ensino pela imagem. A estampa como divulgadora das obras de arte. A documentação iconographica.
24. – Catalogação. Fichas ou verbetes. Catalogação alphabetica. Catalogação topographica.
25. – Catalogação systematica. Classificação dos artistas por escolas e por nacionalidades Significação da palavra – <i>escola</i> – no sentido geral e restricto. Classificação por assumptos.
26. – Installação de um gabinete de estampas. Mobiliario. Acondicionamento.
27. – Conservação e restauração das estampas. Descollamento. Engommagem. Alvejamento. Tiragem de nodoas. Descoloração, Reparação de dilacerações e lacunas. Forração e entelação. Restauração do desenho. Reparação do pergaminho. Montagem simples de estampas. Montagem em <i>passe-partout</i> .
28. – Iconophilia. Iconomania. Formação de colleccões. Colleccionadores notaveis.
29. – Tecnologia da arte da gravura e da estampa.
PARTE PRATICA
Reconhecimento dos processos. Critica das qualidades da impressão e do estado do exemplar. Estimativa artistica da estampa. Estimativa da prova como peça de colleccão.
Preparo das fichas para a entrada nos diversos catálogos. Classificação de estampas para os catalogos systematicos. Pratica dos dictionarios de monogrammas e principaes manuaes de estampas.

Fonte: Biblioteca Nacional (1917 apud Weitzel 2009).

- Mario Behring (1876-1933) substituiu Aurélio Lopes de Souza na direção da 3ª Seção e ministrou a disciplina Iconografia em 1917, 1920 e 1921.

Figura 8 - Mario Behring



Fonte: Weitzel (2009, p.68)

Como pré-requisito, estabelecido no decreto de criação do curso, as aulas tinham a duração de uma hora, uma vez por semana, para cada disciplina. Quando encerrado o período de aulas, eram realizados exames que só poderiam ser feitos por alunos que tivessem comparecido no mínimo a 50% das aulas. Cada exame constava de prova escrita e prática e deveria ser feito em duas horas. Havia também a prova oral que não deveria exceder meia hora. Aos alunos aprovados no curso era expedido um certificado de capacidade na área.

O curso da BN, em sua primeira fase, formou poucos egressos, como visto no Quadro a seguir:

Quadro 5 - Alunos habilitados para o exercício profissional na 1ª fase do curso.

Anos	Nome dos alunos habilitados
1915	Não houve exame por desistência dos alunos
1916	Carlos Mariani e Luiz Corte-Real de Assumpção
1917	Emmanuel Eduardo Gaudie Ley
1918	Não houve exame por desistência dos alunos
1919	Mario Gomes de Araújo, João Carlos Moreira e Moyses de Almeida Albuquerque
1920	Não houve exame por desistência dos alunos
1921	O curso não se realizou por falta de candidatos
1922	Dois funcionários foram aprovados, mas não foram identificados
1923	O curso não foi realizado

Fonte: Weitzel, 2009, p. 61

O curso fluiu até 1922, porém, em 1923, o curso parou de funcionar devido à implantação de mudanças estabelecidas em regulamento do Museu Histórico Nacional, em 2 de agosto de 1921, que estabelecia a criação do *Curso Technico*. Esse curso tinha como finalidade formar profissionais para atuar na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional. Entretanto, tal mudança não saiu do papel e as atividades do curso de Biblioteconomia foram encerradas. (CASTRO, 2000).

Em 1931, o Decreto de nº 20.673/1931 estabeleceu a retomada do curso pela Biblioteca Nacional com período de permanência de dois anos. No 1º ano, eram ministradas as disciplinas de História Literária com aplicação à Bibliografia; Iconografia e Cartografia, enquanto no 2º ano, Bibliografia, Paleografia e Diplomática.

Quadro 6 - Disciplinas ministradas por Professor entre os anos de 1932 a 1933.

Data	Disciplinas	Professores	Ano
1932	Bibliografia	Constâncio Alves	1º
	Paleografia e Diplomática	Mário Behring	1º
1933	Iconografia e Cartografia	Carlos Mariani e Floriano Bicudo Teixeira	2º
	História Literária aplicada à Bibliografia	Emanuel Eduardo Gaudie Ley e Luiz Corte Real de Assunção	2º

Fonte: Weitzel, 2009, p. 70 adaptada de Costa, 2008.

As disciplinas de Bibliografia, Paleografia e Diplomática continuaram a ser ministradas por Constâncio Alves e Mário Behring. Enquanto as novas disciplinas foram ministradas por novos professores, diferentes daqueles da 1ª fase do ensino na BN.

Na prática não houve mudanças significativas na estrutura do curso, que valorizava a cultura geral em detrimento das técnicas. Os alunos da Biblioteca Nacional eram privilegiados, pois, uma vez diplomados, tinham a preferência absoluta do preenchimento de vagas na Biblioteca Nacional e em órgãos do Governo, como pode ser observado nos Artigos 28 e 32 do Decreto 8.835 de 11 de Julho de 1911.

Art. 28: “Os auxiliares serão nomeados mediante concurso de documentos comprobatórios da aptidão e boa conduta dos candidatos, que não poderão ter menos de 18, nem mais de 30 anos de idade, não sendo admitidos aqueles que sofrerem de molestia contagiosa ou tiverem defeito físico que prejudique o exercício do cargo, **devendo ser preferidos os que houverem sido habilitados no curso de biblioteconomia**”.

[...]

Art. 32: “Os empregados nomeados independentemente de habilitação no curso de hibliotheconomia [sic] **não poderão chegar a bibliotecarios, sem que se habilem naquele curso**, circunstancia que deverá ser levada em conta nas demais promoções por merecimento”. (BRASIL, 1911, grifo nosso).

Como se pode observar, o ensino da Biblioteconomia no Rio de Janeiro deu-se por meio da Biblioteca Nacional, influenciada pela escola francesa “*École de Chartes*” com forte característica humanística. Enquanto em São Paulo, a Biblioteconomia sofreu influência americana tecnicista da “*Columbia University*”.

1.3.2 SÃO PAULO

Em 1929 instalou-se em São Paulo, no Mackenzie College, o Curso Elementar de Biblioteconomia, orientado pela bibliotecária americana Dorothy Muriel Gedds Gropp. Na época, esse curso era voltado para os funcionários da biblioteca, professores e bibliotecários de outras instituições.

Figura 9 -Dorothy Muriel Gropp



Fonte: Russo,1966.

O curso de Biblioteconomia do Mackenzie College foi encerrado em 1936. Neste mesmo ano foi instalado no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo um curso, criado por Rubens Borba de Moraes (CASTRO, 2000).

Figura 10 - Rubens Borba de Moraes



Fonte: Russo, 1966.

Figura 11 - Adelpha Silva Figueiredo



Fonte: Russo, 1966.

Segundo Russo (1966, p. 16) deve-se a Rubens Borba de Moraes e Adelpha Silva Figueiredo:

[...] não só a formação dos primeiros técnicos em São Paulo, mas a implantação de uma Biblioteconomia nova, sendo a Biblioteca Municipal de São Paulo o laboratório onde puderam treinar muitas gerações de

bibliotecários e provar quanto é benéfico um acervo organizado a serviço da coletividade.

No curso da Prefeitura de São Paulo, Adelpha Figueiredo ministrava as disciplinas de Catalogação e Classificação, enquanto Rubens Borba de Moraes, as disciplinas de História do Livro e Bibliografia. Russo (1966) relata que esse curso foi recebido com interesse e confiança por aqueles que se dedicavam a cuidar de bibliotecas. Esse fato pode ser comprovado com as 215 matrículas efetuadas em maio de 1937. Contudo, apenas 59 alunos foram diplomados em 1938.

Figura 12 - Primeira aula da Escola de Biblioteconomia em São Paulo, 1937.



Fonte: Russo, 1966.⁴

Prestes Maia, ao assumir a Prefeitura de São Paulo, em 1939, por questões políticas e com alegações de não reconhecer a utilidade e a viabilidade do Curso de Biblioteconomia, cancelou a subvenção dada ao curso. Assim, as atividades do curso foram canceladas (RUSSO, 1966; CASTRO, 2000).

⁴ Russo (1966) coloca a foto da mesa da primeira aula da Escola de Biblioteconomia em São Paulo, mas não coloca o nome dos integrantes.

Em meio às dificuldades, Rubens Borba de Moraes procurou o apoio na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde reinstalaram o curso, em maio de 1940.

2.3.3 RIO DE JANEIRO *VERSUS* SÃO PAULO

As escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro eram guiadas por diferentes visões. A primeira, basicamente técnica, influenciada pela “*Columbia University*”, enquanto a segunda, fundamentada na escola francesa “*École de Chartes*”, mantinha suas raízes humanísticas, conservadora e enciclopedista. Isso se deu de tal forma que os bibliotecários formados por uma determinada escola passavam a defender a abordagem tecnicista ou humanística, de acordo com a escola de formação.

Durante várias décadas, as diferentes formas de ensino de Biblioteconomia, a saber, a humanística ensinada na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, e a técnica ensinada nas escolas de São Paulo, geraram desconforto entre essas escolas e seus egressos. Castro (2000, p. 103) afirma que a polêmica entre o Rio e São Paulo, quanto aos aspectos técnicos, foi marcante. Para ele, um exemplo ilustrativo dessa rivalidade “[...] deu-se com relação à permanência ou não das reticências nas fichas catalográficas, quando a folha de rosto de um livro não houvesse informações relativas à autoria.” Enquanto os bibliotecários paulistas consideravam as reticências desnecessárias, os bibliotecários cariocas as julgavam imprescindíveis.

No caso da Biblioteca Nacional, Fonseca (1979) afirma que até metade do Século XX os dois diretores com maior destaque foram Ramiz Galvão e Manoel Cícero, homens diretamente influenciados pela Europa. Essa influência persistiu até 1930 tanto sobre a Biblioteconomia quanto sobre os escritores e artistas da época. Por exemplo, a Semana de Arte Moderna, em 1922, foi profundamente marcada pelos movimentos europeus de vanguarda literária e artística.

Na visão de Rubens Borba de Moraes (apud FONSECA, 1979), já havia no Brasil muitas bibliotecas antigas, em decadência, que necessitavam de mais

profissionais técnicos do que eruditos. Era fato que os eruditos, quase sempre, desempenhavam a função de diretor com louvor, mas as bibliotecas estavam precisando de especialistas em conservação, classificação e catalogação de coleções valiosas.

O ensino de Biblioteconomia no Rio de Janeiro e em São Paulo apresentavam diferenças desde a influência até as controvérsias sobre práticas e técnicas, bem como nas disciplinas ofertadas, como pode ser observado no Quadro 7:

Quadro 7 – Disciplinas ministradas no Rio de Janeiro e em São Paulo: diferenças e semelhanças

ANO	RIO DE JANEIRO (BN)	ANO	SÃO PAULO
1915	Bibliografia Paleografia e Diplomática Referência	1929	Catálogo Classificação Organização de Bibliotecas
1931	Bibliografia Paleografia e Diplomática História da Literatura Iconografia e Cartografia	1941-1942	Catálogo Classificação Bibliografia História do Livro Organização de Bibliotecas
1944	Organização e Administração de Bibliotecas Catálogo Classificação Bibliografia e Referência História do Livro e das Bibliotecas História da Literatura (aplicada à Bibliografia) Noções de Paleografia	1943-1959	Catálogo Classificação Bibliografia Organização de Bibliotecas História do Livro e Paleografia
1962	Técnica de Referência Bibliografia Geral Catálogo e Classificação Organização e Administração de Bibliotecas História do Livro e das Bibliotecas Organização e técnicas de Documentação Literatura e Bibliografia Literária Introdução à Cultura Histórica e Sociológica Reprodução de Documentos Paleografia Introdução à Cultura Filosófica e Artística	1960-1961	Catálogo Classificação Referência e Bibliografia História do Livro Paleografia Organização e Administração de Bibliotecas Seleção de Livros Introdução à Cultura Artística Introdução à Cultura Filosófica Introdução às Ciências Sociais Documentação

Fonte: CASTRO, 2000, p. 105

Até o ano de 1942, é possível observar que as escolas apresentavam disciplinas totalmente diferentes, com exceção do ensino de bibliografia que se

tornou comum aos dois cursos a partir do ensino na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

De acordo com Castro (2000), um dos fatores que contribuiu para tanta diferença foram as características particulares das bibliotecas de cada Estado. Na época, o Rio de Janeiro era a capital do Brasil, onde se situava não apenas a Biblioteca Nacional, como todas as bibliotecas dos Ministérios, sendo que a maior parte de suas bibliotecas tinha um perfil diferente das bibliotecas públicas de São Paulo. Para Castro (2000) esse foi um dos motivos que não justificava o ensino de disciplinas como Diplomática, Numismática, Paleografia e Cartografia em São Paulo.

À medida que o curso da Biblioteca Nacional passava por um processo de “americanização”, a instituição notou que os saberes até então ministrados não correspondiam às demandas das bibliotecas de órgãos públicos, nem das demais que sentiam a falta de técnicos especializados. Com isso, desde 1944, não há diferenças significativas entre os saberes ministrados em São Paulo e no Rio de Janeiro. (CASTRO, 2000).

Devido as exigências do mercado de trabalho, a Biblioteca Nacional, em 1944, sob a gestão do escritor Josué Montello, obteve um caráter mais pragmático que ocasionou na modificação do currículo do curso com o acréscimo de disciplinas técnicas, tais como: Catalogação, Classificação, Bibliografia e Referência. Já em 1946, a Biblioteca Nacional, sob a direção de Rubens Borba de Moraes⁵, passou por sua terceira reforma, de orientação norte-americana, onde é adotado o sistema decimal de Melvil Dewey e o catálogo-dicionário (CASTRO, 2000; FONSECA, 1979).

Para Fonseca (1979), Rubens Borba de Moraes e Josué Montello eram mais “europeizados” que “norte – americanizados” e, certamente, mais eruditos do que técnicos. Ainda de acordo com Fonseca (1979, p. 35), “[...] o interesse pelos Estados Unidos que se notou a partir dos anos 30 veio da própria Europa [...]” o que pode ter levado a preferência pelo pragmatismo americano nas bibliotecas brasileiras.

⁵ De acordo com Bandeira (1990) estranhamente o período de sua administração na Biblioteca Nacional não ficou registrada nos documentos da instituição. Seus relatórios não constam nos Anais da Biblioteca. Todo o período da gestão de Rubens Borba de Moraes não está documentado.

No cotidiano dos bibliotecários brasileiros, as diferenças advindas da influência francesa ou norte-americana geravam inimizades, como relata Fonseca em entrevista a Castro (2000, p. 102): “Creio que as duas orientações devem ser conciliadas. Mas o que ocorreu foi um lamentável conflito que chegou a gerar inimizades pessoais entre bibliotecários de São Paulo e Rio de Janeiro”.

Verificou-se, por meio dos relatos de Fonseca (1979) e Castro (2000), que com o passar dos anos, tanto a prática como o ensino da Biblioteconomia foram deixando de lado o aspecto erudito e assimilando a vertente tecnicista dos Estados Unidos.

2.4 CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

A Expansão dos cursos de Biblioteconomia no País, entre 1930 e 1960, foi marcada pelas ações do Instituto Nacional do Livro, no sentido de incentivar a criação de novas bibliotecas e fomentar cursos regulares de Biblioteconomia.

Na década de 1940 havia seis cursos de Biblioteconomia no Brasil: no Estado do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional); no Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); em Pernambuco (Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura); na Bahia (Universidade Federal da Bahia), e dois cursos no Estado de São Paulo (Pontifícia Universidade Católica de Campinas e na Escola de Sociologia e Política).

Na década de 1950, foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBBB) e criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Em 1955, este instituto realizou o Curso de Pesquisa Bibliográfica, que não era voltado apenas para bibliotecários, mas para todos aqueles que trabalhavam ou queriam trabalhar com documentação.

Nesse período, foram criados os cursos de Biblioteconomia nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Amazônia e na cidade de São Carlos (SP). O curso que funcionava no Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura de Recife foi transferido para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1950. No fim da década, havia 10 cursos em funcionamento no Brasil.

A década de 1960 foi marcada pela regularização da profissão de bibliotecários como de nível superior e pela criação do Currículo Mínimo (CM) que estabelecia a duração de 3 (três) anos para os cursos e uma relação de disciplinas mínimas obrigatórias.

Com o passar dos anos, o número de escolas de Biblioteconomia aumentou. Russo (1966) observou que em 1965 havia 14 escolas em atividade e cinco desativadas. Estas escolas juntas formaram 3.132 bibliotecários até o ano de 1965, observe as Tabelas 1 e 2, a seguir.

Tabela 1 – Escolas de Biblioteconomia em 1965.

ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA EM ATIVIDADE EM 1965	Nº DE FORMADOS
Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação Desembargador “Álvaro Clemente de Oliveira” (BA)	-
Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia (BA)	139
Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Nacional de Brasília (DF)	-
Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (RJ)	1020
Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Ursula, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (RJ)	65
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (MG)	172
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (PA)	-
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná (PR)	130
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Pernambuco (PE)	160
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS)	153
Escola de Biblioteconomia de São Paulo (SP)	624
Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas (SP)	216
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (SP)	24
TOTAL	2703

Fonte: Adaptado de Russo (1966).

Tabela 2- Escolas de Biblioteconomia desativadas entre 1939-1960.

Escolas desativadas entre 1939 - 1960	Período de atividades	Nº de formandos
Escola de Biblioteconomia de Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae (SP)	1944-1960	306
Escola de Biblioteconomia da Prefeitura de Recife (PE)	1948-1950	17
Escola de Biblioteconomia Nossa Senhora de Sion (SP)	1948-1949	22
Curso de Biblioteconomia do Caetano de Campos (SP)	1951-1953	25
Curso de Biblioteconomia da Prefeitura do Município de São Paulo (SP)	1937-1939	59
TOTAL		429

Fonte: Adaptado de Russo (1966).

A partir de 1963, o CM deveria ser adotado por todos os cursos de Biblioteconomia. No entanto, cada escola poderia complementar o plano de ensino com outras disciplinas. As disciplinas obrigatórias eram História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia.

Na década de 1970 foram criados os cursos de mestrado em Ciência da Informação do IBBD (1970), mestrado em Biblioteconomia da UFMG (1976), mestrado em Biblioteconomia da PUC – Campinas (1976), mestrado em Biblioteconomia e Documentação da UnB (1978) e o mestrado em Biblioteconomia da UFPB (1978). Do mesmo modo, foram criados os primeiros periódicos científicos da área que tiveram importante papel na propagação das informações e como fontes de material didático para o ensino (SOUZA, 1990; MUELLER, 1988).

Os cursos de Biblioteconomia na Universidade Estadual de Londrina – UEL-PR, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – SC, no Centro Universitário de Formiga – UNIFOR – MG, na Universidade Federal Fluminense – UFF – RJ, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Faculdades Integradas Teresa D'Ávila - FATEA/Lorena – SP, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG e nas Faculdades Integradas Coração de Jesus – FAINC – SP surgiram nos anos de 1970.

Na década de 1980 surgiu o 2º Currículo Mínimo de Biblioteconomia, junto com ele nasceu o curso da Universidade Federal de Goiás – UFG. Nos anos de 1990 foram criados cursos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. No período de 1980 a 1990 foram criados poucos cursos, mas, no final dos anos 1990, havia 30 (trinta) cursos em atividade.

Na década de 2000 foram criados cursos na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESFulenc – MS), na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), no Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior (IMAPES), na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Faculdade de Ciência da Informação de Caratinga FCIC e no Centro Universitário Assunção (UNIFAI - SP).

Em 2012, havia 39 cursos em atividade. O Quadro 8 apresenta a data de criação e as instituições dos cursos de Biblioteconomia, no período de 1911 a 2011. No qual foram desativados 12 cursos.

Quadro 8 – Ano de criação das escolas de Biblioteconomia⁶

Ano de criação	Escola	Situação
1911	Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO . Centro de Ciências Humanas. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1929	Curso Elementar de Biblioteconomia do Mackenzie College (SP)	DESATIVADO
1937	Curso de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal de São Paulo	DESATIVADO
1938**	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP . Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação.	EM ATIVIDADE
1942	Universidade Federal da Bahia – UFBA . Instituto de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia	EM ATIVIDADE
1944	Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae (SP)	DESATIVADA
1945	Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas/ SP . Faculdade de Biblioteconomia. Curso de Ciência da Informação - Habilitação em Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1947	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS . Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1948	Escola de Biblioteconomia Nossa Senhora de Sion (SP)	DESATIVADA
	Escola de Biblioteconomia da Prefeitura de Recife	DESATIVADA
1950	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG . Escola de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE . Centro de Artes e Comunicação. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1951	Curso de Biblioteconomia do Instituto Caetano de Campos (SP)	DESATIVADA
1959	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar - SP . Departamento de Ciência da Informação. Biblioteconomia e Ciência da Informação	EM ATIVIDADE
1960	Pontifícia Universidade Católica – Paraná	EM ATIVIDADE
	Universidade Santa Úrsula – USU - RJ . Instituto de Tecnologia da Informação e da Comunicação - Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1962	Universidade de Brasília – UnB - DF . Faculdade de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia / Arquivologia/ Museologia	EM ATIVIDADE
1963	Universidade Federal do Pará – UFPA . Faculdade de Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE

⁶ * Não identificado. **Segundo Russo (1966) a data de fundação da Escola de Biblioteconomia de São Paulo foi em 1938 sob a dependência da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Instituição complementar da Universidade de São Paulo.

Quadro 8 – Ano de criação das escolas de Biblioteconomia – Cont.

Ano de criação	Escola	Situação
1964	Universidade Federal do Ceará – UFC - CE . Centro de Humanidades. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1965	Escola de Biblioteconomia e Documentação da Fundação Desembargador “Álvaro Clemente de Oliveira” (BA)	DESATIVADA
1966	Universidade Federal do Amazonas – UFAM . Instituto de Ciências Humanas e Letras Departamento de Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1967	Universidade de São Paulo – USP . Escola de Comunicação e Artes – ECA. Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1969	Universidade Federal do Maranhão – UFMA . Centro de Ciências Sociais. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
	Universidade Federal da Paraíba – UFPB . Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1972	Universidade Estadual de Londrina – UEL- PR . Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia	EM ATIVIDADE
1973	Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC - SC . Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED). Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação – DBI. Curso de Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação	EM ATIVIDADE
1974	Centro Universitário de Formiga – UNIFOR - MG . Escola de Biblioteconomia – ESBI. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
	Universidade Federal Fluminense – UFF - RJ . Instituto de Arte e Comunicação Social. Departamento de Documentação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia Criação: 1974 (data de reconhecimento do curso pelo Decreto 74145).	EM ATIVIDADE
	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES . Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Ciência da Informação Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia	EM ATIVIDADE
1975	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila - FATEA/Lorena – SP Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1976	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC . Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1977	Universidade Estadual Paulista – UNESP . Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC). Departamento de Ciência da Informação (DCI). Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia	EM ATIVIDADE
1978	Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG . Departamento de Biblioteconomia e História. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1979	Faculdades Integradas Coração de Jesus – FAINC - SP . Faculdade de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1980	Universidade Federal de Goiás – UFG . Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1996	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN . Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
1998	Universidade Federal de Alagoas – UFAL . Campus A. C. Simões. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
2000	Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT . Campus de Rondonópolis. Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE

Quadro 8 – Ano de criação das escolas de Biblioteconomia – Cont.

Ano de criação	Escola	Situação
2001	Instituto de Ensino Superior da Funlec – IESFulenc - MS .Curso de Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
2002	Universidade Estadual do Piauí – UESPI	EM ATIVIDADE
2005	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ . Centro de Informações Jurídicas Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de informação (CBG)	EM ATIVIDADE
	IMAPES - Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
2006	Universidade Federal do Ceará – UFC . Curso de Biblioteconomia. Campus Cariri.	EM ATIVIDADE
	Faculdade de Ciência da Informação de Caratinga – FCIC .	EM ATIVIDADE
2007	Universidade de São Paulo – USP . Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto Departamento de Física e Matemática. Curso de Ciência da Informação e Documentação - Habilitação em Biblioteconomia	EM ATIVIDADE
2008	Curso de Biblioteconomia. Faculdade Pelotina – FAPAS .	DESATIVADA
2009	Centro Universitário Assunção - UNIFAI – SP	EM ATIVIDADE
*	Faculdades Integradas Cândido Rondon - UNIRONDON . Graduação em Biblioteconomia	DESATIVADA
	Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC .Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá. Curso de Biblioteconomia	DESATIVADA
	Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações – UNINCOR . Instituto de Ciências Organizacionais e Administrativas – INCOA.Curso de Biblioteconomia	DESATIVADA
	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI . Departamento de Pedagogia. Curso de Licenciatura em Biblioteconomia	DESATIVADA
	Faculdades Tereza Martin – FATEMA . Curso Administração da Informação	DESATIVADA

Fonte: adaptado de Oliveira; Carvalho; Souza (2009); Walter (2008); Almeida; Baptista (2011), Russo (1966), Souza (1990) e Castro (2000).

Dos 39 cursos de Biblioteconomia em atividade em 2012, no Brasil, 15 estão localizados na região sudeste e destes, nove estão no Estado de São Paulo, enquanto nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins não há nenhum curso de Biblioteconomia.

2.5 CURRÍCULO MÍNIMO

2.5.1 CURRÍCULO MÍNIMO DE 1962

O Currículo Mínimo (CM) de 1962 surgiu da necessidade dos bacharéis em Biblioteconomia terem o registro dos diplomas na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, como estabelece o Art.4 da Lei 4.084/62 que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. O Currículo Mínimo foi elaborado por uma comissão nomeada pelo Conselho Federal de Educação, formada por: Abner Lellis Corrêa Vicentini (UnB); Cordelia Cavalcanti (UnB); Edson Nery da Fonseca (UnB); Etelvina Lima (UnB); Nancy Westefallen Corrêa (UFPR); Sully Brodbeck; Zilda Machado Taveira (FESP – SP). (RUSSO, 1966).

Em 1962, os bibliotecários conquistaram o reconhecimento da sua profissão como de nível superior e privativa dos bacharéis de Biblioteconomia. A Lei 4.084/62 estabelecia que para o provimento de cargo de bibliotecário era obrigatório a apresentação do diploma, esse só tinha valor legal se registrado pelo Ministério da Educação e Cultura que exigia das escolas de Biblioteconomia o cumprimento do Currículo Mínimo para validar o diploma. A seguir, é exposto um pequeno trecho extraído da lei.

Do Exercício da Profissão de Bibliotecário e das suas atribuições:

Art 1º A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.

Art 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;

b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente.

Art 3º Para o provimento e exercício de cargos técnicos de Bibliotecários e documentalistas, na administração pública autárquica, paraestatal, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, **é obrigatória a apresentação do diploma de bacharel em Biblioteconomia respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.**

Art 4º Os profissionais de que trata o art. 2º, letras a e b desta lei, **só poderão exercer a profissão após terem registrado seus títulos ou diplomas na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura** (BRASIL, 1962, grifo nosso).

O Currículo de 1962 apresentava dois grandes grupos, um de conteúdo cultural e humanístico, e o outro, técnico (MUELLER, 1988). Entretanto, já em 1966 Russo relatava que muitas escolas não ficaram satisfeitas com o Currículo Mínimo, pois consideravam excessivo o número de matérias culturais. Da mesma forma que Macedo (1963, p. 3) considerava que o currículo tinha “[...] excesso de matérias culturais e falta de matérias técnicas.”

Embora na época houvesse uma comissão de especialistas em Biblioteconomia formada especificamente para elaborar uma proposta de currículo mínimo, esta não foi aceita integralmente pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que fez ajustes na proposta dos especialistas da área para só então aprová-la. No Quadro 9, segue a relação das disciplinas do currículo proposto e as do currículo aprovado pelo CFE.

Quadro 9– Currículo proposto *versus* currículo aprovado (1962)

Currículo proposto pela Comissão de Especialistas em Biblioteconomia	Currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação
Bibliografia	História do Livro e das Bibliotecas
Catálogo	História da Literatura
Classificação	História da Arte
Documentação	Introdução aos Estudos Históricos e Sociais
História da arte	Evolução do Pensamento Filosófico e Científico
História da Ciência e da Tecnologia	Organização e Administração de Bibliotecas
História da Literatura	Catálogo e Classificação
História do Livro e das Bibliotecas	Bibliografia e Referência
Introdução à Filosofia	Documentação
Introdução às Ciências Sociais	Paleografia
Organização e Administração das Bibliotecas e Serviços de Documentação	
Referência	

Fonte: Macedo (1963, p. 3); Dias (1964, p. 22)

Tais alterações, no entanto, não agradaram à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários⁷ (FEBAB) que pronunciou seu descontentamento com o Currículo Mínimo de 1962, por meio de memorial ao Presidente do Conselho

⁷ Em 2012, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições.

Federal de Educação em 12/02/1963. Macedo (1963), guiada pela visão da FEBAB, assinala, entre outros pontos, os seguintes:

- O currículo aprovado parece visar apenas aos interesses da Biblioteca Nacional;
- A cadeira de Paleografia não é matéria básica para o ensino de Biblioteconomia e Documentação, podendo ser ministrada na cadeira de História do Livro e das Bibliotecas. Já naquela época, a FEBAB considerava a dificuldade de conseguir professores para ministrar essa disciplina nas escolas do interior do Brasil;
- Falta a disciplina Seleção de Livros e,
- As disciplinas de catalogação e classificação devem ser ministradas separadamente, uma vez que constituem matérias autônomas há mais de 20 anos.

As mudanças nas escolas começaram a partir de 1963. As escolas não se limitavam a oferecer apenas as disciplinas obrigatórias, também incluíam em seus currículos plenos outras disciplinas. Com o passar dos anos, Suzana Mueller (1988) observou que as disciplinas culturais eram demasiadamente amplas, ocasionando, em geral, um conhecimento superficial e pouco significativo, frustrando a intenção da formação humanística. Essas características podiam ser notadas desde a criação do currículo de 1962, como mostra a seguinte afirmação:

O bibliotecário-documentalista deve ser uma pessoa culta, mas em primeiro lugar um técnico [...] O importante é que o ensino de Biblioteconomia se preocupe, em 1º lugar, com a formação de técnico eficiente, de escola, não se enveredando, porém, para uma alta formação cultural de modo que sobrecarregue o estudante, num ano letivo, com o estudo de muitas matérias não específicas ao objetivo primordial de sua formação (MACEDO, 1963, p. 9).

Dias (1964) era de opinião que somente o tempo e a aplicação prática do CM de 1962 poderiam trazer conclusões sobre os defeitos e as qualidades do currículo estabelecido. Também previa que a aplicação poderia ser difícil em alguns Estados da Federação.

Esta dissertação, a partir das disciplinas aprovadas no CM e os planos de estudo das 14 escolas em atividade no ano de 1965, faz uma breve análise dos planos de ensino na busca de estabelecer conexões com os aspectos humanísticos e/ou técnicos e a observância do CM estabelecido.

1. A Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira oferecia as disciplinas:

Bibliografia e Referência, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do pensamento Filosófico e Científico, História da arte, História da Literatura, História dos Livros e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Introdução as Ciências Sociais, Língua Alemã, Língua Francesa, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Literatura Brasileira e Portuguesa, Organização e Administração de Bibliotecas, Organização e Administração de Bibliotecas Especializadas, Paleografia, Psicologia e Seleção de Livros e Bibliografia Especializada (RUSSO, 1966, p. 35).

Observa-se que além das disciplinas estabelecidas pelo CM, o curso adota outras disciplinas com enfoque cultural e também a disciplina de Seleção de Livros de característica técnica.

2. A Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia disponibilizava as seguintes disciplinas:

Administração, Bibliografia e Referência, Bibliografia Especializada, Catalogação e Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Língua Alemã ou Francesa, Língua Inglesa, Literatura Brasileira, Literatura Universal, Organização de Bibliotecas, Paleografia, Psicologia, Seleção (RUSSO, 1966, p.37).

A Escola da Bahia foi fundada em 1942 e seu curso tinha a duração de três anos com a possibilidade do aluno ficar por mais um ano e se especializar, por meio de cursos facultativos de: Bibliotecas Públicas, Bibliotecas Especializadas em Ciências Médicas, Bibliotecas Especializadas em Tecnologias, Bibliotecas Especializadas em Ciências Sociais e Bibliotecas Especializadas em Artes (RUSSO, 1966).

A partir do plano de ensino da UFBA, é possível observar que, além das disciplinas do CM que, segundo Souza (1990) era formado basicamente por aquelas do currículo norte-americano implantado em 1936 no Curso do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e de algumas outras tidas como de Fundamentação Geral. A escola da Bahia se preocupou em ministrar disciplinas para a formação do profissional bibliotecário que não estavam expressas no CM, tais como seleção e psicologia. Mueller (1985) considera que o entendimento da Psicologia social é essencial ao bom desempenho profissional.

3. A Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UnB) oferecia as disciplinas, a seguir:

Bibliografia, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História dos livros e das Bibliotecas, Introdução à Administração, Introdução à Biblioteconomia, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização do Trabalho Intelectual, Organização e Administração de Bibliotecas e Paleografia (RUSSO, 1966, p. 39).

De acordo com a Universidade de Brasília (1962), a proposta da Faculdade de Biblioteconomia era formar bibliotecários especializados por meio de um curso de graduação científica de dois anos, após o bacharelado, para os alunos com maior aptidão para pesquisa.

Desta forma, a proposta era formar bibliotecários especializados em ciências exatas para os alunos dos institutos de matemática, física e química; bibliotecários especializado em ciências biológicas para os alunos do Instituto Central de Biologia; bibliotecário especializado em Geociências para os alunos do Instituto Central de Geociências; bibliotecário especializado em ciências sociais para os alunos do Instituto Central de Ciências Humanas e bibliotecários especializados em letras para os alunos do Instituto Central de Letras. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962).

No entanto, com o advento Lei 4.084/1962 mais conhecida como a Lei do bibliotecário, foi estabelecido que o curso formasse Bacharéis em Biblioteconomia. Desta forma, a intenção da UnB de formar bibliotecários especializados em determinadas áreas do conhecimento deu lugar a formação de bibliotecários generalistas.

Durante o processo de elaboração do CM, maior parte dos membros da comissão formada pelo CFE para criá-lo era composta por professores da UnB, mas a orientação da comissão não foi seguida à risca e o CFB fez algumas mudanças na proposta inicial. Em seu currículo pleno, a UnB adotou a disciplina de Introdução à Biblioteconomia e Organização do Trabalho Intelectual, disciplinas que só eram oferecidas por esta faculdade.

4. O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC) era composto pelas disciplinas:

Bibliografia, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico, Evolução do Pensamento Científico, História da Arte, História da Literatura, História das Bibliotecas, História dos Livros, Introdução aos Estudos Históricos, Introdução aos Estudos Sociais, Línguas Estrangeiras, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia e Técnica de Serviços de Referência (RUSSO, 1966, p.43)

A UFC adotou apenas a disciplina de Línguas Estrangeiras, além das obrigatórias. Embora essa disciplina seja cultural, seu conhecimento é fundamental no processo técnico de informações escritas em outras línguas.

5. Biblioteca Nacional (RJ)

Bibliografia Geral, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte História dos Livros e das Bibliotecas, Introdução a Catalogação e Classificação, Introdução a Cultura Histórica e Sociológica, Organização e Administração de Bibliotecas, Literatura e Bibliografia Literária, Organização e Técnica de Documentação, Paleografia, Reprodução de Documentos, Técnica de Serviços de Referência (RUSSO, 1966, p. 45).

Em 1965 o curso da Biblioteca Nacional era composto apenas por disciplinas do CM, mas com mudanças na nomenclatura das disciplinas.

6. A Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro lecionava os seguintes cursos:

Bibliografia e Referência, Catalogação e Classificação, Documentação, Doutrina Social da Igreja, Encadernação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Organização de Administração de Bibliotecas e Centros de Documentação, Paleografia, Seleção de Livros e Orientação de Leitura (RUSSO, 1966, p. 47).

A escola, em suas disciplinas extras, oferecia direcionamento técnico por meio das disciplinas de Encadernação e Seleção de Livros e Orientação de Leitura.

7. O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1965, oferecia as disciplinas:

Administração Gera, Bibliografia Especializada, Bibliografia Geral e Referência, Catalogação, Catalogação e Classificação de Materiais

Especiais, Classificação, Documentação, Doutrina Social da Igreja, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia (RUSSO, 1966, p. 50).

8. Já o Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA), restringia-se a oferecer apenas as disciplinas estabelecidas pelo CM:

Bibliografia e Referência, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia (RUSSO, 1966, p. 52)

9. O Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) oferecia a disciplina de Relações Públicas no âmbito de Psicologia, uma disciplina a mais que a UFPA:

Bibliografia e Referência; Catalogação; Classificação; Documentação; Evolução do Pensamento Filosófico e Científico; História da Arte; História da Literatura; História do Livro Introdução aos Estudos Históricos e Sociais; Organização e Administração de Bibliotecas; Relações Públicas, (RUSSO, 1966, p. 54).

- 10.O Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) oferecia a disciplina humanística de Psicologia das Relações Humanas e ministrava a Seleção de Material Bibliográfico:

Administração de Bibliotecas; Bibliografia; Bibliografia Especializada; Catalogação e Classificação de Material Especializado; Classificação; Documentação; Evolução do Pensamento Filosófico e Científico; História da Literatura; História do Livro e das Bibliotecas; Introdução aos Estudos Históricos e Sociais; Organização de Bibliotecas; Paleografia; Psicologia das Relações Humanas; Referência; Seleção de Material Bibliográfico, (RUSSO, 1966, p. 56).

- 11.O Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) além das disciplinas obrigatórias ministrava Seleção de Livros e Psicologia das Relações Humanas:

Bibliografia e Referência; Catalogação; Classificação; Documentação; Evolução do Pensamento Filosófico e Científico; História da Arte; História da Literatura; História do Livro e das Bibliotecas; Introdução aos Estudos Históricos e Sociais; Organização e Administração de Bibliotecas; Paleografia; Seleção de Livros; Psicologia das Relações Humanas, (RUSSO, 1966, p. 59).

12. A antiga Escola de Biblioteconomia de São Paulo retratada por Russo é o curso da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FEPEPS em 2012. Desde a década de 1930, a Escola de Biblioteconomia de São Paulo estava voltada para as disciplinas técnicas. Com o advento do CM, a escola passou a adotar às disciplinas culturais deste e acrescentou a disciplina Seleção de Livros ao seu currículo pleno:

Bibliografia; Catalogação; Classificação; Documentação; Evolução do Pensamento Filosófico e Científico; História da Arte; História do Livro e das Bibliotecas; Introdução à Cultura Artística; Introdução aos Estudos Históricos e Sociais; Literatura e Bibliografia Literária; Organização; Paleografia; Referência; Seleção de Livros, (RUSSO, 1966, p. 61).

13.A Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas ministrava além das disciplinas obrigatórias Relações Humanas e Cultura Religiosa:

Bibliografia; Catalogação; Classificação; Cultura Religiosa; Documentação; Ética Profissional; Evolução do Pensamento Filosófico e Científico; História da Arte; História da Literatura Brasileira; História da Literatura Geral; História do Livro e das Bibliotecas; Introdução aos Estudos Históricos e Sociais; Organização e Administração de Bibliotecas; Paleografia; Referência; Relações Humanas, (RUSSO, 1996, p. 64)

14. Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos oferecia Seleção de Livros e Encadernação:

Catalogação; Classificação; Ciências Sociais; Cultura Artística ; Cultura Científica; Cultura Filosófica; Cultura Histórica; Documentação; Encadernação; História do Livro; Organização e Administração de Bibliotecas; Paleografia; Psicologia; Referência e Bibliografia; Relações Públicas e Ética Profissional; Seleção de Livros; Teoria da Organização e Administração; Literaturas Brasileira e Portuguesa, (RUSSO, 1996, p. 66)

O CM de 1962 era igualmente dividido em disciplinas humanísticas e técnicas, formado por cinco disciplinas humanísticas e por 5 técnicas. As de caráter cultural eram História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte e Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, enquanto as técnicas eram Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia.

Ao observar os planos de estudos das 14 escolas em atividade no ano de 1965 é possível observar que a maioria optou por acrescentar outras disciplinas em

seu currículo, com exceção da BN e da UFPA. A maior parte das escolas optou por acrescentar mais disciplinas culturais do que técnicas, com exceção da Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula da PUC –RJ e do Curso da UFPE.

Algumas das críticas feitas pela FEBAB ao CM de 1962 encontraram apoio na resolução dos planos de ensino dos cursos de Biblioteconomia. Uma das críticas era que faltava a disciplina Seleção de Livros. A metade das escolas (sete) incluíram essa disciplina em seu currículo pleno, mostrando a importância dessa atividade. A FEBAB também demonstrou desagrado com o fato das disciplinas de Catalogação e Classificação serem consideradas pelo CM como uma única disciplina. Compartilhando o mesmo ponto de vista da FEBAB, a maior parte das escolas (11) ministrava as disciplinas separadamente. Para a FEBAB o CM atendia apenas aos interesses da Biblioteca Nacional. Na prática, a BN e a UFPA foram as únicas escolas que não acrescentaram nenhuma disciplina ao currículo estabelecido.

Embora, naquele período, houvesse reclamações sobre o caráter cultural do CM, como as expostas por Macedo (1963) e Russo (1966), 42% das escolas (seis) em atividades adotaram mais disciplinas culturais em seu currículo do que técnicas, enquanto, outras seis escolas adotaram a mesma quantidade de disciplinas culturais e humanísticas a mais do que as obrigatórias pelo CM, totalizando 12 instituições com no mínimo 50% do curso voltado para disciplinas culturais.

É possível observar que os cursos existentes na década de 1960 seguiam as orientações do CM, mas tinham a necessidade de incluir outras disciplinas, em especial, as disciplinas de Seleção de Livros, Línguas Estrangeiras e de Psicologia. Embora haja divergência entre a nomenclatura de algumas disciplinas, seu conteúdo permanece o mesmo. Isso ocorre, por exemplo, na disciplina Bibliografia e Referência, que é o nome usado no CM, mas que pode aparecer como Bibliografia Especializada, como Bibliografia Geral, como Bibliografia Geral e Referência e como Técnica de Serviço de Referência (RUSSO, 1966).

De acordo com Lemos (1971), antes da inclusão do CM de 1962, havia uma concepção de que o bibliotecário era, antes de tudo, um técnico, o que favoreceu a escolha de ensinar as disciplinas técnicas num curso de Biblioteconomia. Para ele, a finalidade educacional, naquele momento, era apenas o desenvolvimento de

habilidades técnicas, confundindo, em sua opinião, as atividades meio com as atividades fim de uma biblioteca. Com o advento do currículo mínimo de 1962 e a inclusão das disciplinas culturais, supôs-se que ocorreria um equilíbrio que proporcionaria aos estudantes uma abertura cultural que antes não lhes era oferecida pelas matérias técnicas. No entanto, o autor acredita que a experiência do CM de 1962 fracassou, porque essas disciplinas nunca foram ministradas de uma perspectiva que as situassem como uma base humanística da profissão, sendo, apenas, agregadas como apêndices aos currículos.

2.5.2 CURRÍCULO MÍNIMO DE 1982

No decorrer dos anos, houve a necessidade de atualização do currículo, uma vez que as escolas se viam em uma situação onde era preciso acrescentar novas disciplinas às existentes, o que ocasionou um inchaço nos cursos. Assim, nasceu a necessidade de reformular o Currículo Mínimo (MUELLER, 1988).

Em reunião realizada em Belo Horizonte em 1971, a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), mostrou-se favorável à necessidade da revisão do CM de 1962. A partir de então, nos anos seguintes, as Instituições de Ensino de Biblioteconomia por todo país, também, manifestaram-se no mesmo sentido.

Com isso, em 1979, o CFE solicitou sugestões de mudança para o currículo de Biblioteconomia a vários profissionais da área. A própria Secretaria do Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação organizou um grupo de trabalho com a seguinte constituição: Presidência da ABEBD; Assessores técnicos da SESu; Professores da UFMG, USP, UFPB, UFPR, UnB e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse grupo de trabalho elaborou uma proposta de reformulação do CM e encaminhou ao CFE em 1981 para apreciação. Na época, o relator do processo, Dom Luciano José Cabral Duarte, solicitou o envio da proposta de reformulação para todas as instituições que mantinham curso de Biblioteconomia, (BRASIL, 1982). Novamente, os acadêmicos da área criaram a proposta de um novo

currículo mínimo de Biblioteconomia. No entanto, o Conselho Federal de Educação não aceitou as orientações, como explicita Mueller (1988, p. 75):

Na exposição de motivos apresentada ao MEC/CFE para mudança de currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia, em documento datado de 1981, que tinha a proposta elaborada por uma comissão de professores, transparecem as restrições no currículo vigente (de 1982) e as expectativas depositadas naquela proposta:

[...]

O currículo então vigente (de 1982), na opinião dos autores da proposta, representava uma barreira, especialmente, para as escolas de menores recursos.

Entretanto, no parecer que trata do CM de 1982 consta que após o envio da proposta de reformulação às instituições de ensino, o CFE recebeu várias respostas com “[...] a grande maioria se manifestando favoravelmente ao esboço apresentado [...]”. (BRASIL, 1982, p. 3).

O relator do parecer Dom Luciano José Cabral Duarte considerou importante analisar, entre outras, três sugestões feitas ao novo CM decidindo que:

1º Em relação à solicitação que o curso de Biblioteconomia tivesse quatro anos de duração. O relator atendeu esta solicitação, estabelecendo a duração mínima do curso em quatro anos e a máxima em sete anos.

2ª Quanto a sugestão de que a disciplina Documentação não saísse do currículo. O relator entendeu que Documentação é um capítulo da matéria mais ampla intitulada Informação, desta forma o relator atendeu à sugestão, colocando a Documentação na ementa de Informação.

3ª Sobre o pedido de que o novo currículo passasse a se chamar: Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia e Documentação. O relator compreendeu a preocupação, por parte dos profissionais, de resguardar os direitos dos documentalistas. Porém, ele não considerou necessário aceitar a medida solicitada, uma vez que tanto a Lei que criou a profissão de bibliotecário como o Decreto que a regulamentou apresentam expressamente o assunto. Para o relator é “[...] desnecessário que os bibliotecários sejam explicitamente chamados de documentalistas, uma vez que isto já está expressamente incluído no campo de sua profissão” (BRASIL, 1982, p. 4)

Assim, em 1982 foi aprovado o novo Currículo Mínimo de Biblioteconomia, sendo suas matérias divididas em três grupos: matérias de fundamentação geral, matérias instrumentais e matérias de formação profissional.

As escolas de Biblioteconomia tiveram o prazo de dois anos para adaptarem suas instituições ao parâmetro estabelecido pelo MEC. Na época, essa data gerou preocupação e dúvidas nas universidades, fato que levou a ABEBD a se pronunciar sobre o assunto no Of. CIR. 40/84, como mostram os fragmentos transcritos:

- 1) Desde a aprovação do novo currículo mínimo do Curso de Biblioteconomia que temos mantido freqüentes comunicações com a Prof^a Marlene Cesar Richter da SESu/ MEC, designada para acompanhar a implementação do novo currículo. Da mesma forma temos recorrido ao Secretário Geral do Conselho Federal de Educação, Dr. Genuíno Bordignon, para esclarecimentos sobre a Resolução CFE 8/82, que tem gerado grandes dúvidas quanto a sua interpretação.
- 2) Inúmeros têm sido os problemas surgidos desde então para estabelecimento de uma conduta uniforme por parte de todas as IES quanto à aplicação do Art. 3º da Res. CFE 8/82, tendo o próprio CFE sido questionado tanto pela ABEBD como pelos Conselhos Estaduais de Educação e Procuradorias Jurídicas das Universidades Federais para um pronunciamento oficial sobre o assunto.
[...]
- 4) Quanto ao prazo de dois anos ao qual se refere o Art. 3º em referência, durante o qual as instituições de ensino superior deverão submeter ao CFE as competentes adaptações curriculares pela via regimental, o CFE somente após longos estudos dos seus conselheiros, concluiu que:
 - a) As universidades federais possuem autonomia sobre o currículo pleno “não sendo necessário submeter ao CFE a aprovação de duas decisões a nível de conselho universitário.
 - b) A contagem do prazo de dois anos deverá ser feita a partir da data da publicação da Res. CFE 8/82 e deve ser contada de dia a dia e não por ano letivo a ano letivo, com início no de 1982. Assim as IES deverão proceder as adaptações ao seu regimento até novembro de 1984. A contagem do prazo de dois anos alcança tanto os cursos com período letivo semestral como anual. Desta forma, a partir de 1985, o novo currículo mínimo deverá estar totalmente implantado em todas as IES e deste modo será aplicável a todos os alunos que se matricularem nos Cursos de Biblioteconomia quer através de concurso vestibular como os que estiverem se rematriculando em prosseguimento aos estudos.
- 5) Somente agora ficou esclarecido pelo CFE que o prazo de dois anos foi concedido para que os alunos que estivessem matriculados nos cursos de Biblioteconomia via Concurso Vestibular em 1982, pudessem concluir seus estudos até 1984, considerando-se o curso de 3 anos. Porém, os que ingressaram em 1983 e 1984 já deveriam ingressar sob o novo currículo e assim, em 1985, findo o prazo estabelecido para adaptação regimental, todos os alunos estariam cursando um único currículo.

[...]

- 7) Transcrevemos abaixo o texto do Telex nº 149/84 desta data, recebido pela ABEED do Conselho Federal de Educação:

“Ref. Of. 19/84 concernente implantação currículo mínimo Curso de Biblioteconomia vg a redação Art. 3 (terceiro) Resolução 8/82 et mais esclarecimentos Parecer ns. 559/83 vg são inequívocos no sentido implantação obrigatória vg em 1985 currículo mínimo Biblioteconomia vg aplicável todos os alunos estiverem matriculados referidos cursos PT. Cds. Sds. Genuino Bordignon Secretário-Geral Conselho Federal de Educação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1984).

O Currículo Mínimo de 1982 foi norteado para ser:

- **Efetivamente mínimo** - apresentando um feixe de matérias consideradas indispensáveis;
- **Incoativo** – a base sólida onde cada instituição de ensino deveria erguer seu currículo pleno, enriquecendo com as disciplinas julgadas necessárias;
- **Abrangente** - envolvendo o universo pedagógico brasileiro. Por isso, a existência de três áreas: matérias de fundamentação geral; matérias instrumentais; matérias de formação profissional;
- **Flexível** – na forma como as disciplinas podem ser abordadas, e,
- **Ter matérias complementares entre si** – com interação entre as três áreas do currículo mínimo de Biblioteconomia.

Esses foram os vetores que nortearam a fixação do Currículo Mínimo na década de 80, estabelecendo um curso com duração mínima de 2.500 horas-aulas, integradas no prazo mínimo de quatro anos e no máximo de sete anos.

Ao se comparar o currículo de 1962 com o currículo elaborado em 1982, percebe-se que há mais semelhanças do que diferenças, embora haja acréscimo de conteúdo, como constata o Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 - Equivalência entre disciplinas do Currículo Mínimo (1962) e Currículo Mínimo (1982)

Currículo Mínimo de 1962	Currículo Mínimo de 1982
	<i>Matérias de Formação Geral</i> 1. Comunicação
1. Introdução aos estudos históricos e sociais	2. Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo
2. História da arte 3. Evolução do pensamento filosófico e científico 4. História da literatura	3. História da Cultura
	<i>Matérias Instrumentais</i> 4. Lógica 5. Língua portuguesa e literatura da língua portuguesa 6. Língua estrangeira moderna 7. Métodos e técnicas de pesquisa
5. Documentação	<i>Matérias de Formação Profissional</i> 8. Informação aplicada à Biblioteconomia
6. História do Livro e das Bibliotecas	9. Produção dos registros do conhecimento
	10. Formação e desenvolvimento de coleções
7. Catalogação e classificação	11. Controle bibliográfico dos registros do conhecimento
8. Bibliografia e referência	12. Disseminação da informação
9. Organização e administração de bibliotecas	13. Administração de bibliotecas
10. Paleografia	

Fonte: Mueller, 1988, p. 75

As linhas sombreadas são as disciplinas que constam nos dois currículos. Embora apresentem diferenças de nomenclatura, os assuntos abordados são semelhantes.

A intenção do CM 1982 era abandonar a ênfase na aquisição de habilidades em técnicas específicas e reforçar o entendimento dos objetivos que essas técnicas teriam. Pretendeu-se, usando uma designação mais ampla para as disciplinas, permitir a atualização de conteúdos ao longo dos anos (MUELLER, 1988).

Assim, tanto o currículo de 1962, quanto o currículo de 1982, não agradaram completamente a classe acadêmica.

O Currículo Mínimo de 1982 recebeu críticas em relação a formação do bibliotecário por ser “ [...] muitas vezes classificada de generalista, por não possuir focos específicos em determinadas linhas; ou de tecnicista, pela falta de sensibilidade no trato com o usuário, suas necessidades e ambiente social. (SOUZA, 1990 apud OLIVEIRA, CARVALHO, SOUZA, 2009, p. 19)

Esse fato pode estar relacionado às mudanças feitas pelo CFE nas propostas apresentadas pelas Comissões formadas, em sua maioria, por professores consagrados da literatura biblioteconômica. Entende-se o descontentamento da classe, pois, pressupõe-se que os professores de Biblioteconomia sejam os mais preparados para apontar diretrizes de ensino na área e prognosticar o seu futuro, uma vez que, como especialistas da área, conhecem os pontos fortes e fracos do ensino, bem como as demandas e necessidades da região onde atuam.

2.6 DIRETRIZES CURRICULARES

As Diretrizes Curriculares nasceram como uma forma de reflexão da educação brasileira, em especial o ensino de Biblioteconomia. A Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e determina que a educação superior tenha por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) estabelece autonomia às universidades para fixar os currículos de seus cursos, desde que estas observem as Diretrizes Curriculares Nacionais. As diretrizes estabelecem e permitem:

- Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, desde que em conformidade com a Lei;
- Fixar os currículos dos seus cursos e programas;
- Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- Fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional;
- Elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
- Conferir graus, diplomas e outros títulos;

- Firmar contratos, acordos e convênios e,
- Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais (BRASIL, 1996).

A Partir da LDB, em 1997 começou a reforma curricular dos cursos superiores brasileiros. A SESu visando elaborar as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação do Brasil solicitou que as Instituições de Ensino Superior (IES) enviassem suas propostas, com isso a ideia de CM foi suplantada, outorgando maior autonomia às instituições de ensino superior.

Para a área de Ciência da Informação, a SESu criou uma comissão de especialistas, constituída inicialmente pelas professoras: Amélia Silveira (UFSC); Anna Maria de Almeida Camargo⁸; Inês Rosito Pinto Krueel (UFRS) e Plácida Leopoldino Ventura Amorin da Costa Santos (UNESP).

A comissão consultou os professores dos cursos de Biblioteconomia de todo país e a ABEBD. Em 2000, a comissão apresentou uma proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Biblioteconomia (BURIN, 2009).

Em 2001, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares, específicas para o ensino de Biblioteconomia, por meio do Parecer CNE/CES 492/200 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. Esse documento definiu o perfil dos formandos de Biblioteconomia, enumerou as competências e habilidades necessárias ao egresso da área, de forma a obter o conteúdo curricular, bem como estabeleceu a importância de estágios e atividades complementares, avaliação institucional e a estrutura do curso.

As Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia deixaram em aberto a possibilidade das IES em seus projetos acadêmicos e em sua organização curricular definirem o perfil e as características dos egressos do curso, desde que sem prejuízo do patamar mínimo estabelecido pelas Diretrizes Curriculares.

⁸ Não foi identificado o curso onde lecionava na época.

Elas são a base para a organização dos cursos e oferecem liberdade às IES para definir, pelo menos a metade da carga horária mínima de cada curso segundo suas especificidades. (GUIMARÃES, 2002).

De acordo com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia (BRASIL, 2001), a formação do bibliotecário supõe:

[...] o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc.

O próprio parecer, também, enumerou e dividiu as competências e habilidades necessárias a formação do bibliotecário, com o fim de distribuir e direcionar os conteúdos dos cursos. As competências foram divididas em gerais e específicas.

Competências gerais:

Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
 Formular e executar políticas institucionais;
 Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
 Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
 Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
 Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
 Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
 Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo (BRASIL, 2001, p.32).

Competências específicas

Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
 Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
 Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
 Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;

Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (BRASIL, 2001, p. 32-33).

A partir disso é possível observar que os conteúdos dos cursos distribuem-se em conteúdos de formação geral e específica. Para executar ou obter essa lista de atividades é necessário que o egresso tenha um misto de competências informacionais e individuais:

Os conteúdos dos cursos distribuem-se em conteúdos de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta [...] Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos programados pelas IES, têm caráter terminal. Constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de bibliotecários (BRASIL, 2001).

As diretrizes possibilitam que cada IES estabeleça os mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, seja por meio de estágios e atividades complementares como, por exemplo, monitoria, pesquisa, participação em congressos, entre outros. Da mesma forma, que cabe à instituição de ensino de Biblioteconomia definir a estrutura geral do curso de Biblioteconomia e os critérios para a avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela instituição a qual pertence.

Em 2002, O ensino de Biblioteconomia apresentava características mais interdisciplinares e adequadas à realidade de cada região, graças à iniciativa das Diretrizes. Neste sentido, “[...] os cursos de graduação estão buscando, através de novas propostas curriculares, um perfil profissional de natureza mais interdisciplinar que possa dar conta de uma realidade heterogênea” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2002, p. 11).

Rodrigues (2002) expõe que os cursos podem organizar seus projetos pedagógicos de maneira a incluir disciplinas coerentes com a realidade social de cada região. Além do domínio dos conteúdos da área, para o autora é importante direcionar o profissional para enfrentar os problemas de sua prática, produzir e disseminar conhecimentos como forma de refletir criticamente sobre a realidade que o envolve.

2.6.1 PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA ENTRE OS PAÍSES DO MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)

É importante destacar que em 1997 - um ano após o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais - aconteceu o Encontro de Docentes dos Cursos de Biblioteconomia do Mercosul, com ideias para harmonizar o ensino de Biblioteconomia entre estes países. Para tanto, Burin (2009, p. 54) afirma que “[...] desde 1996, são realizados estudos pelos países participantes desse bloco, a fim de compatibilizar a formação do bibliotecário na Região”.

Segundo Guimarães (2002), o ano de 1996 foi um marco para a Biblioteconomia, por causa de dois aspectos:

- 1) a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96) que trouxe uma base curricular mais flexível , e
- 2) a inserção da ABEBD no Âmbito do Programa II do Plano para o Desenvolvimento Educativo Regional dos países do Mercosul, fato que levou à realização do I Encontro de Dirigentes de Escolas Universitárias de Biblioteconomia do Mercosul, em 1996, na cidade brasileira de Porto Alegre.

Em 1997, no II Encontro de Dirigentes de Escolas Universitárias de Biblioteconomia do Mercosul realizado em Buenos Aires, na Argentina, foram definidas as ementas e os conteúdos mínimos para os cursos de Biblioteconomia do Mercosul visando à harmonização (BURIN, 2009). Para tanto, foram estabelecidas seis áreas temáticas, observadas na Figura 13, a seguir:

Figura 13 - Áreas temáticas dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul.

Área 1: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação
Comunicação e Informação. Cultura e Sociedade. Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, Ciências da Informação e áreas afins. Unidades e Serviços de Informação. O Profissional da Informação: formação e atuação. História e tendências da produção dos registros do conhecimento, das unidades e dos sistemas nacionais e internacionais de informação.
Área 2: Processamento da Informação
Organização do Conhecimento e tratamento da Informação. Tratamento descritivo dos documentos. Tratamento temático: teoria da classificação, análise da informação, teoria da indexação. Práticas, tecnologias e produtos. Geração e organização de instrumentos de recuperação da Informação.
Área 3: Recursos e Serviços de Informação
Fundamentos, princípios, processos e instrumentos para: seleção, aquisição, avaliação, descarte, desbastamento, preservação, conservação e restauração de recursos de informação documentais e virtuais. Normas relativas ao desenvolvimento das coleções. Fontes de informação documentais e virtuais: conceitos, tipologias, características, acesso, utilização e avaliação. Estudo e educação de usuários. A indústria da informação: geração, produção e comercialização de documentos, fontes e serviços de informação. Serviços de provisão e acesso. Serviços de referência e informação. Serviços de extensão e ação cultural.
Área 4: Gestão de Unidades de Informação
Teoria Geral da Administração. Teoria organizacional. Teoria de sistemas. Técnicas modernas de gestão. Gestão de unidades e serviços de informação: leitores, usuários, clientes e ambiente social. Formulação de projetos de informação. Gestão de recursos humanos. Gestão financeira. Gestão de espaço físico. Mensuração e avaliação de serviços e unidades de informação.
Área 5: Tecnologia da Informação
Aplicações da tecnologia da informação e comunicação nas unidades de informação. Análise, avaliação e desenvolvimento (<i>hardware</i> e <i>software</i>). Gestão de bases de dados e bibliotecas virtuais. Análise e avaliação de sistemas e redes de informação. Informatização das unidades de informação.
Área 6: Pesquisa
Epistemologia da investigação científica. Metodologia da pesquisa social. Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação: produção e comunicação científica.

Fonte: Burin, 2009, p. 56.

No ano de 1998, o Encontro aconteceu em Santiago no Chile onde foram discutidos os objetivos e as cargas horárias mínimas para a viabilização dos conteúdos e as competências do profissional almejadas pelos cursos nos diferentes países.

Em 2000 o Encontro foi realizado em Montevideu, onde se reuniram professores do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Entre os assuntos discutidos, novamente foi abordada a questão das competências e habilidades do bibliotecário. Na ocasião, cada país foi convidado a apresentar informações sobre as competências e habilidades do egresso, em seguida, foi discutida a elaboração de uma categorização de competências desejáveis a um profissional egresso da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação do Mercosul. Essas competências foram

divididas em quatro categorias: competências sociais e políticas, gerenciais, técnico-científicas e de comunicação e expressão (BURIN, 2009).

Burin (2009), em sua dissertação de mestrado, que teve por objetivo analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Biblioteconomia, observou que os cursos da UEL, da UFSC e da FURG seguiam as recomendações do acordo do Mercosul para o Ensino de Biblioteconomia, com relação às competências e habilidades desejáveis aos egressos dos cursos.

Neste contexto, as diretrizes curriculares vieram em substituição aos Currículos Mínimos, mais rígidos, e entraram em uma concepção nitidamente mais ampla.

Nessa concepção, nitidamente mais ampla, diga-se de passagem, tem-se no mais os conteúdos curriculares isoladamente abordados, mas como elementos de um dado contexto de cada instituição de ensino superior, em que a assunção de determinadas posturas educacionais, norteadas pelos ditames do próprio projeto político-pedagógico, levarão a trabalhar a questão dos conteúdos de maneira mais abrangente (GUIMARÃES, 2002, p. 62).

Na prática, as Diretrizes Curriculares ofereceram às instituições de ensino a liberdade de trabalhar dentro das competências específicas e gerais, necessárias ao bibliotecário, e a inclusão de disciplinas pertinentes e adequadas à realidade local de cada instituição. Tal liberdade, possibilitou a inserção de ideias de padronização de conteúdos entre as escolas de Biblioteconomia de países da América do Sul, advindas do Encontro de Dirigentes de Escolas Universitárias de Biblioteconomia do Mercosul, para a realidade de alguns cursos do país, como por exemplo: UEL, UFSC e FURG⁹.

⁹ Segundo o Presidente da ABECIN, Oswaldo Francisco de Almeida (gestão 2010-2014), não tem como saber quais escolas adotam a padronização do MERCOSUL, "Pelo que sei, não há nenhum trabalho que tenha se preocupado com o uso das propostas do Mercosul nas escolas da área no Brasil." Ver anexo A.

2.7 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Na primeira metade do século XX, a biblioteca era um local destinado a estocagem de documentos, utilizava-se metodologias que permitiam a realização de pesquisas na massa documental buscando a localização física de documentos. Na segunda metade do século XX, após a explosão informacional e o grande aumento das publicações, fez-se necessário adquirir meios de identificar a informação relevante e a criar tecnologias que permitissem a manipulação dessa massa documental (MARCONDES; GOMES, 1997).

Para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 356), a tecnologia da informação é:

1. Aquisição, processamento, armazenamento e disseminação da informação vocal, pictórica, textual e numérica através da combinação da informática e das telecomunicações.
2. Tecnologia baseada na eletrônica e dirigida ao tratamento da informação, compreendendo toda a tecnologia informática e das telecomunicações, juntamente com partes da eletrônica de consumo e radiodifusão. Suas aplicações são industriais, comerciais, administrativas, educativas, médicas, científicas, profissionais e domésticas.
3. Produto da convergência das tecnologias da computação e comunicação.

Para Feitosa (1999), a assimilação de tecnologias computacionais pelas bibliotecas resulta, por um lado, da explosão informacional e do crescimento da demanda pela informação e, por outro lado, das facilidades oferecidas pelo computador no tratamento de grandes volumes de informação.

O grande volume de documentos, designado na década de 40 como a “explosão da informação”, era parcialmente inacessível aos estudantes, cientistas e outros usuários da informação até o advento do computador. É possível dizer-se que a introdução e aplicação do computador para processamento da informação bibliográfica constitui um dos eventos mais importantes em biblioteconomia nos últimos vinte anos (CUNHA, 1984, p. 22).

Souto (2010) ressalta que a ideia de Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) surgiu a partir do aumento significativo da produção científica que intensificou a necessidade de registrar a informação, reuni-la e organizá-la. Os SRI automatizados foram desenvolvidos de forma isolada, voltados a resolverem os problemas de busca de informação em acervos locais ou coleções individuais, eles eram sistemas únicos e não integrados.

Na década de 1980, as aplicações das tecnologias da informação nas bibliotecas brasileiras estavam relacionadas às atividades de circulação, controle de periódicos, aquisição, catálogo em linha ou conversão de catálogos, produção de fichas catalográficas, recuperação de informação em linha; empréstimo entre bibliotecas e acesso a bases de dados em videodisco. (TAZIMA, 1988, apud Feitosa, 1999).

Desde que as bases de dados foram usadas pela primeira vez nas bibliotecas, elas causaram mudanças e impactos em quase todos os setores e serviços oferecidos. Na década de 1980, Cunha (1984), por meio de pesquisa que buscava examinar os efeitos das bases de dados sobre a Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), a Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), o Centro de Informação Nuclear (CIN) e o Departamento de Informação e Documentação (DID) da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA), constatou que:

- 1) O uso de serviço de bases de dados pelas bibliotecas brasileiras aumentou a participação de recursos entre as bibliotecas e o nível de empréstimo interbibliotecário.
- 2) As bibliotecas que usavam os serviços de bases de dados tinham menos confiança nas organizações estrangeiras do que nas brasileiras para a obtenção do documento procurado. Devido ao aumento do custo, da comunicação com o fornecedor, do tempo necessário para o acesso aos documentos e do grau de burocracia.
- 3) Os serviços das bases de dados eram utilizados em sua maioria por professores universitários, pesquisadores, estudantes graduados, engenheiro e médicos, e que a introdução de cobrança pelo uso dos serviços resultou numa queda no número de usuários.
- 4) Os sistemas de informação tiveram problemas na implementação dos serviços de bases de dados no Brasil, tais como a capacidade de memória de seus computadores e a falta de especialistas em computação, com experiência prática em serviços de bases de dados.
- 5) Na fase de implementação das bases de dados todas as bibliotecas precisaram da assistência técnica ou consultoria estrangeira, exceto o CIN.

- 6) Das doze bases de dados disponíveis nos quatro sistemas de informação, apenas duas eram brasileiras.

A tecnologia era utilizada para identificar e localizar, em bases de dados ou catálogos de bibliotecas, documentos relevantes e também para prover meios de acessar o documento original ou sua cópia. Neste período, desenvolveram-se consideravelmente a catalogação cooperativa, a indústria de bases de dados em linha e em CD-Rom e foram implementados os serviços de comutação bibliográfica (MARCONDES, GOMES, 1997).

De acordo com Cunha (1984, p. 170), as bases de dados eram usadas por uma minoria de bibliotecas e de usuários da informação. Mas o autor acreditava que aquela situação logo mudaria. Nos anos de 1980 afirmara que “[...] os sistemas de informação e as bibliotecas estão ainda absorvendo os impactos da introdução e adaptação de uma tecnologia de informação desenvolvida alhures”.

A década de 1990 foi marcada pelo crescimento da internet como repositório para publicações eletrônicas e a possibilidade de acesso ao documento final. Nesse período, os impactos para área da Ciência da Informação eram visíveis por meio do crescimento dos recursos informacionais disponíveis na rede: o acesso imediato às informações, a velocidade da comunicação científica e os periódicos científicos publicados em meio eletrônico. (MARCONDES; GOMES, 1997)

Após o advento da internet, “[...] não se pode dizer que a biblioteca tenha tornado-se obsoleta; entretanto, devido à evolução tecnológica, suas atividades foram bastante modificadas.” (FEITOSA, 1999, p. 23). A tecnologia possibilitou avanços no desenvolvimento dos SRI, em especial, nas bases de dados científicas *on-line*, nas bibliotecas digitais, nos catálogos públicos de acesso *on-line* e nos sites e portais das bibliotecas. (SOUTO, 2010).

As tecnologias da informação trouxeram benefícios para a pesquisa e para o acesso ao documento em formato digital, tanto que em 2011 é possível, por exemplo, estudar ou fazer um trabalho acadêmico, dependendo do assunto, utilizando apenas artigos e livros online ou digitalizados, disponíveis por meio de acesso a sítios de bibliotecas e mecanismos de buscas *on-line*.

A internet e as tecnologias da informação contribuíram para ocorrências de melhorias e benefícios nos serviços prestados nas bibliotecas. Pode-se citar como exemplo a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), que utiliza o Software da Rede Pergamum¹⁰ e por meio do seu site (www.bce.unb.br) oferece produtos e serviços voltados à sociedade acadêmica, tais como:

- Acesso ao catálogo
- Renovação de material
- Sugestão de novas aquisições
- Elaboração de fichas catalográficas de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na própria Universidade
- Acesso a bases de dados
- Biblioteca Digital de teses e dissertações
- Biblioteca Digital Sonora
- Repositório Institucional
- Biblioteca Digital de Monografias
- Livros Eletrônicos
- Diretório de Periódicos Acadêmicos
- Acesso as redes sociais que a biblioteca faz parte

Nesse contexto, é possível observar que sem a interação e exploração dos recursos tecnológicos por parte da BCE a prestação de tantos serviços não seria possível. Em 2011 foi possível observar o crescimento das redes sociais no âmbito das bibliotecas. A própria BCE tem *Blog*, *Twitter*, *Formspring*, *Orkut* e *Facebook* como meio de interação e comunicação com seu usuário.

Isso é possível por meio das aplicações das ferramentas da Web 2.0 que facilitam a colaboração e a comunicação entre os usuários, incentivando a participação e a criação de conteúdos que possibilitam o surgimento e a disseminação das redes sociais na internet, de modo a assinalar que tais ferramentas formam a Web 2.0 e conseqüentemente a Biblioteca 2.0. (CALIL JUNIOR; ALMENDRA; SILVA, 2011).

¹⁰ A Rede Pergamum é constituída pelas instituições usuárias do software Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas, tendo por finalidade melhorar a qualidade global dos serviços dos usuários, promover a cooperação no tratamento da informação e o compartilhamento de recursos de informação.

O termo Web 2.0 é creditado a Tim O'Reilly e Dale Dougherty, que em 2004, organizaram uma série de conferências cuja discussão pautava sobre a segunda geração de tecnologias web, como comunidades sociais, blogs, wikis, ambientes de colaboração, etc. Nessas conferências, surge o conceito de Web 2.0, mais cooperativa e mais centrada na colaboração dos internautas. (O'REILLY, 2005 apud AZEVEDO; ALMEIDA, 2011, p. 2).

Para Furtado e Oliveira (2011) a Biblioteca 2.0 representa uma evolução nos serviços tradicionais, estáticos e assíncronos de uma biblioteca, possibilitando a conquista de novos usuários. No modelo da “[...] Biblioteca 2.0, é o usuário, que se tornou um colaborador da biblioteca, através da partilha de informações e criação de novos conteúdos.” A Biblioteca 2.0 possibilita que os serviços possam ser redesenhados, proporcionando maior alcance. Ela oferece aos seus clientes serviços de referência virtual, de mensagem instantânea, de acesso remoto à informação, em qualquer lugar e em qualquer tempo e, em especial, de interação social.

2.7.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ENSINO

A tecnologia influencia as atividades sociais, econômicas, culturais e a educação. Seus avanços e mudanças afetam o trabalho e os modelos dos sistemas educacionais. Ela não é a atividade fim da Biblioteconomia, mas sim um meio para realizar as atividades de uma biblioteca de forma eficaz e eficiente.

Ela está presente tanto na prática profissional, como nas salas de aulas dos cursos de Biblioteconomia. Nos cursos ela é tratada como um instrumento importante para as atividades do ciclo informacional. De acordo com Maçada (1998 apud FEITOSA, 1999) a tecnologia no processo educativo propicia um ambiente de aprendizagem capaz de motivar os alunos a desenvolver cada vez mais sua criatividade, capacidade crítica, autonomia e cooperação.

A tecnologia no âmbito do ensino pode ser entendida de duas maneiras, primeiro como uma forma de se ensinar conteúdos relativos à ciência da computação, como os conceitos computacionais, os princípios de funcionamento do

computador, as noções de programação e o uso de software usado, normalmente, como uma disciplina isolada sem articulação com as demais atividades e objetivos curriculares. Outra forma é a busca do desenvolvimento de conteúdo de disciplinas curriculares, como por exemplo, a catalogação, por intermédio do computador como recurso instrucional. (FEITOSA, 1999).

Na década de 90, a tecnologia era o computador, seu uso, suas facilidades a interação aluno máquina. Naquela época, os professores possuíam pouca formação quanto à utilização de computadores no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, Cunha (1984) considerava importante que o aluno aprendesse a usar o computador ainda na escola para chegar ao mercado de trabalho preparado para interagir numa sociedade cada vez mais tecnológica.

Antes do computador, a tecnologia empregada nas escolas era a reprografia, o uso de transparências para apresentar trabalhos e a máquina de escrever. Ao longo dos anos os instrumentos tecnológicos mudaram, mas as bases de disciplinas como catalogação e classificação permaneceram as mesmas. Visto isso, Figueiredo (1986, p. 59 apud FEITOSA, 1999) considera que o programa educacional deve ser “[...] construído com base em princípios e conceitos, mais do que em detalhes e habilidades técnicas que logo podem se tornar obsoletas”.

A Biblioteconomia encontra nas novas tecnologias instrumentos úteis para o processo de aprendizagem, mas o uso de tecnologias não irá resolver todos os problemas da Biblioteconomia. No entanto, a sua utilização consciente e adequada oferece perspectivas para a atuação do bibliotecário perante as exigências dos usuários. (SANTOS, 2002).

Percebeu-se, de acordo com o exposto, que, de alguma forma, as tecnologias sempre fizeram parte da vida acadêmica e da prática bibliotecária. E que o bibliotecário aprende nos cursos os conceitos, as formas e meios das atividades bibliotecárias, como por exemplo - catalogação, seleção, atendimento ao usuário, entre outras - e que ao longo dos anos é necessário adaptar-se às novas tecnologias.

O mesmo acontece com as escolas que ao longo do tempo tentam conciliar os instrumentos tecnológicos com o ensino, mas muitas vezes não é possível devido o alto custo das tecnologias, como por exemplo, o uso de Software de qualidade para a disciplina de catalogação, limitando algumas escolas a usarem Software de baixa qualidade ou ensinarem catalogação apenas na ficha catalográfica. É fato que o mais importante é o conteúdo, mas em um ambiente tecnológico é necessário, no mínimo, saber usar as tecnologias.

No entanto, as escolas não podem se perder no uso indiscriminado e alienado de recursos tecnológicos, (SANTOS, 2002). É necessário antes de tudo reconhecer o valor das raízes da área e formar egressos com bases biblioteconômicas, ou seja, de conceitos e formas das práticas bibliotecárias firmes, que possam aplicar os mecanismos da área em qualquer suporte tecnológico.

2.8 INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS IMPORTANTES NO PERCURSO DA HISTÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Algumas instituições tiveram papel importante no desenvolvimento da profissão de bibliotecário e no ensino da área, em vários aspectos, como a FEBAB, IBICT e ABEBD/ABECIN.

A FEBAB teve papel primordial na conquista da regulamentação da profissão de bibliotecário como profissão de nível superior e, por meio do CBBB, vem ao longo dos anos contribuindo com a interação e disseminação de estudos e pesquisas sobre a área, bem como na discussão do tema: ensino de Biblioteconomia. Mesmo não sendo um órgão voltado à formação de bibliotecário (ensino de Biblioteconomia), mas sim um órgão de classe voltado aos anseios do profissional, a FEBAB contribuiu ao longo dos anos com o ensino.

Os demais órgãos de classe como o CFB, CRB e as associações de bibliotecários não são abordadas neste trabalho, pois são órgãos de classe mais voltados ao mercado de trabalho e à fiscalização e à aplicação das leis do bibliotecário.

Já o IBICT foi pioneiro na implantação do curso de especialização e do mestrado em Ciência da Informação, bem como na criação do periódico “Ciência da Informação”. Mas suas contribuições não se restringem a isso. Seus produtos e serviços munidos de tecnologias da informação e da comunicação contribuem para o desenvolvimento da ciência e tecnologia nas áreas da informação no Brasil.

Por outro lado, a ABEBD/ABECIN é uma instituição voltada aos anseios da comunidade acadêmica, direcionada ao ensino de Biblioteconomia que teve forte participação na conquista do CM de 1982 e nas Diretrizes Curriculares de 2001. É uma instituição de fomento à pesquisa e ao conhecimento dos meios de ensino em seus aspectos filosóficos, históricos, políticos, sociais, econômicos e pedagógicos.

O papel e atuação dessas instituições serão apresentados de maneira mais detalhada a seguir.

2.8.1 Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)¹¹ foi fundada em 26 de julho de 1959, por ocasião do II Congresso de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), em Salvador – BA. A ideia da criação da FEBAB foi apresentada por Laura Moreno Russo e Rodolfo Rocha Júnior no evento, em Salvador. Para defender a criação da FEBAB, Laura Russo e Rocha Júnior apresentaram a importância dos bibliotecários atuarem no movimento associativo, como forma de defesa de seus direitos profissionais (CASTRO, 2000).

Da mesma forma, Laura Russo e Rocha Júnior reforçaram o valor das associações regionais de bibliotecários que, atuantes desde a década de 30, já haviam conquistado o reconhecimento da Biblioteconomia como profissão de nível superior pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em paralelo com o crescimento das escolas de Biblioteconomia pelo país. Entretanto, a profissão ainda não era reconhecida por Lei. Por isso, Laura Russo e Rodolfo Rocha Júnior ressaltavam a importância de um órgão centralizador de âmbito nacional, com a finalidade de defender as aspirações da classe bibliotecária e alcançar seus objetivos, como também, divulgar os assuntos de interesse dos bibliotecários e estabelecer um código de ética do profissional (CASTRO, 2000).

A FEBAB é fruto das lutas de Laura Russo. Sua atuação foi importante na regulamentação da área de Biblioteconomia, sendo a primeira presidente da FEBAB e, logo nos anos seguintes a sua posse observou que havia, na classe bibliotecária, falta de interesse pelo movimento associativo. Castro (2000, p. 184) afirma que o “[...] entusiasmo de Russo de que todos os bibliotecários se unissem e participassem ativamente do movimento associativo [...] aos poucos foi perdendo força [...].”

[...] meio a extensiva luta e negociações, tendo à frente Laura Russo, com apoio dos membros das primeiras diretorias, associações existentes e docentes de cursos de Biblioteconomia - deveu-se a esta plêiade de beneméritos o reconhecimento da profissão (ROMANELLI, 1999, p.119).

¹¹ Em 2012, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições.

Laura Russo foi personagem principal da conquista da aprovação da Lei 4.804/1962 - Lei do Bibliotecário. Ela conseguiu ser ouvida pelos políticos da época e foi responsável pela elaboração do projeto de lei que antes de ser encaminhado ao Congresso Nacional deveria ser aprovado pelo DASP. Na ocasião, alguns dos responsáveis por essa pauta desejavam alterar alguns itens com os quais não concordavam. No entanto, Laura Russo, com o intuito de garantir que chegasse ao Congresso Nacional a redação original do projeto, passou toda noite anterior a sua aprovação sentada na porta do DASP, como uma guardiã do projeto de lei (MATTOS, 1997 apud CASTRO, 2000).

Para a FEBAB é garantido o mérito de grande parte da aprovação da Lei 4.804/1962, pois foi a instituição que agregou todas as associações de classe e por meio de seus representantes impulsionou o reconhecimento da profissão. (ARAGÃO, 1961 apud CASTRO, 2000).

A instituição tem como missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão de bibliotecário, e seus objetivos são (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2011):

- Congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas;
- Coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais;
- Apoiar as atividades de seus filiados e dos profissionais associados;
- Atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de Biblioteconomia, ciência da informação e áreas correlatas brasileiras;
- Interagir com as instituições internacionais da área de informação;
- Desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais e,
- Contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de Biblioteconomia e ciência da informação.

A FEBAB tem sede e foro na cidade de São Paulo e é uma sociedade civil, sem fins lucrativos. É constituída por entidades-membro—associações, sindicatos de bibliotecários, cientistas da informação, instituições filiadas e sua estrutura inclui

órgãos: deliberativos - Assembléia Geral e Conselho Diretor; executivo – Diretoria Executiva; de fiscalização – Conselho Fiscal; e órgãos de assessoria – Comissões Brasileiras e Assessorias Especiais (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2011).

A FEBAB editou entre 1960 – 1978 o Boletim Informativo da FEBAB com o objetivo de registrar eventos e informações consideradas de relevância para a Biblioteconomia brasileira. Em 1973, ela lançou a Revista de Biblioteconomia e Documentação (RBBB), que a própria FEBAB considera ser um marco para os profissionais que “[...] desde sua primeira edição transformou-se em um referencial de atualização, propiciando um canal de divulgação importante da produção técnico-científica para a área de informação” (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2011).

No decorrer de sua trajetória, a revista passou por várias propostas de *layout* e diagramação como forma de resposta aos anseios dos bibliotecários e às necessidades de modernização. Em 1999, a RBBB foi novamente lançada, mas com o título de RBBB “Nova Série”. Nessa nova fase, o periódico procurou manter as características físicas e sua identidade junto ao seu público. A nova fase da revista está disponível em formato digital no *website* da instituição: www.febab.org.br.

A FEBAB, também é responsável pela publicação e venda do AACR2 - Código de Catalogação Anglo-Americano no Brasil e promove o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – CBBB, um dos principais eventos da área. De acordo com Souza (2000), a partir das discussões, deliberações e discursos apresentados pelos participantes dos CBBB, ao longo dos anos é possível perceber as seguintes posições atitudinais no discurso do bibliotecário:

Atitude Centralizadora ou homogeneizadora do processo educacional (refletida no CBBB do ano de 1954);

Atitude Dominadora do processo educacional sobre toda a realidade informacional (refletida nos CBBBs dos anos entre 1961 e 1965);

Atitude Estratificadora ou categorizadora dos participantes do processo educacional (refletida no CBBB do ano de 1971);

Atitude Qualificadora do processo educacional pelo reconhecimento da necessidade de avaliação (refletida nos CBBDs dos anos de 1975 a 1979) e,

Atitude Contextualizadora do processo educacional (refletida no CBBBD do ano de 1982). (SOUZA, 2000, p. 25, grifo nosso).

A FEBAB, por meio do CBBBD, ao longo dos anos contribui para a consolidação da infraestrutura de ensino e para a formação do discurso do bibliotecário brasileiro (SOUZA, 2000). Além disto, a FEBAB também contribui para o aperfeiçoamento dos bibliotecários na realização de vários eventos na área e na promoção de palestras e cursos presenciais ou à distância.

2.8.2 IBICT

O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), fundado em 1954, foi idealizado e criado por Lydia de Queiroz Sambaquy, por meio de uma proposta do Conselho Nacional de Pesquisa e da Fundação Getúlio Vargas. Ao IBBBD caberia levantar toda a produção científica nacional, a fim de facilitar o seu acesso e, para isso, deveria publicar bibliografias nas diversas áreas do conhecimento (CASTRO, 2000).

Ao se falar em IBICT é importante ressaltar a gestão de Lydia de Queiroz Sambaquy na direção do IBBBD, tanto que a partir da análise dos documentos pessoais dela, Silva (1987), em sua dissertação de mestrado, revela que todo o projeto de criação do IBBBD foi inteiramente planejado, definido e escrito por ela inclusive rascunhos de documentos que mais tarde se tornariam oficiais.

Figura 14 - Jannice Monte-Mór (esq.) e Lydia Sambaquy (dir.) planejando o IBBD, 1954.



Fonte: ODDONE (2006, p. 48)

Lydia Sambaquy foi diretora do IBBD por mais de 10 anos, onde estabeleceu cursos de aperfeiçoamento para bibliotecários e formou técnicos em bibliografias especializadas. Sob sua gestão foram implantados acordos com universidades e institutos de pesquisa nacionais e internacionais. Durante sua gestão atuou no incentivo e criação de Escolas de Biblioteconomia e bibliotecas especializadas, também publicando livros, revistas e bibliografias nos variados campos do saber (CASTRO, 2000).

Por cerca de dez anos, essa condição se mostrou satisfatória, produzindo poucas discordâncias. Uma das primeiras iniciativas do IBBD, por exemplo, foi promover a realização consecutiva de cursos de “documentação científica” [...] Os profissionais treinados serviam como multiplicadores ou disseminadores do novo saber, dos novos discursos e das novas práticas do campo. A extensão e a capilaridade assim alcançadas fortaleceram não apenas os atores em cena naquele momento, mas também, de maneira reflexa, a própria área, que experimentou um importante processo de fertilização. (ODDONE, 2006, p.46)

No entanto, com a instauração do regime militar no país e com as novas diretrizes de governo, Lydia Sambaquy foi afastada da direção do IBBD. Tanto que Castro (2000, p. 250) entende que “[...] a saída de Sambaquy do IBBD ocorreu por repressão dos militares que possuíam planos de transformar o Instituto

em um canal de informações a seu serviço [...]”, pois naquele período, como afirma Santos (1999, apud Martins 2004), a ciência, a tecnologia e a informação eram consideradas como fatores vinculados à segurança nacional e deveriam ser controladas pelo Estado.

2.8.2.1 Influência do IBICT na Biblioteconomia e na Ciência da informação

Na década de sua criação, anos 1950, o IBBD teve o apoio da UNESCO, que enviou dois peritos em Documentação para o Brasil. Herbert Coblans (1953), sul-africano com cidadania inglesa, era químico industrial e diretor do serviço de documentação e informação do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (CERN) e Zeferino Ferreira Paulo (1954), português, médico e documentalista. Herbert Coblans foi o primeiro a ministrar um curso de documentação no país, com abordagem nos problemas da informação científica. A época, ele apresentou as técnicas mais avançadas de armazenagem e recuperação da informação. Seus esforços em propagar no país os métodos e técnicas de documentação influenciaram a inclusão da matéria Documentação no currículo mínimo de 1962.

Deve-se a Zeferino Ferreira Paulo “[...] o ingresso do Brasil na Federação Internacional de Documentação (FID), a nossa participação na Comissão Internacional da CDU e as edições brasileiras desse sistema” (FONSECA, 1997 apud Castro 2000, p. 249).

A presença desses estrangeiros no Brasil possibilitou aos bibliotecários e cientistas criarem uma nova percepção teórica em relação aos problemas da documentação e a importância da organização e tratamento da informação como forma de progresso científico e tecnológico do país. Com isso, o Instituto influenciou o ensino e até mesmo a mudança da denominação de alguns dos congressos e escolas da área, antes chamados apenas de “Congresso de Biblioteconomia” e “Escola de Biblioteconomia” passaram a se chamar “Congresso de Biblioteconomia e Documentação” e “Escola de Biblioteconomia e Documentação” em razão da forte influência do IBICT (MUELLER, 1985).

Na década de 1970 o IBBD lançou o periódico “Ciência da Informação” e instituiu o curso de mestrado em Ciência da Informação. A clientela desse curso não se restringia apenas a bibliotecários, pois o curso era voltado a profissionais de diversas áreas, desde que apresentassem interesse pela informação. Tal característica também esteve presente no curso de pós-graduação (*lato sensu*) dos anos 1950, que “[...] muito contribuiu para a formação de professores dos cursos de graduação da década de 1960.” (MUELLER, 1985, p. 14).

Verifica-se que ao mesmo tempo em que o Brasil vivia, nos anos 1970, com os impasses e restrições impostos pelo governo militar, o país:

[...] gerou espaço para o desenvolvimento dos sistemas de informação científica e tecnológica e para a criação de novos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia, dentro da ideologia de informação para o desenvolvimento nacional’, professada, então, pela elite governamental (VIEIRA, 1995).

Em 1979 o IBBD tornou-se o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e continuou subordinado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nos anos 1980 ocorreu a mudança da sede para Brasília. Nessas circunstâncias:

[...] o IBICT passou a sofrer períodos de instabilidade, ocasionados principalmente pela sua mudança do Rio de Janeiro para Brasília, pela difícil implantação do novo ministério e pela falta de clareza a respeito dos rumos do CNPq. Inicia-se assim um período de difícil transição no qual se destaca a rotatividade de seus dirigentes. Tal fato pode ter ocasionado uma possível descontinuidade administrativa, com reflexos negativos nos diversos níveis da cadeia hierárquica, trazendo em seu bojo alguns transtornos, haja vista o novo perfil que cada dirigente trazia ao assumir, resultando em interrupção total ou parcial de projetos, ou na geração de novas ações sem uma adequada análise dos produtos/serviços e dos impactos resultantes, principalmente junto aos usuários potenciais (CUNHA, 2005, p. 7).

Em relação à postura do IBBD, Martins (2004, p. 97) expõe que é possível verificar que o IBBD desde

[...] sua criação em 1955 até 1990, o Ibiict teve suas atividades voltadas para a ciência em um projeto de desenvolvimento nacional e, em alguns momentos, para as necessidades tecnológicas de empresas privadas, que eram parte integrante desse projeto. As mudanças na ordem internacional e a popularização da *Internet*, que ocorreram nos anos seguintes, influenciam de forma substantiva.

No início da década de 1990, o IBICT sofreu um novo impacto com a crescente globalização da economia e o crescimento da internet. Surgiu um novo

paradigma tecnológico, onde se destacavam as novas redes de informação, muitas delas em tempo real, e também o surgimento dos periódicos digitais, bibliotecas digitais e a redução da intermediação da informação (CUNHA, 2005).

A partir do ano de 2000, o IBICT deixou de ser integrante da estrutura do CNPq, à qual pertencia desde sua criação em 1954, e passou a ser unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) por meio do Decreto nº 3.568/2000. Ele desempenha atividades voltadas à promoção de competência, desenvolvimento de recursos e infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico do Brasil.¹²

Em 2000 foi lançado o Programa Sociedade da Informação (Socinfo), concebido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para preparar a nova geração de redes, viabilizando um novo estágio na evolução da internet e suas aplicações no país.

Miranda (2000, p. 14-15) enfatiza as transformações e a importância do Ibict ao longo dos anos na área biblioteconômica:

As transformações do IBBD – que partiu da proposta de montar o controle bibliográfico nacional em C&T e desenvolver a massa crítica e a infraestrutura para facilitar a pesquisa, o ensino e a administração superior no Brasil -, passando pela fase do IBICT – que partiu para a montagem e a coordenação de sistemas e serviços de informação especializada no nosso país é o reflexo da evolução da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil e no Mundo.

Em 2011, o IBICT por meio de sua atuação, contribuiu para a evolução da Biblioteconomia e da Ciência da informação ao oferecer mecanismo de fomento para a qualidade da disseminação da informação. O Instituto se destaca por oferecer projetos voltados ao movimento de acesso livre ao conhecimento; dos Sistemas de Arquivos Digitais (DSPACE e DiCi) e do Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre (OASIS.Br); do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e da revistas Ciência da Informação. Outros serviços do Instituto para a disseminação da informação e auxílio à pesquisa são: Catálogo Coletivo Nacional (CCN) e o serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT).

¹² Informações contidas no site do IBICT. Disponível em: < [http://www.Ibict.br/secao.php?cat=O IBICT](http://www.Ibict.br/secao.php?cat=O%20IBICT)>. Acesso em: 28 jan. 2011.

O IBICT oferece também a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, que utiliza as mais modernas tecnologias do *Open Archives*¹³ e integra os sistemas de informação de teses e dissertações nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. No Brasil, o IBICT atua como centro nacional do Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (ISSN) para controlar as publicações periódicas.

Embora, o IBICT tenha sido criado 43 anos após a criação do curso da BN, suas atividades influenciaram o ensino ao longo dos anos. Primeiramente com o curso de pós-graduação, *latu sensu*, de 1955 que formou professores atuantes na década de 1960 nos cursos de graduação em Biblioteconomia e possibilitou que “[...] muitos dos assuntos ministrados pela primeira vez no curso de especialização passaram a integrar os programas dos cursos de graduação como, por exemplo, Normalização na Documentação, Bibliografia Especializada e Mecanização” (GOMES apud MUELLER, 1985, p. 14), e também com as atividades de difusão de métodos e técnicas de Documentação transmitidas por Coblans aos brasileiros que possibilitaram a inclusão da disciplina Documentação no CM de 1962.

Mais tarde, na década 1970, a criação do mestrado acadêmico ampliou as possibilidades de aprendizagem dos bibliotecários e a revista *Ciência da Informação* foi e continua sendo um dos periódicos mais importantes da área, contendo artigos e tratando de assuntos fundamentais para a sua formação. Seus produtos e serviços contribuem diretamente para a disseminação da informação, sendo importantes para a pesquisa, para o uso da informação e para as tarefas desenvolvidas por profissionais da informação para obter um controle bibliográfico otimizado.

Esses produtos e serviços auxiliam na compreensão do ensino e aprendizagem de instrumentos de armazenagem, disseminação e recuperação da informação, servindo como exemplos de produtos e serviços de informação de qualidade e contribuindo para desenvolvimento da ciência e tecnologia, na área da informação no Brasil.

¹³ *Open Archives Initiative*: sistema norte americano, desenvolvido para criar e promover padrões de interoperabilidade que facilitem o intercâmbio do conteúdo de informações em formatos digitais. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

2.8.3 ABEBD

A Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), criada em 1967 e extinta em 2001, nasceu como consequência das primeiras edições do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), realizadas de 1954 até 1965, quando o tema “Educação em Biblioteconomia no Brasil” sempre esteve em análise. Souza (2011, p. 203) afirma que “Os bibliotecários de então tinham uma visão bastante significativa sobre a dependência que a profissão, para construir um futuro promissor, tinha de uma boa educação profissional”:

[...] a criação da ABEBD era uma demanda que expressava uma necessidade brasileira. Sua existência tinha o sentido de propiciar um ganho político, com várias facetas das quais se destacam: fortalecer a profissão no país, abrir canais de interlocução com Associação semelhante na América Latina, profissionalizar a ação docente etc. Mais importante era a percepção então existente no sentido de inseri-la num universo profissional bibliotecário, tomado como conjunto, mas com um traço muito representativo do momento político do país à época, isto é, a discussão sobre sua existência estava associada, ou era realizada, nos fóruns onde se encaminhava o debate sobre a legalização do exercício e prática profissionais (SOUZA, 2006, p. 8).

Com a criação da ABEBD, a entidade passou a exercer a liderança nos encaminhamentos da educação bibliotecária, visando o fortalecimento do ensino de Biblioteconomia e da formação de bibliotecários no Brasil. Na década 1960, a atividade associativa e acadêmica eram próximas, pois afinal, eram os professores que estavam na liderança das associações.

A ABEBD teve um grande envolvimento com a concepção do Currículo Mínimo de 1982, sendo a idealizadora do movimento de revisão do currículo. Todavia, nem tudo que está presente no currículo mínimo é a exata concepção da ABEBD (SOUZA, 2011).

De acordo com Souza (2011) existe uma quantidade considerável de estudos realizados sobre a educação bibliotecária e o ensino da Biblioteconomia, contudo

permanece pouco discutido o impacto que a atuação da ABEBD propiciou à evolução curricular do ensino de Biblioteconomia.

O parecer nº 460/1982, que trata do 2º Currículo Mínimo de Biblioteconomia, do Conselho Federal de Educação, enfatiza a importância da ABEBD para a área, como visto a seguir:

Fato importante na vida da profissão de Bibliotecário foi a criação da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), em 1967, em São Paulo. A ABEBD se propõe congregar o corpo docente dos Cursos de Biblioteconomia, criando uma comunidade empenhada em buscar a solução de seus problemas, em atualizar os currículos plenos adotados nas várias Escolas e em promover permanentemente o aperfeiçoamento dos professores desta área. Com esta última finalidade, vem organizando e promovendo o intercâmbio de experiências em nível nacional e internacional, cuidando de promover reuniões e simpósios visando a este objetivo (BRASIL, 1982, p. 3).

A década de 1990 foi importante para a interação entre as escolas brasileiras de Biblioteconomia e as existentes nos países do MERCOSUL. A ABEBD foi uma das grandes responsáveis por essa interação proporcionando a inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no currículo de atividades relacionado com a pesquisa. Foi também no final dos anos 1990 que ocorreu a definição das quatro grandes áreas pelo currículo das escolas situadas nos países do MERCOSUL: 1) Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; 2) Organização e Tratamento da Informação; 3) Recursos e Serviços de Informação; e 4) Gestão da Informação. (SOUZA, 2011)

Souza (2011, p. 210-211), baseado em sua pesquisa, afirma que a atuação da ABEBD proporcionou para a associação e para a evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000, os seguintes fatos:

- 1) Levou a uma evolução curricular, mas não foi a evolução desejada, nem com equilíbrio e nem comunicação, especialmente entre as áreas curriculares, porque elas continuaram isoladas;
- 2) Não se deu como ação institucionalmente planejada, contando com planos de ação pré-concebidos. Por isso, os resultados foram aleatórios. As escolas continuaram a atuar isoladamente;
- 3) Que A ABEBD sempre foi uma associação de docentes; ela transcende a dimensão institucional; é um grupo de pessoas preocupadas com

determinadas questões. [...] A Associação é movida pelo voluntarismo, a partir da capacidade agregadora de alguns docentes;

4) Que há um ponto alto na trajetória da ABEBD que se dá no final dos anos 1990 e resulta nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia aprovadas em 2001. O destaque dessa circunstância é que ela se expressa quase que como uma ruptura da postura de distanciamento das questões políticas afirmadas nas finalidades da Associação quando de sua criação: **o movimento em torno da elaboração das diretrizes curriculares foi um movimento em que a ABEBD teve uma ação política fortíssima e provavelmente foi a primeira vez que a Comunidade docente de Biblioteconomia fez um movimento político, para fazer valer aquilo que ela já havia discutido e acordado** (grifo do autor).

Para o autor, este último item (número 4) é um dos fatores que justifica a extinção da ABEBD em 2001, como pode ser visto abaixo:

No momento em que isso se dá, a ABEBD estava submergindo as dificuldades jurídicas de que foi vítima, justamente por conta da perda de documentos importantes para garantir a sua sobrevivência ativa. Sua postura foi corporativa, mas a essência do esforço realizado pode ter configurado uma contenda entre entendimentos sobre a relevância para a formação do Bibliotecário, ou profissional da informação, de distintos conteúdos ou abordagens e de distintas relações entre a Biblioteconomia e a Ciência da informação (SOUZA, 2011, p. 211).

No entanto, em outro relato de Souza (2006), a entidade se apresenta, na maior parte do tempo, pouco dinâmica, com várias reuniões de seu diretório iniciadas em segunda chamada por ausência de *quorum* mínimo ou, em outras ocasiões, com o registro de questionamento de alguns participantes sobre a própria razão de existência da ABEBD, como foi o caso de Alfredo Americo Hamar, um de seus criadores, em reunião do Conselho Diretor realizada em 11/04/1976.

2.8.3.1 ABECIN

Após a extinção da ABEBD é fundada, em Junho de 2001, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), sociedade civil, sem fins lucrativos, que congrega entidades e profissionais vinculados à educação superior de graduação em Ciência da Informação. Seus membros são instituições educacionais na área de Ciência da Informação oficiais, reconhecidas ou autorizadas pelo Conselho Nacional de Educação; instituições nacionais e regionais, ligadas à Ciência da Informação e docentes das instituições educacionais na área de

Ciência da Informação. Com a finalidade de fortalecer e integrar a “[...] atuação das instituições públicas e privadas e dos profissionais de educação superior que tenham como missão precípua a formação, no nível de graduação, de profissionais capacitados a atuar em Ciência da Informação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011).

Sua criação é resultante do entendimento comum de profissionais que hoje, majoritariamente operando nos campos do ensino, pesquisa e extensão, forjou ou assimilou um conhecimento decorrente de práticas de trabalho transformado em conhecimento escolar fluente dentro da instituição educacional instituída para dar virtual existência e noção de permanência a esse corpo profissional, com a fixação de novos recursos humanos na realização da pesquisa, da experimentação e do ensino. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011).

Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (2011) trabalha em quatro linhas de saberes consideradas fundamentais:

- 1) Saberes dos conteúdos do campo já existentes e prontos para serem utilizados, transmitidos, adaptados e transformados;
- 2) Saberes de como realizar a transposição didática desses conteúdos para a formação das competências, habilidades e atitudes dos profissionais egressos da escola;
- 3) Saberes derivados da transposição didática e seu efeito na consolidação dos saberes profissionais nos egressos dos cursos e,
- 4) Saberes sobre os melhores métodos e técnicas de ensino a serem empregados na formação das habilidades e das atitudes esperadas pelos usuários dos serviços prestados pelos egressos da escola.

De acordo com seu estatuto, são objetivos da ABECIN¹⁴:

- I. Contribuir para o aperfeiçoamento do Ensino em Ciência da Informação;
- II. Promover o intercâmbio de Educadores na área de Ciência da Informação;
- III. Defender os interesses das Instituições que a integram;
- IV. Promover cursos, seminários e reuniões periódicas de Educadores responsáveis por atividades de ensino, visando à integração do Ensino da área de Ciência da Informação;
- V. Estimular a elaboração de trabalhos acadêmicos, tendo em vista o princípio da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- VI. Estimular reuniões regionais de Dirigentes de Instituições de Ensino na área de Ciência da Informação;
- VII. Promover, trienalmente, o Encontro Nacional de Educação em Ciência

¹⁴ Informações retiradas do site da ABECIN: <http://www.abecin.org.br/portal/>. Acesso em: 20 nov.2011.

- da Informação (ENECIN);
VIII. Promover, em sessão paralela ao Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), o Seminário Nacional de Avaliação Curricular (SNAC);
IX. Manter cadastro, serviços e produtos de divulgação sobre a área de atuação;
X. Incentivar a construção da memória da ABECIN.

A partir da análise dos objetivos e finalidade da ABECIN, verifica-se que essa associação se assemelha à extinta ABEBD, embora sua atuação, de acordo com o que propõe, abranja não apenas a Biblioteconomia, mas toda a área da Ciência da Informação no Brasil.

A ABECIN tem como elemento instituinte o fomento à pesquisa e ao conhecimento dos meios de ensino, das diretrizes curriculares, da articulação do conhecimento a ser transmitido, da comunicação professor-aluno, do contexto da prática do corpo profissional-docente, especialmente, em seus aspectos filosóficos, históricos, políticos, sociais, econômicos e pedagógicos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011). A partir disso, é possível observar que o apoio e amparo, sob os aspectos do ensino na graduação, que anteriormente a Biblioteconomia tinha na ABEBD, encontram-se na ABECIN.

3 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA: UFAM, PUC-CAMPINAS, UNB, UFPB E UEL.

Foram analisados os cursos de Biblioteconomia no Brasil, verificou-se que em 2012, existiam 39 cursos de biblioteconomia em atividade. Para conhecer alguns currículos, escolheu-se de forma intencional um curso por região do País. Sendo que a escolha foi feita por meio de análise dos sítios das instituições, em março de 2012, desta forma, os sítios com o maior número de informações sobre o currículo dos cursos foram selecionados. Na Região Norte escolheu-se o curso da UFAM; no Sudeste, o da PUC- Campinas; no Centro Oeste, o da UnB; no Nordeste, o da UFPB e, na Região Sul, o da UEL.

3.1 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

O curso de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas foi reconhecido pelo MEC/CFE pelo Decreto Nº 53.994, de 3 de julho de 1964. Ele tem duração de (oito) semestres, ocorre no período noturno e tem carga horária de 3.196 horas/aulas. De acordo com a análise, percebeu-se que o currículo se propõe a formar um egresso habilitado a enfrentar, com eficiência e criatividade, “[...] os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve e observar padrões éticos de conduta”. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, 2012?).

A análise do currículo verificou que a PUC-Campinas, por ser uma instituição religiosa, oferece a disciplina Antropologia Teológica do primeiro ao terceiro semestre estudando a cultura humana e destacando o fenômeno religioso numa perspectiva antropológica. Do primeiro ao oitavo semestre, o aluno pode cursar a disciplina prática em formação que proporciona “[...] atividades eletivas de estudo, pesquisa e extensão, de caráter desportivo, artístico, cultural, linguístico, religioso e técnico-científico, destinadas à complementação da formação geral e específica do aluno”. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, 2012?).

1º SEMESTRE

ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA A
 CULTURA, ARTE E INFORMAÇÃO
 EVOLUÇÃO DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO
 FUNDAMENTOS CIÊNCIA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
 INFORMAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO
 LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA
 PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO A

No segundo semestre o aluno cursa quatro disciplinas da área, além da disciplina filosofia da ciência.

2º SEMESTRE

ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA B
 FILOSOFIA DA CIÊNCIA
 FONTES DE INFORMAÇÃO
 FUND. EDUCACIONAIS PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO
 INFORMAÇÃO E SOCIEDADE
 NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA
 PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO B

Os alunos aprendem catalogação, classificação e indexação no terceiro e quarto semestre ao mesmo tempo em que aprendem metodologias de pesquisa, serviço de referência e fontes de informação.

3º SEMESTRE

ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA C
 FONTES DE INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA
 INFOEDUCAÇÃO
 PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO C
 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA: CATALOGAÇÃO I
 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA: CLASSIFICAÇÃO I
 SERVIÇO DE REFERÊNCIA E INFORMAÇÃO

No final do quarto semestre o aluno já fez as disciplinas mais tradicionais e técnicas da área, aquelas relacionadas ao tratamento e organização da informação.

4º SEMESTRE

INDEXAÇÃO

METODOLOGIA DA PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA

MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS A BIBLIOTECONOMIA

PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO D

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA: CATALOGAÇÃO II

REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA: CLASSIFICAÇÃO II

A partir do quinto semestre e no sexto são ministradas disciplinas voltadas à gestão de unidades de informação e sua promoção, tais como: Administração de Unidades de Informação, Gestão de Acervos Informacionais, Administração Marketing em Unidades de Informação, Administração Orçamentária Unidades de Informação, Avaliação Unidades e Serviços de Informação, Gestão de Pessoal e Relação Trabalho em Ambientes Informacionais.

5º SEMESTRE

ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

GESTÃO DE ACERVOS INFORMACIONAIS

LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS ALFABÉTICAS

PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO E

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

TRATAMENTO DE DOCUMENTOS ESPECIAIS

6º SEMESTRE

ADMIN. MARKETING EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA UNIDADES DE INFORMAÇÃO

AUTOMAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

AVALIAÇÃO UNIDADES E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

CATALOGAÇÃO AUTOMATIZADA

EDITORAÇÃO CIENTÍFICA

GESTÃO PESS. REL. TRABALHO AMBIENTES INFORMACIONAIS
PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO F
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

O sétimo semestre é composto por disciplinas voltadas à gestão da informação, elaboração de bases de dados e tratamento digital da informação.

7º SEMESTRE

ATIVIDADES PRÁTICAS DE ESTÁGIO A
ESTÁGIO SUPERVISIONADO A
ESTRUTURAS E ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS
ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DA INFORMAÇÃO I
ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO DIGITAL
PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO G
PLANEJ. ELABOR. BASES DE DADOS BIBLIOGRÁFICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III

O oitavo semestre permite ao formando da área se aprofundar nos seguintes assuntos: Arquitetura da Informação, Aspectos Legais da Informação, Consultoria de Empreendedorismo em Serviços da Informação e Softwares Colaborativos. Além disto, o aluno da PUC-Campinas deve realizar dois estágios supervisionados e a monografia.

8º SEMESTRE

ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO
ASPECTOS LEGAIS DA INFORMAÇÃO
ATIVIDADES PRÁTICAS DE ESTÁGIO B
CONSULTORIA EMPREENDEDORISMO SERV. INFORMAÇÃO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO B
GESTÃO DA INFORMAÇÃO II
INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO H
SOFTWARES COLABORATIVOS

TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A partir da análise do currículo da PUC-Campinas foi possível observar que do primeiro ao quarto semestre a escola é voltada às disciplinas técnicas como: Normalização Documentária, Catalogação I e II, Classificação I e II e Indexação. Mas não abandona a cultura geral, oferecendo as disciplinas Antropologia Teológica e Filosofia da Ciência.

Verificou-se igualmente que os dois últimos anos do curso, o aluno aprende a administrar bibliotecas por meio das disciplinas: Administração de Unidades de Informação, Gestão de Acervos Informacionais, Administração e Marketing de Unidades de Informação, Avaliação de Unidades de Informação, Gestão de Pessoal e Relações de Trabalho em Ambientes Informacionais, Estruturas e Estratégias Organizacionais, Organização e Tratamento da Informação Digital e Gestão da Informação. Além disso, o egresso da PUC- Campinas sai para o mercado de trabalho com conhecimentos de automação de bibliotecas, catalogação automatizada, consultoria e empreendedorismo em serviços da informação e também com conhecimento sobre arquitetura da informação.

3.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Na análise do currículo do curso de Biblioteconomia da UFPB observou-se que o curso proporciona uma carga de 2.760 horas/aulas (184 créditos). Na universidade existe o curso diurno e o noturno. O curso de Biblioteconomia diurno tem no mínimo oito e no máximo 12 semestres, enquanto o curso noturno é mais longo e deve ser concluído em no mínimo 10 e no máximo 15 semestres.

A partir do primeiro semestre, o aluno deve se matricular na disciplina Metodologia do Trabalho Científico como base para o desenvolvimento dos trabalhos ao longo do curso.

1° SEMESTRE

FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 HISTÓRIA DA LEITURA E DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO
 INGLÊS/FRANCÊS INSTRUMENTAL
 REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO
 METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Percebeu-se que o curso oferece disciplinas separadas para abordar a Ciência da Informação e a Biblioteconomia. Os fundamentos da Biblioteconomia são ensinados apenas no segundo semestre. A posição do curso da UFPB está de acordo com Saracevic (1996, p. 49) que considera que o campo comum entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação

[...] é bastante forte, consiste no compartilhamento de seu papel social e sua preocupação comum com os problemas da efetiva utilização dos registros gráficos. Mas existem também diferenças significativas em alguns aspectos críticos, dentre eles: (1) seleção dos problemas propostos e a forma de sua definição; (2) questões teóricas apresentadas e os modelos explicativos introduzidos; (3) natureza e grau de experimentação e desenvolvimento empírico, assim como o conhecimento prático/competências derivadas; (4) instrumentos e enfoques usados; e (5) a natureza e a força das relações interdisciplinares estabelecidas e sua dependência para o avanço e evolução dos enfoques interdisciplinares. Todas estas diferenças comprovam a conclusão que biblioteconomia e CI são dois campos diferentes, com forte relação interdisciplinar e não um único campo, em que um consiste na manifestação especial do outro.

2º SEMESTRE

ÉTICA DA INFORMAÇÃO
 FUNDAMENTOS DA BIBLIOTECONOMIA
 FONTES GERAIS DE INFORMAÇÃO
 FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA COMUNICAÇÃO
 PESQUISA APLICADA À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

No terceiro semestre são ministradas disciplinas referentes à representação temática e descritiva da informação, tecnologia da informação e uma disciplina da Administração.

3º SEMESTRE

TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO I
REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO I
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO I

No quarto semestre há apenas aulas dos conteúdos referentes à área.

4º SEMESTRE

DISSEMINAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO
FONTES ESPECIALIZADAS DE INFORMAÇÃO
REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO II
REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO II

Já no quinto semestre há ocorrência de disciplinas como Lógica, Estatística e Leitura e Produção de Texto que podem auxiliar na elaboração de relatórios sobre a unidade de informação.

5º SEMESTRE

PRODUÇÃO DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO
LÓGICA FORMAL
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS
INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E SOCIEDADE
ESTATÍSTICA III

Verificou-se que as disciplinas do sexto semestre são voltadas para a gestão da informação e para a prática bibliotecária.

6º SEMESTRE

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
PLANEJAMENTO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO
LABORATÓRIO DE PRÁTICAS INTEGRADAS I
OPTATIVA

No sétimo semestre são ministrados aulas de Tecnologia da Informação, Estudos de Usuários e Gestão de Coleções.

7º SEMESTRE

FLEXÍVEL

GESTÃO DE COLEÇÕES

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS INTEGRADAS II

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO II

ESTUDO DE USUÁRIO DA INFORMAÇÃO

No oitavo e nono semestre, o aluno, além da disciplina Laboratório de Práticas Integradas, deve fazer as disciplinas Automação em Unidades de Informação, Marketing em Unidades de Informação, Geração de Bancos e Bases de Dados.

8º SEMESTRE

FLEXÍVEL

PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS INTEGRADAS III

AUTOMAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

9º SEMESTRE

MARKETING EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS INTEGRADAS IV

GERAÇÃO DE BANCOS E BASES DE DADOS

OPTATIVA

No último semestre, o aluno deve elaborar o trabalho de conclusão de curso como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

10º SEMESTRE

OPTATIVA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

OPTATIVA

O curso da UFPB objetiva formar um egresso com competências técnico-científicas, gerencias, sociais e políticas (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2011?). Para isso, oferece ao aluno disciplinas voltadas à gestão de bibliotecas e à tecnologia da informação. No entanto, não se observa disciplinas da área da sociologia, da filosofia, da história ou da psicologia que podem ajudar o bibliotecário no relacionamento com o usuário e na compreensão da comunidade.

3.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

O curso de Biblioteconomia da UFAM ocorre no período diurno, oferece 56 vagas e tem a duração mínima de oito semestres e máxima de 14 semestres. O aluno deve cursar 192 créditos, sendo 178 obrigatórios e 14 optativos, totalizando 3.150 horas/aulas. Para concluir o curso, no último semestre, o aluno precisa realizar um estágio supervisionado com a duração de 300 horas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2012?).

No primeiro semestre é ministrada a disciplina Introdução à Biblioteconomia e o aluno também estuda Sociologia, Filosofia e Psicologia. Essas disciplinas são capazes de oferecer maior compreensão da sociedade e das relações humanas.

1° SEMESTRE

PSICOLOGIA GERAL I

INT. À BIBLIOTECONOMIA

INT. À FILOSOFIA

HISTÓRIA DA ARTE

LÍNGUA PORTUGUESA I

SOCIOLOGIA I

Para o curso da UFAM, a Psicologia se mostra uma área importante para a formação profissional, pois o aluno deve fazer duas disciplinas da área, uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre.

2° SEMESTRE

PSICOLOGIA SOCIAL

INT. CONTROLE BIBLIOGRÁFICO

COMUN. EM BIBLIOTECONOMIA

EVOL. DO PENS. FILOS. CIENTÍFICO

HISTÓRIA DA LITERATURA

ASPEC. SOC. POL. BRAS. CONTEMP

No terceiro semestre, o aluno deve cursar sete disciplinas, entre elas, Estatística e Lógica, além de disciplinas específicas da área como: Informação em Biblioteconomia e Administração de Bibliotecas.

3° SEMESTRE

INTROD. PROCES. DE DADOS

COMPLEM. MATEM. ESTATÍSTICA

INF. EM BIBLIOTECONOMIA I

REP. DESC. PUBLICAÇÕES I

LÓGICA I

DESENV. LITER.PORT. BRASIL

ADM. DE BIBLIOTECAS

No quarto semestre todas as disciplinas são direcionadas para a área de atuação do bibliotecário. Observa-se que a disciplina Organização e Métodos da administração, no curso da UFAM, é direcionada para as bibliotecas.

4° SEMESTRE

PROD. REG. CONHECIMENTO I

FONTES DE INFORMAÇÃO I

O & M NA BIBLIOTECA

INF. EM BIBLIOTECONOMIA II

LÍNG. INDEX. PRÉ-COORDENADA I
REP. DESC. PUBLICAÇÕES II
MET. TEC. PESQ. BIBLIOTECONOMIA

A partir do quinto semestre, o aluno cursa, em sua maior parte, disciplinas específicas da área, com exceção das disciplinas: Inglês Instrumental, Arquivística, Introdução à Economia, Espanhol I. No último semestre, o aluno deve realizar um estágio supervisionado em bibliotecas.

5° SEMESTRE

PROD. REG. CONHECIMENTO II
FONTES DE INFORMAÇÃO II
PLANEJ. BIBLIOTECÁRIO
LING. IND. PRÉ-COORDENADA II
ESTUDO DO USUÁRIO

6° SEMESTRE

DIDÁTICA EM BIBLIOTECONOMIA
FORMAÇÃO DESENV. COLEÇÕES
DISSEM. DA INFORMAÇÃO I
BIBLIOT. PUB. E ESCOLARES
INDEX. E RESUMO

7° SEMESTRE

DISSEM. DA INFORMAÇÃO II
BIBLIOT. UNIV. ESPECIALIZADAS
MARKETING NA BIBLIOTECA
REPROGRAFIA
LING. IND. PÓS-COORDENADA
INGLÊS INSTRUMENTAL

8° SEMESTRE

EST. PROF. SUPERV. EM BIBLIOT.
OPTATIVAS

ARQUIVÍSTICA
METODOLOGIA DO ESTUDO NORMALIZ. TRAB. ACADÊMICOS
LEITURA E BIBLIOTECA
CUSTOS INFORMACIONAIS
INTRODUÇÃO À ECONOMIA
AUTOMAÇÃO EM BIBLIOTECAS
ESPANHOL I

De acordo com a análise do currículo da UFAM foi possível observar que a instituição se preocupa em formar um bibliotecário com conhecimentos em diversas áreas, capaz de atuar nos processos técnicos, na gerência e no atendimento ao público, devido ao número de disciplinas da psicologia direcionada às relações humanas e à disciplina Estudos de Usuários.

O curso da UFAM, mesmo após o advento das diretrizes curriculares, mantém em seu currículo algumas disciplinas com a mesma nomenclatura utilizada nos Currículos Mínimos. O curso oferece as disciplinas de História da Arte, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Literatura que já faziam parte do CM de 1962. E as disciplinas de Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo, Lógica, Produção dos Registros do Conhecimento, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Biblioteconomia e Disseminação da Informação que compunham o CM de 1982.

O curso oferta duas disciplinas de aspectos tecnológicos e computacionais: Automação de Bibliotecas e Introdução ao Processamento de Dados. Enquanto oferece várias disciplinas de cultura geral, tais como: História da Arte, da Literatura, Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo, Filosofia e Sociologia. A partir disso, é possível observar que essa escola se preocupa em formar, por meio de suas disciplinas, um profissional com domínio das técnicas e dos conhecimentos da área e mais direcionado às questões humanísticas do que às tecnológicas.

3.4 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O curso de Biblioteconomia da UnB foi reconhecido pela portaria nº. 064745 em 30 de junho de 1969. Os alunos podem se formar em no mínimo oito semestres e no máximo 14, com a quantidade de 180 créditos (em média 45 disciplinas) sendo 26 créditos optativos (em média seis disciplinas) e três créditos no módulo livre¹⁵ (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2012). As disciplinas na UnB são ofertadas por cada faculdade de acordo com sua área do conhecimento, dessa forma, por exemplo, as disciplinas da Educação são ministradas na Faculdade de Educação e, caso o aluno de Biblioteconomia tenha que cursar alguma disciplina da Educação, precisa se deslocar até a faculdade correspondente e vice-versa.

Observou-se que o curso é composto por 22 disciplinas obrigatórias, entre elas: Estatística Aplicada, Informática Documentária, Introdução à Administração, Introdução à Microinformática, Planejamento e Elaboração de Bases de Dados, Redes de Informação e Transferência de Dados, Técnicas de Editoração. Algumas dessas disciplinas, embora sejam disciplinas de outras áreas do conhecimento, são ministradas na Faculdade de Ciência da Informação, a saber: Redes de Informação e Transferência de Dados, Técnicas de Editoração e Planejamento e Elaboração de Bases de Dados. Essas disciplinas ministradas são voltadas à Biblioteconomia.

Verificou-se que o aluno deve optar por fazer uma língua estrangeira entre Francês, Italiano, Inglês, Alemão, Espanhol e Japonês. O aluno também deve escolher fazer uma disciplina da História, ou a disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira que é ofertada pela Faculdade de Ciência da Informação (FCI).

Da mesma forma, deve optar em fazer uma disciplina da Filosofia: Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Introdução à Filosofia, Ideias Filosóficas em Forma Literária ou Fundamentos de História Literária.

¹⁵ O aluno de curso regular de graduação compõe o seu programa de estudos com disciplinas do Módulo Integrante e do Módulo Livre. As disciplinas do Módulo Livre são de livre escolha do aluno entre as disciplinas oferecidas pela Universidade e correspondem a 24 (vinte e quatro) créditos, pelo menos, para os cursos regulares de duração plena.

O aluno deve escolher fazer uma disciplina entre as disciplinas Leitura e Produção de Textos e Linguagens Documentárias. Deve também deve escolher fazer uma disciplina entre Teorias da Comunicação 1 e Introdução à Comunicação. Além disso, o aluno tem a liberdade de escolher algumas disciplinas entre as 180 disciplinas optativas possíveis da UnB. Observe o currículo a seguir:

CURRÍCULO UNB¹⁶

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

ANALISE DE INFORMACAO
 BIBLIOGRAFIA GERAL
 CATALOGACAO 1
 CLASSIFICACAO
 ESTAGIO SUPERVISIONADO 1
 ESTAGIO SUPERVISIONADO 2
 ESTATISTICA APLICADA
 ESTUDO DE USUARIOS
 FORMACAO E DESENV DE COLECOES
 INDEXACAO
 INFORMATICA DOCUMENTARIA
 INTRO AO CONT BIBLIOGRAFICO
 INTRO BIB CIEN INFORMACAO
 INTRODUCAO A ADMINISTRACAO
 INTRODUCAO A MICROINFORMATICA
 MONOGR BIB E CIEN INFORMACAO
 ORGANIZACAO ADM DE BIBLIOTECAS
 PLANEJ E ELAB DE BASES DADOS
 PLANEJAMENTO BIBLIOTECÁRIO
 REDES INF E TRANSF DE DADOS
 SERVICOS DE INFORMACAO 1
 TECNICAS DE EDITORACAO

DAS DISCIPLINAS A SEGUIR, O ALUNO DEVERÁ CURSAR, NO MÍNIMO, 4 CRÉDITOS OU 1 DISCIPLINA

FRANCES INSTRUMENTAL 1
 LÍNGUA ALEMÃ 1
 INGLÊS INSTRUMENTAL 1
 LÍNGUA ESPANHOLA 1
 PRAT.FRANCES ORAL E ESCRITO 1
 FRANCÊS 1

¹⁶ Devido o aluno da UnB montar sua grade horária com a quantidade de disciplinas obrigatórias e optativas, respeitando o pré-requisito de cada, preferiu-se não dividir este currículo em semestre como foi feito com os demais. Optando-se por colocar apenas as disciplinas como forma de apresentar todas as possibilidades dos alunos.

TEO E PRAT ESP ORAL E ESCR 1
 LINGUA ITALIANA 1
 JAPONES 1

DAS DISCIPLINAS A SEGUIR, O ALUNO DEVERÁ CURSAR, NO MÍNIMO, 4 CRÉDITOS OU 1 DISCIPLINA

CULTURA BRASILEIRA 1
 HIST SOC E POL DO BRASIL
 BIBL E SOCIEDADE BRASILEIRA

DAS DISCIPLINAS A SEGUIR, O ALUNO DEVERÁ CURSAR, NO MÍNIMO, 4 CRÉDITOS OU 1 DISCIPLINA

EVOL PENS FILOS E CIENTIFICO
 INTRODUCAO A FILOSOFIA
 IDEIAS FIL EM FORMA LITERARIA
 FUND DE HISTORIA LITERARIA

DAS DISCIPLINAS A SEGUIR, O ALUNO DEVERÁ CURSAR, NO MÍNIMO, 4 CRÉDITOS OU 1 DISCIPLINA

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS
 LINGUAGENS DOCUMENTARIAS

DAS DISCIPLINAS A SEGUIR, O ALUNO DEVERÁ CURSAR, NO MÍNIMO, 4 CRÉDITOS OU 1 DISCIPLINA

TEORIAS DA COMUNICAÇÃO 1
 INTRODUÇÃO A COMUNICAÇÃO

184 DISCIPLINAS OPTATIVAS

O curso da UnB oferece as disciplinas teóricas e técnicas da área necessárias à formação do Bibliotecário e por meio de sua flexibilidade permite que o aluno frequente disciplinas de seu interesse e molde seu perfil profissional, direcionando para as questões sociais, educacionais ou tecnológicas.

3.5 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

O currículo da UEL é constituído por um conjunto de atividades acadêmicas distribuídas em disciplinas obrigatórias, em optativas, em atividades acadêmicas especiais de natureza obrigatória (correspondentes a trabalho de conclusão de curso e estágio supervisionado), em atividades acadêmicas complementares que correspondentes à participação do estudante em: a) monitoria acadêmica; b) projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e integrados; c) programas de

extensão e de formação complementar no ensino de graduação; d) disciplinas especiais; e) cursos de extensão; f) eventos; g) estágios voluntários; h) disciplinas eletivas; i) disciplinas optativas cursadas além do mínimo estabelecido. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2005).

Na UEL o ano acadêmico é constituído por dois períodos letivos regulares que correspondem a dois semestres. O curso tem a duração mínima de quatro anos e a máxima de oito. Nesse período é necessário cumprir um total de 2.964 horas relativas ao currículo pleno proposto, incluindo as destinadas ao cumprimento de atividades acadêmicas complementares.

O curso da UEL segue os preceitos da padronização do Mercosul, em que a sua estrutura é formada de conhecimentos voltados ao Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, Organização e Tratamento da Informação, Recursos e Serviços de Informação, Tecnologias da Informação, Gestão da Informação, Pesquisa e Estágio. Conforme a estrutura do curso, apresentado:

Figura 15 - Conteúdos curriculares segundo os eixos de conhecimento

CONHECIMENTOS	CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO DO ESTUDANTE	% da carga horária total
Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação	Propiciar a reflexão filosófico-teórica do conhecimento no campo da Ciência da Informação	25%
Organização e tratamento da Informação	Processar a informação em diferentes suportes, mediante aplicação de conhecimento teórico-prático de produção, prospecção, coleta, seleção/filtragem, organização e tratamento, apoiados em tecnologias de informação e comunicação	18,75%
Recursos e Serviços de Informação.	Promover conhecimento teórico-prático direcionado às atividades de interpretação, disseminação, mediação e uso da informação.	15,62%
Tecnologias da Informação.	Conhecer e desenvolver processos e meios de informação, comunicação e tecnologia em suas relações com os problemas da área;	4,69%
Gestão da Informação.	Gerenciar serviços, recursos, unidades, sistemas e redes informacionais, por meio de ações de planejamento, organização, gestão e prestação de serviços	17,19%
Pesquisa	Construir e disseminar o conhecimento no campo da Ciência da Informação	12,5%
Estágio	Aperfeiçoar técnicas e aprimorar conhecimentos e métodos envolvidos nas atividades profissionais da área	6,25%

Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2005, p. 14.

O currículo do curso da UEL, no primeiro semestre, é composto por sete disciplinas, sendo quatro disciplinas da Biblioteconomia e três disciplinas de outras áreas, duas disciplinas de Português e uma disciplina voltada às Ciências Humanas.

1ª SÉRIE (1º SEMESTRE)

FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DA BIBLIOTECONOMIA

INTRODUÇÃO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO APLICADAS À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA I

LINGUÍSTICA APLICADA À DOCUMENTAÇÃO

NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA

ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

LÍNGUA E LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA

O Segundo semestre é formado por sete disciplinas, sendo uma disciplina da Filosofia, uma da Comunicação, uma da História e quatro da área da informação.

1ª SÉRIE (2º SEMESTRE)

ELEMENTOS DE LÓGICA E FILOSOFIA APLICADOS À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA II

HISTÓRIA DA CULTURA E DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA II

ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA I

FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA COMUNICAÇÃO

O terceiro é formado por oito disciplinas, entre elas Língua Estrangeira, Relações Públicas e Psicologia, todas aplicadas à Ciência da Informação.

2ª SÉRIE (3º SEMESTRE)

ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
 FONTES DE INFORMAÇÃO I
 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES I
 PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS
 REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA II
 INGLÊS INSTRUMENTAL APLICADO À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 RELAÇÕES PÚBLICAS PARA UNIDADES E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
 PSICOLOGIA APLICADA À UNIDADES DE INFORMAÇÃO

O quarto semestre é composto de seis disciplinas, entre elas Laboratório de Práticas Integradas onde ocorre a prática integrada dos conteúdos de disciplinas de formação profissional de forma manual e automatizada.

2ª SÉRIE (4º SEMESTRE)

FONTES DE INFORMAÇÃO II
 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES II
 TECNOLOGIAS APLICADAS À REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA
 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E REFERÊNCIA
 LABORATÓRIO DE PRÁTICAS INTEGRADAS
 ESPANHOL INSTRUMENTAL APLICADO À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Enquanto, o quinto é formado apenas por disciplinas da Biblioteconomia.

3ª SÉRIE (5º SEMESTRE)

ESTUDO DO AMBIENTE E DO USUÁRIO DA INFORMAÇÃO
 LEITURA E LITERATURA APLICADA À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 SEMIÓTICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA I
 REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA III
 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No sexto semestre existe a possibilidade do aluno cursar seis disciplinas.

3ª SÉRIE (6º SEMESTRE)

FONTES DE INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA
 GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA WEB
 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
 PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA II
 PLANEJAMENTO E GERÊNCIA DE UNIDADES E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

O trabalho de conclusão de curso é feito em duas disciplinas no sétimo e oitavo semestre. Essas disciplinas possibilitam a elaboração de um projeto de pesquisa e posteriormente a realização de uma monografia integrada aos conhecimentos adquiridos durante o curso.

4ª SÉRIE (7º SEMESTRE)

GESTÃO DA AUTOMAÇÃO
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
 MÉTRICAS PARA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
 GESTÃO DA INFORMAÇÃO
 CENTROS CULTURAIS, BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES

4ª SÉRIE (8º SEMESTRE)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II
 MARKETING APLICADO À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 INTELIGÊNCIA COMPETITIVA
 ORGANIZAÇÃO DE CONHECIMENTO EM AMBIENTES DIGITAIS

Os Estágios Curriculares (I e II) ocorrem em horário alternativo e além das disciplinas obrigatórias, a faculdade oferece as seguintes disciplinas optativas:

OPTATIVAS

ARTE EDUCAÇÃO APLICADA À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 CENTROS CULTURAIS, BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES
 CIBERCULTURA
 COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO
 CRESCIMENTO DA CIÊNCIA E SEUS INDICADORES

ECONOMIA DA INFORMAÇÃO
EMPREENDEDORISMO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ÉTICA APLICADA À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
HIPERMÍDIA E HIPERTEXTO
INFORMAÇÃO VISUAL
INFORMAÇÃO E MEMÓRIA
INFORMAÇÃO PARA INOVAÇÃO
INFORMAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE
INTELIGÊNCIA COMPETITIVA
MARKETING APLICADO À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Inferese, a partir do currículo da UEL, que a escola de Londrina oferece aos alunos, além de disciplinas tradicionais e essenciais a área, a possibilidade do aluno ampliar seu conhecimento sobre: Inteligência Competitiva, Informação para a Inovação, Informação Visual, Cibercultura, Economia da Informação, Empreendedorismo em Ciência da Informação, Ética Aplicada à Ciência da Informação, Informação Visual, Informação e Memória, Marketing Aplicado à Ciência da Informação e Gestão da Informação na Web.

Observa-se que o curso, além de transmitir as disciplinas técnicas referentes à organização e tratamento da informação, está preocupado em formar um egresso com conhecimentos voltados às relações humanas, ética e sociedade, além de oferecer subsídio para o egresso atuar como empreendedor em informação e nos ambientes da Web.

3.6 O ENSINO NAS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA: CONCLUSÃO DA ANÁLISE

A partir da análise dos cinco cursos de Biblioteconomia foi possível observar que:

- O curso da PUC oferece uma formação com base bibliotecária, voltada para a gestão, ao mesmo tempo em que oferece disciplinas culturais como: Antropologia Teológica e Filosofia. O curso também trata das questões

tecnológicas, além de oferecer ao aluno conhecimentos sobre temas pouco abordados em outros currículos como: consultoria e empreendedorismo em serviços da informação e arquitetura da informação.

- O curso da UFPB oferece ao aluno disciplinas voltadas à gestão de bibliotecas e às tecnologia da informação. Embora na análise verificou-se a ausência de disciplinas da área da Sociologia, da Filosofia, da História ou da Psicologia que auxiliam o bibliotecário no relacionamento com o usuário e na compreensão da comunidade.
- O curso da UFAM preocupa-se em formar um bibliotecário com conhecimentos em diversas áreas, capaz de atuar nos processos técnicos, na gerência e no atendimento ao público, devido o número de disciplinas da Psicologia direcionada às relações humanas e à disciplina Estudos de Usuários.
- No currículo da UnB percebe-se que o aluno pode escolher as disciplinas de seu interesse e moldar seu perfil profissional, direcionando-se para as questões sociais, educacionais ou tecnológicas.
- O curso da UEL preocupa-se em transmitir as disciplinas técnicas referentes à organização e tratamento da informação ao mesmo tempo em que está voltado a formar um egresso com conhecimentos voltados às relações humanas, ética e sociedade, além de oferecer subsídio para o egresso atuar como empreendedor em informação e nos ambientes da Web.

A partir disso é possível inferir que o aluno da UnB cursa disciplinas teóricas e técnicas necessárias a atuação do bibliotecário. No entanto, o próprio aluno tem a liberdade por meio das disciplinas complementares de estabelecer se terá uma formação mais humanística ou tecnológica e por aplicá-la à prática bibliotecária.

O curso da UFPB preocupa-se em formar um egresso voltado à gestão de bibliotecas e às tecnologia da informação, mas oferece a oportunidade do aluno fazer disciplinas optativas e traçar seu perfil.

Enquanto o curso da UFAM está mais voltado a formar bibliotecários com ampla cultura geral com domínio das técnicas e dos conhecimentos área e mais direcionados às questões humanísticas do que às tecnológicas.

Os cursos da PUC e da UEL, além de oferecer disciplinas necessárias às práticas bibliotecárias, oferecem disciplinas que proporcionam cultura geral e conhecimentos das tecnologias da informação e suas aplicações em bibliotecas.

Entre as escolas analisadas, a PUC e a UEL são as que oferecem disciplinas com temas diferenciados mais voltados a atualidade, gestão e tecnologia, tais como: Inteligência Competitiva, Informação para a Inovação, Informação Visual, Cibercultura, Economia da Informação, Empreendedorismo em Ciência da Informação, Ética Aplicada à Ciência da Informação, Informação Visual, Informação e Memória, Gestão da Informação na Web, Arquitetura da Informação, Aspectos Legais da Informação e Software Colaborativos.

Percebeu-se por meio dos currículos que a maior parte das escolas observadas estão empenhadas em transmitir a importância da gestão da informação e a aplicação das tecnologias da informação em bibliotecas, e complementam a formação com disciplinas como Sociologia, História, Filosofia e Psicologia que conferem ao bibliotecário maior entendimento de seu meio.

4 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DAS ENTREVISTAS

Foram entrevistados sete professores de Biblioteconomia todos graduados na área. Os entrevistados têm doutorado e apenas um tem somente mestrado. As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2011 a março de 2012. As cinco primeiras entrevistas foram feitas durante o 12º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) realizado em Brasília, entre os dias 23 e 26 de outubro. Escolheu-se este evento por reunir um grande número de professores de Biblioteconomia de várias partes do país.

Nesta fase foram feitas cinco perguntas para os professores sobre: o currículo de Biblioteconomia no Brasil, as disciplinas, a tecnologia no ensino, as características da formação e as tendências para o futuro da área. No mês de fevereiro e março de 2012 foram entrevistados mais dois professores, nesta fase foram incluídas mais duas variáveis sobre: automação das bibliotecas e estudos de usuários. Neste momento, os entrevistados responderam a sete perguntas.

As perguntas feitas aos professores objetivavam identificar, de acordo com a visão de cada entrevistado, como ocorreu o desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no Brasil e neste contexto, destacar os aspectos que são relevantes para os docentes da área. Os professores entrevistados responderam a todas as perguntas em caráter individual baseados em sua própria opinião e trajetória.

Para a análise, os professores foram identificados como: Professor A, Professora B, Professora C, Professor D, Professora E, Professor F, Professor G. Os conteúdos das entrevistas foram analisados, de acordo com Richardson (1999) em ideias homogêneas, exaustivas, excludentes e representativas.

Os entrevistados consideraram como pontos importantes da evolução da Biblioteconomia, o currículo da Biblioteca Nacional e o da Escola de São Paulo ressaltando as mudanças que os currículos mínimos e as diretrizes trouxeram para o ensino da área. Em relação às disciplinas, a maior parte dos professores sente falta de disciplinas voltadas à cultura geral.

Quando questionados sobre a tecnologia, os professores enfatizaram a necessidade do profissional conhecer e entender as tecnologias da informação e do conhecimentos, mas esclareceram que ela não é o objeto da profissão e sim um instrumento de apoio que facilita o dia a dia do bibliotecário.

Para os professores F e G, a automação de Bibliotecas foi um marco para o ensino, bem como a inserção da disciplina Estudos de Usuários que começou como disciplina da pós-graduação e depois foi incluída no currículo da graduação em Biblioteconomia.

Em relação à formação do bibliotecário, os professores percebem que deve haver um equilíbrio entre a técnica, a tecnologia e a cultura geral, pois o profissional precisa entender um pouco de tudo para exercer suas funções.

Os professores também apontaram tendências para o futuro da Biblioteconomia, entre elas: o fortalecimento das bibliotecas públicas e escolares; o crescimento do livro eletrônico; maior diálogo e interação com outras áreas; provável junção entre os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, como já é visto na Europa; a importância de se adaptar ao meio e a necessidade de evolução da área, para sua sobrevivência.

4.1 EVOLUÇÃO CURRICULAR

Os professores começaram suas falas ressaltando a importância do primeiro curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional e de seu currículo, em seguida, explicitaram as diferenças que havia entre o ensino no Rio de Janeiro e em São Paulo.

- Existem dois momentos que representam o marco do desenvolvimento curricular. Você tem um momento em que o ensino de biblioteconomia passa a ser de interesse da Biblioteca Nacional, em formar uma equipe para desenvolver as atividades que ali eram realizadas. Este currículo tem muita associação com a prática que se desenvolve ali, claro que procurando um pouco da experiência institucional francesa [...] este currículo, digamos, é um currículo muito menos pensado, digamos em termo de um projeto acadêmico e muito mais na capacitação da equipe. Se eu considerar um escopo sobre a evolução eu poderia dizer que ele é uma proposta curricular que fica congelada a um processo de capacitação de uma equipe. Então, eu

teria que pensar na evolução do currículo, se eu olhar retrospectivamente de hoje para 1937, do curso que é inicializado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que aí sim, eu poderia dizer em uma evolução curricular [...]. (Professor A)

- Eu acho que a gente partiu de um currículo engessado, [...] primeiro o da Biblioteca Nacional e o de São Paulo que tinham dois eixos bem opostos, um centrado mais na técnica e outro centrado mais no humanismo. Depois a Biblioteconomia teve o currículo onde as técnicas predominaram, mas eu acho que teve um predomínio muito maior das técnicas. (Professor B)

- Fazendo uma linha histórica, uma linha de tempo, a gente tem tentado trabalhar de certa forma contextualmente, se você analisar a proposta do curso da Biblioteca Nacional que era ancorada na Escola de Chartes que tinha toda uma concepção humanista e que respondia naquele momento, também à própria política de cultura que o país seguia que era muito espelhada na Europa.

Depois de certo momento, depois da era Vargas, principalmente, depois que a política governamental se voltou mais para os EUA a gente teve a influência americana que se personificou no colégio Mackenzie com uma orientação mais técnica e que de certa forma, por muito tempo perdurou e que tem reflexo até hoje na formação do nosso ensino. (Professor C)

Bom, eu acho que a gente tem que pensar em alguns momentos, o Brasil tem um privilégio que poucos países têm que é que tanto na graduação como na pós-graduação [...] ter recebido diferentes influências. O Brasil, diferentemente de outros países da América Latina ele não ficou refém de uma única influência estrangeira. Então nós tivemos por um lado, o curso da Biblioteca Nacional respaldado na Escola de Chartes, o interessante é que era um curso que já naquela época, por conta da formação da escola de Chartes ele já revelava um diálogo entre arquivistas e bibliotecários. Depois o que aconteceu, em 1929, quando a Bibliotecária do Mackenzie foi aos EUA ela retoma com outra linha de formação, aqui nós chamamos de linha de formação norte-americana, mas que foi a linha da chamada Escola de Chicago. (Professor D)

- Ao se falar em evolução do currículo de Biblioteconomia nós temos que se lembrar do primeiro curso de Biblioteconomia que foi na Biblioteca Nacional. Esse curso ele foi criado inicialmente para atender as necessidades daquela biblioteca. Então foi voltado na sua totalidade às demandas de profissionais que a biblioteca estava tendo, de profissionais que pudessem trabalhar na Biblioteca Nacional, esse currículo [...] tava quase que a sua totalidade baseada na escola francesa École de Chartes, não é verdade? Isso durou por algum tempo, este curso funcionou depois deu problemas etc e tal.

Nos anos 1930, nós tivemos a criação do curso do Mackenzie lá em São Paulo. Este curso foi pioneiro, quer dizer, este curso específico mais abrangente, criado por Rubens Borba de Moraes baseado na experiência americana. (Professor G)

Em relação ao desenvolvimento da área, o professor G mostrou a importância do Instituto Nacional do Livro no fornecimento de bolsas, como incentivo para os alunos do curso de Biblioteconomia e a função da Biblioteca Nacional como pioneira na formação de bibliotecários que em seguida criariam escolas por todo país.

Depois da criação deste curso (São Paulo) começaram a aparecer escolas de biblioteconomia, especialmente, depois da segunda Guerra Mundial e início dos anos 1950. Criação do curso de Minas, criação do curso do Paraná.

Lembrando também que o antigo Instituto Nacional do Livro deu bolsas de estudos para que as pessoas pudessem fazer o curso de Biblioteconomia. O próprio Edson Nery da Fonseca foi um deles, que saiu do Recife para o curso no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e depois retornou ao Recife e criou um curso de Biblioteconomia.

A professora Etelvina Lima em Minas Gerais, também fez o curso e depois voltou a Minas Gerais e criou em Minas, depois ela foi a criadora do curso no Paraná. Então este curso da Biblioteca Nacional foi algo importante para disseminar a formação de quadros que depois ao voltarem aos seus Estados pudessem criar escolas e cursos similares. (Professor G)

Sobre o caráter técnico do currículo da escola de São Paulo é importante ressaltar que suas influências não se restringem apenas aos processos, como pode ser visto:

- O professor Rubens havia ido aos EUA, fez o curso de Biblioteconomia. Lá visitou inúmeras escolas e voltou com essas ideias, avançadas para época, e começou este curso em São Paulo. Então, na prática o primeiro curso abrangente, em termos curriculares, foi o de São Paulo. (Professor G)

- [...] quando se fala da linha americana, só se fala dos processos técnicos, mas na verdade a Escola de Chicago foi muito além disto, ela ajudou a construir o conselho de Biblioteconomia e tinha um compromisso muito grande com a biblioteca pública, a biblioteca escolar. Mas nesta época o que veio para o Brasil? Vêm todos os processos técnicos e vem o que a gente não pode esquecer o conceito de serviço material, primeiro olhar para o usuário. (Professor D)

- [...] a orientação mais técnica (do Mackenzie) [...] por muito tempo perdurou e [...] tem reflexo até hoje na formação do nosso ensino. (Professora B)

[...] eu poderia dizer (que o curso da Escola de Sociologia e Política de São Paulo) em uma evolução curricular, em termos de um projeto mais acadêmico, mais voltado para uma sistematização, programação, planejamento curricular, organização de conteúdo em um processo onde a escola presumia a necessidade de formar pessoas que iriam trabalhar em qualquer lugar, não em uma instituição específica, este curso estava aberto em São Paulo, mas estava aberto a qualquer pessoa do país. (Professor A)

Quanto à década de 1960, o professor G ressalta os seguintes fatos históricos:

Em 1961, foi criada uma comissão do Ministério da Educação para sugerir o Currículo Mínimo de Biblioteconomia, eles apresentaram um documento que em 1962 o MEC - Ministério da Educação e Cultura na época aprovou o Currículo Mínimo. Lembrando também, que em 1962 foi o ano da promulgação pelo Congresso Nacional da Lei 4804, em 1965 do Decreto que detalhou a implantação desta Lei e a criação dos conselhos de Biblioteconomias, da fiscalização profissional, etc. Também falava do curso de Biblioteconomia na lei 4.804 e no Decreto. (Professor G).

Em relação ao Currículo Mínimo de 1962, o Professor G mostra que antes do seu estabelecimento não havia consenso sobre o nível de formação do bibliotecário, se a profissão deveria ser de graduação como na Europa ou de pós-graduação como nos EUA.

Então na verdade, o currículo de Biblioteconomia ele tem 100 anos, desde a Biblioteca Nacional até o presente momento, só que este período da comissão de 1961 teve um problema “como é que nós vamos sugerir o currículo?” Eu sei que o Vicentini e o próprio Edson já escreveram sobre isso, se deveria seguir o modelo europeu ou o modelo norte-americano da Biblioteconomia ser um curso de pós-graduação, basicamente mestrado, ou fazer com que a Biblioteconomia fosse um curso de graduação. Houve várias discussões e felizmente ou infelizmente, a Biblioteconomia por meio de uma portaria do MEC em 1962 baixou, delimitou as disciplinas do Currículo Mínimo de graduação, então tendo escolhido a graduação isso refletindo na Lei e no Decreto de 1965. (Professor G).

O primeiro Currículo Mínimo foi estabelecido em 1962 e os cursos de Biblioteconomia deveriam adotá-lo como base curricular. Na época, algumas escolas, em seu plano de estudo, tinham apenas disciplinas do currículo mínimo e outras complementavam seu currículo pleno com outras disciplinas que julgavam relevante para a formação do bibliotecário.

- O currículo de 1962 ele obviamente é currículo mínimo e foi adotado pelas escolas. De 1962 para frente, as escolas se adequaram e tentaram criar e pegar esta modernidade do currículo de 1962, algumas escolas, na verdade, ficaram só no mínimo, outras escolas que tinham maiores recursos era o mínimo mais algumas disciplinas, isso está bem visto no livro da Laura Garcia Moreno Russo que é um livro histórico, importante, que menciona todas as disciplinas das escolas presentes naquele momento. (Professor G).

Os professores D e F se expressaram em relação ao currículo mínimo afirmando que:

- Nós temos em 1962, a regulamentação da profissão, depois o primeiro currículo que em grande medida reflete esta influência norte americana, mas também, ainda mantém em pé o humanístico. Nos anos 80, quando temos o segundo currículo, este segundo currículo, veio em um momento interessante é o momento que principalmente na França começava-se a ação cultural, centros culturais, etc. [...] Alguns acusam este currículo de tecnicista, eu não o vejo tecnicista, eu acho que é o contrário, ele trabalhou com a ideia de matérias instrumentais, de formação geral, trouxe a lógica a comunicação, eu acho que ele teve uma visão mais abrangente. (Professor D).

- Eu simplesmente acho hoje, com a experiência que tenho, é de que o currículo mínimo na realidade, estou falando em questões de princípios, o

currículo mínimo deveria ser o mínimo mínimo! Ele nunca deveria ser o que ele pretende ser e outra coisa ele não poderia jamais perder a perspectiva histórica [...] os currículos mínimos tem sido definidos não só em Biblioteconomia, mas em outras áreas muito em função da força do discurso de quem naquele determinado momento ocupa cargos importantes. Então você não tem, nem mesmo um consenso, você tem a predominância as vezes de uma visão unilateral de todo processo educacional da área da informação. Por exemplo, o caso que eu sinto que magoou muitas pessoas [...] foi a retirada do currículo mínimo da disciplina História do Livro e das Bibliotecas, numa profissão marcada por um estigma de aproximação excessiva do livro como objeto. Mas ao mesmo tempo um distanciamento é infinito do conteúdo deste objeto. (Professor F).

A professora C chama a atenção para o fato de o currículo ter avançado bastante, no entanto, para ela o currículo ainda não atende as demandas da sociedade.

Então, já se trabalhou nesta direção de tentar articular as tendências humanísticas e técnicas e vem se tentando isso até o momento. Então fazendo uma breve análise, eu acho que a gente tem avançado bastante na concepção de nosso currículo, a gente tem tentado responder as demandas da sociedade, agora tem que se levar em conta que o currículo formal e os entraves burocráticos que ele está sujeito, ele está sempre aquém da demanda da sociedade, o que a universidade tem que criar, no meu entendimento, são formas mais sensíveis de trabalhar estas atitudes que vão surgindo com a velocidade que a realidade impõe, eu acho que isso não está no currículo da nossa área, da universidade como um todo. Falta a capacidade de trabalhar uma forma mais ágil, de perceber as tendências que a sociedade está solicitando a universidade com uma instituição formadora, de que criar mecanismos mais ágeis para responder estas necessidades, isto é o que falta. (Professor C)

Para o professor A, a Biblioteconomia passou por um processo de enfraquecimento que começou com a criação do curso de mestrado pelo IBICT valorizando a informação científica e tecnológica em detrimento das bibliotecas públicas e escolares. Para o professor, a própria ABEED se submeteu a este processo na década de 1980.

Uma coisa muito interessante, nos ano 1970, foi a criação do curso de mestrado pelo IBBD, como uma sugestão para que fosse produzido o enfraquecimento do bibliotecário, isso ninguém fala muito correntemente [...]. Quando os militares tomaram o poder em 1964, o Brasil já estava recebendo missões norte americanas para orientar o desenvolvimento econômico e industrial do país, então estas missões vinham com certa frequência na área da educação, política agrícola. [...] para discutir a questão da tecnologia esta missão dizia em um relatório que para desenvolver a tecnologia era preciso desenvolver a informação científica e tecnológica, era preciso ter profissionais que conhecessem como fazer uma boa gestão da informação científica e tecnológica e que os bibliotecários não estavam preparados para isto, pois eles eram preparados para atuar em bibliotecas públicas, escolares eles eram preparados para outro ambiente. O pior que isso, é que embora preparados para outro ambiente

eles tinham a privatização do mercado profissional, era preciso que modificasse a Lei 4.084 e o decreto 56.725, ou seja eles dizem claramente que é preciso que mude a lei do bibliotecário para que a informação científica e tecnológica se desenvolva.

Então eles dizem, deste ponto de vista, que é preciso enfraquecer a classe bibliotecária ou desregular, entenda que a desregulamentação já está ali. Como as escolas de Biblioteconomia não formavam pessoal para ICT, então o que é que vai acontecer, tem que fortalecer onde isso pode acontecer, o CDC já vinha sendo feito desde de 1954, então a gente tinha que formar mestre em informação científica e tecnológica, então é criado o mestrado do IBICT que é do IBBD, mas com o pressuposto que tinha que eliminar a legislação do bibliotecário porque se não o bibliotecário ia tentar ocupar estes espaço e não estava preparado, isso criaria um obstáculo.

Então por conta disto, a partir do final dos anos 1970 vai haver um forte movimento pela modificação do currículo de Biblioteconomia que leva a 1982 haja a modificação do currículo, teve um reforma curricular em 1982, mas isso começa nos anos 70, e começa por quê? Começa quando as pessoas começam a perceber que só a informação daquele currículo anterior de Biblioteconomia não dava conta, o currículo de 1962 não dava conta, o currículo de 1962 agora era insuficiente, então a gente tem que colocar mais conteúdos, outros conteúdos, por exemplo, sobre indexação, automação, porque era o que se falava nos anos 70, por quê?

Porque tem esta necessidade do contexto econômico, social e mais a percepção que vem, por exemplo, de uma comissão de trabalho como esta que diz olhar a legislação do bibliotecário, se os bibliotecários ficarem firmes nisto não vai ter muita facilidade de se ter profissionais de que sejam direcionados a este setor, por conta disto o currículo da biblioteconomia quando sofre outra modificação que será nos anos 90, por conta das diretrizes curriculares etc, etc. As diretrizes modificam a idéia de currículo mínimo e passa a ser diretrizes orientadas por competências e habilidades para atender o mercado, estas habilidades e competências são muito mais direcionadas para bibliotecários que tenham formação de gestão.

Então quer dizer, como foi a evolução da Biblioteconomia [...] ela está orientada pelo desenvolvimento, pela modernização, pela inserção de competência para atender a informação científica e tecnológica o que vai enfraquecer, portanto, a Biblioteconomia pública e escolar e como uma engenharia muito interessante, em termos sociais, que isso foi sendo feito mesmo com a lei 4.084, que foi sendo feita dentro do espaço acadêmico.

Então se a gente olhar do ponto de vista, por exemplo, da organização do ensino de Biblioteconomia, a própria ABEBD se submete a isso nos anos 70, quando a direção da ABEBD, em determinado momento nos anos 70 pede ao IBICT, que permita que a ABEBD fique sediada provisoriamente no espaço do IBICT no RJ, então a sede da ABEBD fica sediada por determinado momento na sede do IBICT, por quê? Porque justificava esta pedido dizendo que a ABEBD tinha interesse em atender a informação científica e tecnológica, então isto perpassa toda esta discussão relacionada ao currículo. (Professor A).

No discurso da Professora C e do Professor D eles retratam o importante papel da ABEBD nas conquistas do ensino de Biblioteconomia no Brasil.

- [...] com a reforma, principalmente da década de 80, que se consolidou em 1982, com o esforço da ABEBD, um trabalho muito forte da ABEBD, foi preciso pensar e articular estas duas tendências a humanística e a técnica. Que se percebeu já naquela ocasião que o profissional não podia trabalhar desvinculado do contexto em que ele atua, do contexto social, político e econômico onde ele atua. (Professora C)

- E aí nós temos, já nos anos 2000, quando se fala de diretrizes curriculares e agora paralelo esta questão curricular nós não podemos nos esquecer do papel da ABEBD e da ABECIN, não podemos esquecer que a ABEBD foi criada em 1967, o currículo de 1982 existiu graças ao esforço da ABEBD, e então nas diretrizes curriculares a então ABECIN teve papel participante. (professor D)

O currículo das escolas de Biblioteconomia são guiados por diretrizes curriculares desde 2001, a professora B considera que essas diretrizes são melhores que os Currículos Mínimos anteriores, pois proporcionam maior autonomia para as escolas.

Tivemos depois um currículo mínimo que ficou engessado, parece que era um currículo obrigatório pelas escolas, até que chegamos nas diretrizes curriculares, em 2001, e aí cada escola pode elaborar seu próprio currículo dentro daqueles princípios, e a partir daí, me parece que há uma evolução positiva pois cada escola pode se adequar a sua vocação e pode evoluir da maneira que julga conveniente. Então eu acho que a gente está em uma fase muito melhor, em que esta liberdade que as diretrizes trouxeram são muito mais saudáveis na escolha de disciplinas e currículo. (Professora B).

4.2 DISCIPLINAS

Essa pergunta foi feita com a finalidade verificar se o currículo adotado pelas instituições de ensino precisaria ou não ser modificado.

Para a Professora C, não há necessidade de incluir nenhuma disciplina nos currículos de Biblioteconomia, entendendo que:

No meu entendimento não falta, não tem disciplinas que não tenham sido criadas, dentro desta concepção que se considera o núcleo puro da Biblioteconomia, que é a base da Biblioteconomia, e daí se deriva a questão do acesso, do uso e da disseminação são estas duas áreas da Biblioteconomia que faz com que surjam as derivações do trabalho com a informação. [...] eu acho que tem que se trabalhar, ou retrabalhar melhor, este núcleo que já é bastante consistente. (Professora C)

Outros professores acreditam que é essencial adotar disciplinas voltadas a cultura geral que proporcione ao egresso uma formação mais ampla, no entanto, não demonstram interesse em diminuir a quantidade de disciplinas técnicas.

- Disciplinas como filosofia da informação, sociologia da informação e do conhecimento, economia, não a economia voltada para a gestão, mas a economia política voltada para explicação dos efeitos dos investimentos,

efeito dos resultados que são objetos da aplicação de recursos, psicologia social, então eu acho que hoje nós temos algumas carências deste tipo no ensino. (Professor A)

- Me parece, que eu sinto, na minha instituição, a necessidade de ter mais duas disciplinas mais ligadas a cultura geral. Porque eu acho que os alunos chegam com um déficit muito grande de leitura e de cultura geral. Então, por exemplo, antes nós tínhamos uma disciplina chamada história da cultura que não temos mais, então me parece que uma disciplina deste tipo, uma disciplina ligada a leitura nós temos uma, mas ela é optativa. Eu dou aula nas últimas fases e sinto esta falta da parte dos alunos de leitura, crítica e conhecimento da realidade. (Professora B).

Enquanto a professora E sugere que haja maior interação entre a graduação e a pós-graduação, por meio de disciplinas optativas em que o aluno da graduação possa cursar disciplina da pós-graduação.

Devia ter, por exemplo, uma disciplina na graduação [...] uma disciplina optativa da pós-graduação que o graduando pudesse fazer e que servisse de crédito para ele na graduação [...] E aí, quando ele demonstrar interesse em fazer alguma pós-graduação, isso conte (como crédito) [...] a sugestão que fica é de haver a possibilidade do graduando fazer disciplinas da pós-graduação isso é, por exemplo, uma das formas de haver melhor interlocução também entre os coordenadores da pós e da graduação, como também entre os professores que trabalham na questão de organização, atualização curricular. (Professora E)

O professor D prefere utilizar o termo conteúdos ao termo disciplinas. Para o professor, é necessário haver mais diálogo com conteúdos relacionados à sociologia por causa da relação com o usuário e paleografia para lidar com documentos históricos manuscritos.

[...] não falaria em disciplinas, mas em conteúdos, porque a disciplina depende muito do perfil da instituição, da vocação da instituição, então o mesmo conteúdo pode estar em diferentes disciplinas. O quê, que eu sinto hoje em dia que é importante para a formação do profissional? Eu acho que o nosso profissional precisa ter um diálogo muito maior com a sociologia porque durante muitos anos se trabalha o chamado paradigma cognitivo, “vamos estudar o usuário a necessidade do usuário”, só que nós trabalhamos com comunidades, com coletivos de usuários [...]. Eu sentiria falta, por exemplo, de disciplinas lá do currículo da Biblioteca Nacional de 1911, mas que essas disciplinas hoje nos ajudam a dialogar principalmente com os arquivistas [...]. Tem gente que fala que paleografia é só para lidar com livro velho, não! Quando você lida com arquivos pessoais, documentos manuscritos atuais você precisa de paleografia do mesmo jeito. Até a documentação fortificada via computador tem uma dimensão paleográfica. [...] E eu reafirmo, por exemplo, para as questões de tratamento da informação que algumas áreas dialogam muito bem, e que umas escolas trabalham mais e outras menos, então linguística, lógica e terminologia que ajudam nessa formação, mas eu volto a dizer eu prefiro não me referir a disciplinas e falar em conteúdo.

Enquanto o Professor F faz uma crítica ao modo como são estabelecidas as disciplinas no curso de Biblioteconomia, pois para ele o mercado avançou e as disciplinas não acompanharam esse desenvolvimento.

[...] “O que os empregadores esperam do bibliotecário?” Eles esperam na realidade, pelo o que eu sinto hoje, estando do lado de cá do muro, que eles esperam muito mais do que aquilo que os bibliotecários têm para oferecer, por isso que eu ouço com frequência, eu estou fora da área, pessoas de outras áreas reclamando “Poxa, procurei um bibliotecário porque isso, é da área dele e isso ele devia fazer e ele não sabia fazer nada”. (Professor F)

Sobre o conteúdo das disciplinas, o professor G divide as disciplinas em um grupo técnico e outro humanístico, observe:

No currículo mínimo nós temos que ver, geralmente o pessoal que estuda currículo e tem n trabalhos, não só no Brasil como no exterior têm disciplinas culturais e disciplinas técnicas.

Disciplinas técnicas basicamente catalogação, quer dizer como organizar a informação.

Na época nós chegamos a estudar inclusive o código da vaticana, depois AACR1, AACR2 e logo agora não vai ter a AACR3, vai ser o RDA, então o RDA vai ser dentro do currículo mínimo.

A Classificação que no Brasil, o aluno na prática tem que aprender é no mínimo dois sistemas a CDU e a CDD. No exterior, praticamente só se aprende a CDD e a Library of Congress (LC) em outros países só CDU, é o caso da Inglaterra e da Alemanha em que a CDU é uma norma nacional, então praticamente ficou restrito a CDU.

Nós temos também outras disciplinas técnicas, por exemplo, a parte de bibliografia “Aonde estão as fontes de informação?” “Quais são os tipos de fontes de informação?”

[...]

Nós temos também outro bloco, que são de disciplinas culturais, eu lembro que o professor Rubens Borba de Moraes falava que o bibliotecário precisa ser um técnico, mas que ele tem que ter cultura, aí é um leque: História, Geografia, Política, Filosofia e n coisas que vão fazer um agregado de conhecimentos culturais para que o bibliotecário possa trabalhar em qualquer tipo de biblioteca.

Ah, essa parte cultural vai depender também do interesse cultural, tem pessoas que gostam mais de ciências sociais, outras gostam mais de exatas, outras de biológicas assim por diante. (Professor G)

Para o professor G o aluno não vai obter cultura geral apenas na faculdade, mas sim ao longo de sua vida, ele também considera importante que as escolas ofereçam disciplinas voltadas a gestão de unidades de informação e gestão de pessoas permitindo que o aluno torne-se um gestor capacitado.

Então, tem que ter um bloco de cultura e é claro que esta disciplina, você não vai aprender cultura em dois semestres, isso é um cabedal que você vai aprender ao longo da vida. Tem a parte técnica e eu acrescentaria nessa parte técnica também as disciplinas gerenciais porque muitos bibliotecários vão ser chefes e diretores de bibliotecas e aí precisa saber como gerenciar

pessoas, recursos financeiros. Uma Introdução a Administração, Organização e Métodos para saber como organizar as bibliotecas, como instituição, Análise de Sistemas que se aplicaria também para preparar a automação da biblioteca e assim por diante. (Professor G).

4.3 TECNOLOGIA NO ENSINO

Esse tema foi incluído no roteiro de entrevista, com o fim de perceber como os entrevistados veem a temática da tecnologia no ensino, de acordo com sua trajetória como professor de Biblioteconomia.

Desta forma, uma parte da história do uso de tecnologias no currículo de Biblioteconomia é relatada pelo Professor F.

O uso do computador, da informática, deste tipo de coisa, a própria palavra informática não existia ainda [...] havia uma preocupação muito grande, desde o final dos anos 1970, em incorporar no ensino o que então se chamava técnicas de automação e mecanização de bibliotecas no currículo. Desde cedo isso apareceu e nós (professores) não sabíamos como fazer e me lembro, que chegamos até a contratar técnicos de pessoal de processamento de dados para dar aula e era um desastre total.

[...]

Foi na época em que se introduz uma disciplina chamada MEC de *Mecout* chamada de Mecanização e automatização de bibliotecas. [...] Então a gente via a tecnologia como algo que tinha chegado para ficar, era um bilhão, um trilhão de vezes mais complicadas do que é hoje, a aversão a tecnologia. “Você já deve ter ouvido a expressão tecnologia amigável” ela não tinha nada de amigável era uma coisa realmente terrível. A grande mudança surge só nos anos 1980, com o advento dos sistemas com interfaces gráficas como o Windows. [...] os fabricantes de máquinas e programas descobrem que o trabalho com a informação bibliográfica era algo que podia dar dinheiro, se não desse dinheiro, pelo menos podia dar prestígio, isso mostra o que nós temos hoje [...]. (Professor F).

Quanto ao uso de tecnologia nos processos de Disseminação Seletiva da Informação, o Professor G expõe que

[...] na verdade não é só a automação da biblioteca que é TI, por exemplo, o uso deste celular para a disseminação da informação isso não é automação de biblioteca, mas é DSI. Porque não mandar uma mensagem da biblioteca, da referencia dizendo “Acabou de chegar a edição mais nova do livro X”. Porque não? Já tem gente fazendo isso. Nós temos o aluno David que está na Espanha, neste momento, estudando o uso do celular para a difusão da biblioteca. Então a TI é mais ampla que a automação de bibliotecas. (Professor G).

Em relação à proposta de padronização do MERCOSUL, a Professora B percebeu que no início, a tecnologia era um eixo de estudo, mas que após análise

profunda do tema não a reconheceram mais como eixo de estudo e sim como instrumentos ligados a conteúdos das práticas bibliotecárias.

A tecnologia era um eixo da proposta do MERCOSUL, e depois de discussões, nos demos conta que na verdade, a tecnologia está dentro, ela faz parte de conteúdos e não é um conteúdo por ela só. Então me parece, que existe um problema de foco da tecnologia, parece que a tecnologia tem que ser ministrada, ligada a conteúdos específicos e não tecnologia pela tecnologia. (Professora B).

A Professora C aborda a questão da tecnologia como instrumento utilizado em sala de aula, para ela não basta que haja o instrumento é necessário capacitar o professor para usá-lo.

A tecnologia, eu acho que ela é transversal, ela não pode ser centrada numa ou duas disciplinas, a tecnologia faz parte do nosso dia a dia, hoje. Então aí sim, eu acho que falta uma preocupação das escolas neste sentido, de fazer com que este conhecimento seja realmente transversal que ele perpassa por todas as disciplinas. Aí, tem que dar condições para o professor adquirir a competência para trabalhar desta forma, tem que dar condições não só em termos de equipamento, como também de competência digital, preparar o professor para lidar, trabalhar com as novas tecnologias da informação. (Professora C)

Para os professores D e E, a tecnologia é um instrumento que facilita o dia a dia do bibliotecário, mas é preciso que ela seja vista como ferramenta e não como objeto.

A tecnologia, além dela ter uma apelo bastante forte na mídia etc. Ela agiliza infinitamente nossos processos, a única coisa que me preocupa é que a tecnologia seja vista com o importantíssimo papel que ela tem, em nossa área, de ferramenta [...] ela é nossa ferramenta, o nosso objeto é uma informação contextualizada em um processo comunicativo que o centro é o usuário. (Professor D).

A tecnologia é uma ferramenta é um meio. (Professor E)

Alguns professores ressaltaram a importância de esclarecer que o bibliotecário não é um cientista da computação e sim um profissional da informação que não precisa programar ou fazer softwares, no entanto, consideram importante conhecer os aplicativos e estar sempre atualizados com os instrumentos tecnológicos.

- O Bibliotecário precisa entender o uso das tecnologias da informação, não precisa saber programar, porque aí já é outro profissional, mas ele precisa saber da existência desta tecnologia, dos aplicativos e saber para o que

serve. Para fazer uso destas TI dentro dos produtos e serviços de uma biblioteca. (Professor G)

- Agora, como você vai estudar esta tecnologia, é que é a grande briga. Eu acho que o profissional de Biblioteconomia, deveria estudar esta tecnologia, deverá continuar estudando, como o usuário de um aplicador, não como um inventor, um descobridor, um desenvolvedor. Eventualmente, ele pode desenvolver um programa, um aplicativo etc. Mas na hora em que ele fizer isto, ele vai já sair da área, porque na nossa área, existe algo que a gente não pode eliminar nunca, ao passo que nessa área de edição de metadados até as vezes ele pode eliminar, que é o usuário. (Professor F).

[...] porque se nós colocarmos a tecnologia como objeto aí, nós viraríamos cientistas da computação. (Professor D).

4.4 AUTOMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS

Esta pergunta está contextualizada dentro do tema da tecnologia, no entanto, ela é relevante do ponto de vista histórico, pois a automação das bibliotecas diminui o tempo nos processos de tratamento, organização e disseminação da informação e facilita o dia a dia das atividades de uma biblioteca. Por isso, é abordada separadamente. Este assunto entrou no roteiro de entrevista após o processo de qualificação, desta forma apenas os professores F e G a responderam.

O professor G relata que a UnB foi a primeira escola a implantar o aspecto de automação de bibliotecas.

[...] neste ponto a nossa escola de biblioteconomia (UnB) foi a primeira a implantar o aspecto de automação de bibliotecas, o uso de computador nas bibliotecas, e quem fez isso foi a professora Cordélia que foi a pioneira, isso depois se estendeu as outras escolas, em 1968, lá se vão muitos anos. [...] A automação ela é um pedaço da TI. (Professor G)

Para o professor F é necessário que o Bibliotecário seja mais ativo na etapa de automação de bibliotecas.

Eu acho, que ela só tem a ganhar, a Biblioteconomia (com a automação de bibliotecas) e o momento em que ela passa a se inserir na corrente dominante do campo da produção e difusão do conhecimento, [...] o bibliotecário não pode abrir mão disso e no Brasil, nós temos desistido disso. (Professor F)

4.5 ESTUDOS DE USUÁRIOS

Este tema foi abordado com o intuito de observar, na opinião dos professores, como a temática de estudo de usuário é empregada no ensino de Biblioteconomia. Essa pergunta entrou no roteiro de entrevista após o processo de qualificação, desta forma apenas os professores F e G a responderam de forma direta, os demais as responderam de forma indireta quando questionados sobre outros temas.

Para o professor D o usuário é o centro da formação bibliotecária.

[...] o centro de tudo, de uma formação bibliotecária, está em uma única palavra que se chama usuário. Eu entendo usuário, como alguém que integra uma comunidade, eu não vejo o usuário nessa visão unicamente individual, né? Ele está dentro de um contexto, um contexto que tem valores, um contexto que tem contingências. Então, eu acho que esta coisa é muito, muito importante. (Professor D)

Segundo o professor F durante sua gestão no IBICT, na década de 1980, ele observou que os Estudos de Usuários feitos nas dissertações de mestrado e em teses de doutorado não contribuíram para o entendimento do tema.

Eu tive uma época que estava dirigindo o IBICT, passei 4 ou 5 anos lá, e lá havia, eles recebiam as teses de doutorado e as dissertações de mestrado. Numa época, eu peguei aquilo para examinar, [...] nada que se pudesse aproveitar que a gente pudesse dizer “isso fez a Biblioteconomia brasileira crescer”. (Professor F).

Em relação aos aspectos históricos da disciplina Estudos de Usuários, o Professor G relata que:

Estudos de usuários é uma disciplina também importante, mas a nossa escola (UnB) não foi a primeira, começou na UFMG, na antiga escola de Biblioteconomia na pós-graduação, no mestrado, em 1976, há 36 anos atrás. Ela começou como disciplina da pós-graduação foi dada pelo professor Victor Rosenberg e uma professora brasileira, depois essa disciplina foi incorporada a graduação também. Nos aqui (UnB) fomos também uma das primeiras a introduzi-la, se eu não me engano, no início dos anos 80. Eu fui um dos primeiros a lecionar esta disciplina sobre usuários. “Por quê?” “Porque nós não podemos estudar só as fontes de informação e a parte bibliográfica”. “Essas fontes para quem?” “Quem é essa pessoa?” Na verdade, não existe só um “quem” são vários. O usuário é muito amplo desde uma criança que não sabe ler até pessoas adultas da terceira, quarta idade. (Professor G).

Para o Professor G, a disciplina deve ser mais voltada para a prática na graduação e mais direcionada a teoria na pós-graduação. Enquanto o professor F discorda do caráter teórico da disciplina ministrada na pós-graduação.

- Então na graduação, ela não deve ser muito teórica, a parte teórica deve ficar para a pós-graduação. A meu ver, na graduação é para entender a

diversidade de usuários potenciais e reais de uma biblioteca e estudar também o não usuário, quem não frequenta as nossas bibliotecas não recebe nossos produtos e serviços. “Por quê?” “E como reverter esse quadro?” Quer dizer, do não usuário para o usuário, mas só isso já dá para preencher um semestre efetivo.

A parte teórica deveria ficar mais restrita à pós-graduação. “Por quê?” Porque vai ter que exigir conhecimentos de línguas, principalmente o inglês, para ir nas fontes das pesquisas. O ponto central de estudos de usuários, não é o usuário em si, no meu entender, o ponto central do usuário é a necessidade de informação. Todo usuário real ou potencial tem uma necessidade de informação, seja uma criança analfabeta, mas ela quer poder ir em uma biblioteca pública, em uma biblioteca infanto-juvenil ter a hora do conto, como pode ser um pós doutor que precisa de uma informação técnica, muito especializada que está em uma base de dados, então o espectro é realmente grande. (Professor G).

- Hoje a minha crítica, em relação à pós-graduação no Brasil é o fato deles terem se tornados essencialmente teóricos e mais, não como criadores de teorias, mas como repetidores [...] que é dito por autores realmente originais de teorias, então isso não é só de Biblioteconomia, e sempre digo que as vezes os lados práticos, são práticos, mas eu sempre me pergunto “o que foi que inventamos para as Bibliotecas?” (Professor F).

4.6 FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Esta questão objetivava saber, na opinião dos entrevistados, se a formação do bibliotecário deveria ser generalista ou especializada. Em relação a este tema, o Professor A, considera que a formação deve ser tanto humanística quanto tecnológica.

[...] o bibliotecário que vai atender a biblioteca pública e escolar e o bibliotecário que vai atender os outros segmentos, mas precisam saber onde está pisando, mesmo aqueles que vão atuar em áreas onde a tecnologia da informação e da comunicação é mais central no processo é uma coisa onde se trabalha mais tempo do que em uma biblioteca escolar que se trabalha na assistência na formação no auxílio [...] ambos têm que ter domínio do conhecimento humanístico.

Quer dizer, um bibliotecário que trabalha em uma empresa e não consegue fazer uma avaliação sobre a ética da empresa, para dali verificar como ele está se colocando eticamente, não me parece adequado, para saber fazer isto tem que ter lido filosofia, sociologia, política, percebe? Então, eu acho que a formação do bibliotecário deve ser muito forte humanisticamente e muito forte tecnologicamente. (Professor A)

A vocação do curso é que deve direcionar a formação do bibliotecário, na opinião da Professor B.

Eu acho que isso vai depender da vocação de cada curso, eu acho que o curso pode ter uma vocação mais humanística ou uma vocação mais tecnológica. Eu acho que sem dúvida nenhuma, temos que ter tecnologia nos cursos, um âmbito de tecnologia não pode deixar de ser, de preferência, ligados a conteúdo específicos. E a área humanística também é

importante, eu acho que não dá para dizer que a formação do bibliotecário deve ser assim ou assado, tem que ser dentro do eixo e da vocação do curso. (Professora B)

Já o Professor F considera que aluno deveria ter a liberdade de escolher que formação quer ter.

Nós estamos numa situação, hoje, teoricamente, pelo menos, no sistema universitário de ensino onde seria possível você previamente não decidir nada. É você ter uma porta de acesso a universidade e aí, você ter esse mínimo, que eu falei, e cada estudante, cada aluno de acordo com seu pendor, sua habilidade, sua aptidão com a orientação devida de um tutor ele poderia tomar um caminho. (Professor F)

Enquanto para a maior parte dos professores deve haver um equilíbrio entre a formação humanística e a técnica.

- Eu acho que ela deve ter um equilíbrio, nem demais humanística, nem demais técnica ou tecnológica, nos dias de hoje se pede um equilíbrio, mas tem que ter um direcionamento. "Porque o que o mundo de hoje pede, solicita do profissional de maneira geral?" Ele tem que ter conhecimento específico de sua área, mas não pode ignorar o contexto em que ele se situa. É isso que a universidade tem que dar ao futuro profissional, então eu acho que tem que haver um equilíbrio, entre a formação humanística, que ele tem que ter uma consciência social uma consciência política e aí, está a questão da formação do cidadão, da questão da universidade formar cidadãos e não só profissionais, e têm que ser aliados a isso o conhecimento profissional para ele ser um cidadão completo, ao mesmo tempo ser um cidadão e um profissional, também atuar nestes dois níveis. (Professora C)

- Eu acho que nós temos que ter um olhar na dimensão social da área, nós temos que ter um olhar de que contexto vem nosso usuário, que impactos sociais aquele meu trabalho tem, qual a minha responsabilidade social a questão ética etc. E existe obviamente, mas agora eu também não posso desconsiderar que esse usuário e essa informação podem vir de um contexto extremamente especializado. Aqui no Brasil, nós temos uma coisa, que ser bibliotecário no Brasil é dar conta de um universo muito mais amplo. Enquanto nos Estados Unidos, eu tenho a Library and Science voltada para as bibliotecas públicas e escolares e a Information Science voltada para as bibliotecas especializadas e universitárias, aqui o profissional tem que dar conta de tudo. Então eu diria que tem que haver um equilíbrio, eu acho que o aprofundamento tem que estar nas duas. [sic] (Professor D)

- Eu acho que uma coisa não elimina a outra, tá. Eu acho que ela deve continuar humanística voltada para o social isto é o principal dela e dentro desta perspectiva maior, as especializações devem continuar, você tem várias formas de utilizar estas especializações e aprofundamento em relação as tecnologias. (Professora E).

- A pergunta de formação humanística e técnica, ele tem que ter o dois, ele não pode ser só técnico, mas zero na área humanística. Também não pode ser só humanístico e não saber nada da parte técnica. Então o conciliar isso é difícil, aí, nós vamos na teoria da administração. Lembra daquela pirâmide organizacional? Nível operacional, tático e estratégico. À medida que você

desce nessa pirâmide, você precisa ter mais técnica, por exemplo, quem trabalha na catalogação, classificação etc. precisa entender muito daquela parte de metadados, catalogação, classificação etc. Na medida em que você sobe na pirâmide o diretor, assessor etc. você tem que saber a técnica mais outras coisas ligadas à organização e à parte da cultura. Então os dois precisam coexistir, mas o nível de coexistência vai depender da posição hierárquica dentro da estrutura administrativa. (Professor G)

O Professor G relata a problemática histórica que a Biblioteconomia enfrentou por causa da falta de equilíbrio entre a técnica e o conhecimento geral.

O professor Rubens falava isso nos anos 1960 e 1970 que existe um momento na Biblioteconomia que se tem o que se chamava de bibliotecário operário. “Porque chamava assim?” É aquele bibliotecário que no arquivo vai organizar as bibliotecas praticamente do zero, no contexto de uma região qualquer, você não tem bibliotecário, você precisa primeiro organizar. Depois tem que vir o bibliotecário mais sofisticado que entende todas as técnicas, mas que tenha cultura, que tenha contatos que possa dirigir uma grande biblioteca Estadual um sistema de bibliotecas, etc. (Professor G)

4.7 TENDÊNCIAS

Os docentes, baseados em sua trajetória na Biblioteconomia, apontaram tendências, que na opinião deles poderá mudar o futuro cenário da área.

De acordo com o tema, o professor A considera que agir politicamente seja essencial para o bibliotecário cumprir seu papel social, no entanto, observa isso mais como um problema da área do que como uma tendência.

O que me parece é que a tendência não se dará exatamente só por ter que conhecer os acervos, não se dará só por ter que conhecer a clientela, mas da capacidade do domínio e da habilidade de fazer a junção destas duas coisas, então a competência mais ampla, a tendência mais ampla é fortalecer primeiro esta formação humanística, [...] Agora, muito mais do que isto [...] eu não vejo como uma tendência, mas como um problema [...] saber humanisticamente e saber tecnologicamente tem que ser trabalhado de um modo que isso se transforme em um agir politicamente. [...] Como eu não estou vendo esta tendência eu acho que eu vou continuar vendo dificuldade que poderá mudar a Biblioteconomia em sentido ruim [...] Então quer dizer, “quem é que vai fazer isto?” “São os que estão em outras profissões?” “Os que estão em outros ambientes?” Até são se você pensa em um movimento de bibliotecas comunitárias que irá se expandir, mas estas pessoas em parte, fazem isso negando a iniciativa do bibliotecário, não só porque nega, mas negando dizendo “nós estamos fazendo isto porque quem é da área não está fazendo”. (professor A)

Alguns professores apontaram a questão da tecnologia como fator que influenciará o futuro, mas não como ponto principal.

- Bom, os cursos de Biblioteconomia vão ser cada vez mais influenciados de alguma forma pela evolução das tecnologias que é uma evolução que a gente não pode negar. (Professor B)

- Acho que esta questão da tecnologia não pode ser ignorada, para um profissional saber trabalhar com as novas tecnologias, mas eu acho que todo campo profissional que souber preparar o egresso, souber formar um cidadão, um profissional competente ele vai te dar condições de responder às demandas sociais que irão surgir. (Professora C)

A Professora B aponta a questão da integração dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia e o professor D ressalta a importância da interação com equipes multiprofissionais.

- Me parece, também que a tendência, que já se mostra na Europa é a integração de cursos semelhantes, por exemplo, na União Europeia já existe uma tendência de integração de cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, então me parece que esta pode ser uma tendência, não sei o que vai acontecer, mas enfim, me parece que pode ser uma tendência. (Professor B)

- [...] é uma profissão que precisa estabelecer diálogos, porque hoje em dia, a gente acaba trabalhando em equipes multiprofissionais interdisciplinares. (Professor D)

Outro fator importante a ser considerado apontado pela Professora C e pelo Professor D é a necessidade de formar profissionais críticos e reflexivos para atuarem nos mais diversos ambientes.

- Então para mim, um profissional completo é aquele que tem condição de analisar tudo isso, e aí, por isso que eu aponto muito em meus trabalhos a articulação do ensino com a pesquisa, porque no meu entendimento é a pesquisa que vai trazer esta condição de recepção do futuro profissional, não só transmissão do conhecimento, mas principalmente, a gente tem que formar profissionais críticos e reflexivos. É com trabalho de pesquisa articulado ao ensino é que você vai conseguir isso. Então eu não teria tendências para te dizer, mas eu teria indicação de caminhos. (Professora C)

- [...] a Biblioteconomia tem que assumir uma base teórica metodológica que lhe é inerente. Ela não pode ser [...] trabalhada como uma mera preparação de profissionais para um fazer, eu acho que tem uma dimensão reflexiva,

teórica e metodológica e aí, eu acho que a Ciência da Informação contribui muito. (Professor D).

Em relação ao livro impresso e a questão do papel, os professores consideram que

- [...] o registro em papel não vai acabar, continuo achando que ele vai existir e que a questão da digitalização, do desenvolvimento tecnológico, de você gravar e ter a possibilidade de armazenar este material que está gravado. Enfim, eu acho que vai continuar evoluindo, mas o papel não vai acabar não. [...] Deve aumentar a conscientização do uso do papel, mas [...] não vai acabar. [sic] (Professora E)

- Em certas áreas o livro eletrônico será o suporte dominante, por exemplo, os livros didáticos [...] Sai mais em conta ele (o governo) distribuir tablets e pagar para as editoras todas colocarem esse conteúdo lá e aí, passa por cima das editoras e daqui a pouco os próprios autores que poderão escrever o seu livro no computador e colocar aí. Esta revolução existe. O livro didático, o livro técnico científico, livros para o curso superior, a tendência é a digitalização crescente. [...] o bibliotecário deve encontrar um meio de participar deste processo, ele faz falta neste processo a fim de que estes livros eletrônicos sejam criados de uma forma mais amigável mais, realmente mais multidirecional. E outra coisa importante, haverá uma valorização, por causa disto, o que pode parecer paradoxal, haverá uma valorização cada vez maior do livro em papel, principalmente dessas coleções antigas que aí, o pessoal vai redescobrir e vai ver que é um patrimônio. (Professor F)

Em relação às bibliotecas públicas e escolares

[...] eu diria que a tendência, no caso brasileiro é o fortalecimento das bibliotecas públicas e escolares. [...] Numa escala planetária o que a gente vê é a crescente formação de redes cada vez maiores tanto locais como nacionais. (Professor G)

O mais importante, na concepção do professor G está baseado na adaptação e na evolução das bibliotecas.

A biblioteca está se adequando se ajustando às mudanças que o mundo está tendo, nós não tínhamos computador na biblioteca há 50 anos atrás, mas já temos. Nós não tínhamos a possibilidade de alguns anos atrás de mandarmos uma mensagem para um celular avisando da chegada de um produto, ou uma bibliografia, ou um vídeo, qualquer coisa ligada ao perfil do usuário. Então nós estamos nos adequando. A palavra chave, dizem que os dinossauros morreram por que não se ajustaram ao contexto foram extintos, então existem duas palavras-chave que são adaptação e evolução. Aqueles que não se adaptam ao contexto e não evoluem tendem a morrer. Então o que a gente nota, apesar das dificuldades é que as bibliotecas estão se adaptando e estão evoluindo. Então talvez nós não estejamos nos adaptando e evoluindo na velocidade que nós gostaríamos, mas que nós estamos fazendo, estamos, aqueles que não fizerem vão ficar igual aos dinossauros, eles não sobreviverão, talvez algumas bibliotecas não

sobrevivam, mas em sua maioria, certamente terão um futuro brilhante.
(Professor G)

Em relação às tendências apontadas pelos professores, percebe-se que em sua maior parte, cada professor apresentou um caminho diferente do outro, no entanto, todos apontam a adaptação e a evolução da área. O aspecto tecnológico foi reconhecido como fator que influenciará nos processos de uma biblioteca, embora considerem que o livro impresso não perderá seu valor, em especial as coleções raras.

Outra questão apontada pelos professores é a necessidade de interação com outras áreas, em especial com a Arquivologia. Também, foi mencionada a necessidade do bibliotecário agir politicamente e o fortalecimento das bibliotecas públicas e escolares.

Por meio dessas questões, os professores apresentaram os fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no Brasil e suas visões sobre as disciplinas e as prováveis tendências para a área.

5 CONCLUSÃO

Durante 100 anos (1911-2011) muitos cursos de Biblioteconomia foram criados e outros extintos. Em 2012, havia no Brasil, 39 cursos em atividade distribuídos em todas as regiões geográficas. No entanto, ainda não existem cursos nos estados de Sergipe, de Tocantins, do Amapá, de Roraima, de Rondônia e do Acre.

Observou-se que o período em que houve maior crescimento do número de escolas de Biblioteconomia foi nas décadas de 1960 e 1970 – 21 escolas foram criadas, enquanto nas décadas de 1980 e 1990 o crescimento foi baixo - apenas três escolas foram criadas. No entanto, observa-se que na década de 2000 ocorreu um crescimento no número de escolas de Biblioteconomia – 10 escolas foram criadas.

A pesquisa analisou os fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia, resgatando a história da área por meio de livros, artigos, documentos e entrevistas.

Após a realização desta pesquisa, verificou-se que há fatos que modificaram o ensino de Biblioteconomia de forma substancial. No período entre 1911 e a década de 1940, observa-se como marco histórico a criação do primeiro curso, na Biblioteca Nacional, que possibilitou a inserção do ensino da disciplina no Brasil e também, a criação do curso de São Paulo que trouxe uma nova concepção da biblioteconomia, mais voltada às técnicas e com o “primeiro olhar sobre o usuário”¹⁷. Naquele período, havia divergências entre as maneiras de ensinar biblioteconomia ora mais humanística ora mais técnica.

No entanto, em 1962, o estabelecimento do primeiro Currículo Mínimo possibilitou a padronização do ensino em todo país. Com o passar dos anos, o currículo deixou de atender as demandas das escolas e precisou ser reformulado, em 1982 nasceu o segundo Currículo Mínimo fruto das lutas dos professores e da ABEBD.

¹⁷ De acordo com o professor D.

Em 2001, ocorreu outro marco histórico para a área no país: o advento das diretrizes curriculares para o curso de Biblioteconomia. Que trouxe mais flexibilidade na formação dos currículos e possibilitou que as escolas adequassem seus cursos as demandas da sociedade.

A análise dos currículos dos cursos de Biblioteconomia da PUC, da UFPB, da UFMA, da UEL e da UNB permitiu verificar que essas escolas têm uma base em comum, mas adotam em seus currículos disciplinas diferentes. Esse fato aparenta ser consequência das diretrizes curriculares que oferecem mais flexibilidade e autonomia para as instituições de ensino adequarem seus currículos aos plenos as necessidades de cada região.

Em relação a tecnologia, observou-se que ela está presente no ensino de Biblioteconomia há várias décadas. Elas modificaram-se, no entanto o núcleo da Biblioteconomia permaneceu. Desta forma, é importante que os alunos de Biblioteconomia estejam, a cada dia, mais envolvidos e adaptados as tecnologias, mas é necessário compreenderem que ela é apenas uma aplicativo que facilita e otimiza o trabalho do bibliotecário e que o mais importante é o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia e da documentação

Neste processo, algumas instituições participaram do desenvolvimento da área. A pesquisa mostra as contribuições do IBICT, FEBAB, ABEED e ABECIN como organismos que colaboraram de forma direta ou indireta para o desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no Brasil.

A pesquisa verificou que a ABEED, formada por docentes, atuou de forma direta na obtenção do segundo currículo mínimo de Biblioteconomia devido a necessidade de atualizar o currículo mínimo de 1962. Já em 2001, a ABEED foi extinta e no mesmo ano instituíram a ABECIN que buscou o estabelecimento das diretrizes curriculares para a área de Biblioteconomia.

Percebeu-se, também, o importante papel da FEBAB na conquista da regulamentação da profissão em 1962 e a relevância dos anais dos trabalhos apresentados no CBBB, desde a década de 1950, para a formação e atuação do bibliotecário.

Nesta etapa, igualmente, observou-se a relevância do IBBD, atual IBICT, para as questões do ensino da área. Que a década de 1950, quando trouxe Zeferino Ferreira Paulo e Hebert Coblans para ministrarem cursos de documentação no o Brasil e quando implantou o curso de pós-graduação *lato sensu* contribuiu de forma direta para a formação de professores de Biblioteconomia.

A influência do IBICT permaneceu, na década de 1970, lançou o periódico “Ciência da Informação” e instituiu o curso de mestrado em Ciência da Informação estas iniciativas favorecem o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Já em 2012, o IBICT por meio de sua atuação continua contribuindo para a evolução da Biblioteconomia e da Ciência da informação ao oferecer mecanismo de fomento para a qualidade da disseminação da informação.

Com as entrevistas, a pesquisa buscou analisar a trajetória do ensino de Biblioteconomia por meio de sete variáveis: evolução curricular, disciplinas, tecnologia, automação de bibliotecas, estudos de usuários, formação do bibliotecário e tendências para a área.

Percebeu-se que em relação a evolução curricular, que os professores reconhecem o mérito da Biblioteca Nacional, como o primeiro curso do país e a sua importância na formação de Bibliotecários. Para os docentes, o curso de São Paulo permitiu uma evolução curricular não apenas por seu caráter técnico que a diferenciava da escola do Rio de Janeiro, mas em especial por ser um curso com o currículo abrangente e com ideias avançadas para a época (Professor H). O curso formava bibliotecários para atuar em qualquer lugar, e segundo a Professora C, o caráter técnico do currículo perdurou por muitos anos e até hoje tem reflexo na formação do profissional.

De acordo com o professor D, é importante mostrar que a influência americana não se restringia aos processos técnicos, mas que ela ajudou a construir os conselhos de Biblioteconomia e tinha um grande compromisso com as bibliotecas públicas e escolares.

Quanto aos currículos mínimos, os professores entrevistados relataram como foi a implantação dos currículos nas escolas, suas principais características e a autonomia que as escolas passaram a ter com o advento das diretrizes curriculares. Para a Professora B, a Biblioteconomia está “[...] em uma fase muito melhor, em relação à liberdade que as diretrizes trouxeram e que tornaram mais saudáveis a escolha de disciplinas e currículo.”

Sobre os currículos, foi possível observar, por meio da revisão de literatura, que antes do primeiro currículo mínimo havia grandes diferenças entre as disciplinas ministradas por cada escola, sendo que após a padronização das disciplinas por meio do currículo de 1962, os cursos precisaram se adaptar as mudanças e passaram a ter uma base em comum. Na década de 1980, novamente, as escolas passaram por uma fase de adaptação com a implantação do segundo currículo mínimo. No entanto, a padronização por meio de uma quantidade mínima de disciplinas, em nenhum momento agradou a todos.

Em 2001, com o advento das diretrizes curriculares os cursos não precisavam mais seguir o mínimo estabelecidos pelos currículos anteriores, passando a ter mais autonomia acadêmica para decidir quais disciplinas adotar, baseadas na vocação do curso.

Em relação à opinião dos docentes, quando foram questionados sobre a necessidade de incluir alguma disciplina no currículo, apenas a Professora C julgou desnecessário, pois para ela o núcleo da biblioteconomia é bastante consistente. Os demais professores indicaram a necessidade de haver mais disciplinas relacionadas à cultura geral: Ética, Sociologia, Psicologia, Filosofia e História da cultura. Os Professores D e E diferem-se dos demais, por apontar, respectivamente, a necessidade da disciplina Paleografia e a interlocução da pós-graduação com a graduação.

Quando o tema abordado foi a quantidade de disciplinas culturais no currículo de Biblioteconomia, não houve um consenso entre entrevistados e nem entre a literatura, sobre a trajetória do curso em relação a disciplinas culturais. Por exemplo, na década de 1960, Russo (1966) e Macedo (1963) criticaram o “excesso” de disciplinas culturais, enquanto, para Lemos (1971) a inclusão de disciplinas

culturais era vista como algo positivo que poderia proporcionar ao aluno um equilíbrio com a técnica, mas que fracassou por não formar uma base humanística.

Sobre a questão da tecnologia no ensino, os professores a consideraram como um instrumento importante na atividade do bibliotecário, mas ressaltaram que ela não é o objeto de estudo da Biblioteconomia. Portanto o bibliotecário não precisa desenvolver software, mas precisa conhecer aplicativos e as tecnologias da informação e do conhecimento.

Para os professores, a automação de Bibliotecas faz parte de um processo tecnológico que ocorreu na Biblioteconomia. O Professor F relata a experiência que vivenciou na UnB, com a dificuldade de contratar técnicos para ensinar a disciplina de Mecanização e Automação de Bibliotecas, na década de 1970 e a interface pouco amigável do período.

Em relação à disciplina Estudos de Usuários, os Professores D e G enfatizaram sua importância na grade curricular, considerando o usuário e a sua necessidade de informação como o centro da formação bibliotecária. Houve discordância sobre o modo como essa disciplina é ministrada. Para o Professor G ela deve ser mais prática no ensino da graduação e mais teórica no ensino da pós-graduação. Enquanto, o Professor F critica o caráter teórico da disciplina na pós-graduação.

Outro ponto levantado junto aos professores foi a formação do bibliotecário. Se essa formação deveria ser mais humanística, técnica ou tecnológica. A maior parte dos entrevistados acredita que deve haver um equilíbrio entre a técnica e a característica humanística. Porém, o professor A afirmou que o bibliotecário deve ter uma formação “ [...] muito forte humanisticamente e muito forte tecnologicamente” e saber as técnicas da área.

Para a Professora B, o melhor caminho é a instituição seguir a vocação da escola, enquanto o Professor F considera que o aluno precisa ter a liberdade para cursar disciplinas que estejam dentro do seu perfil, daquilo que lhe agrada. Em nenhum momento algum professor afirmou que a formação precisa ser mais humanística ou mais técnica, como ocorreu até a década de 1940 com as escolas

do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ao contrário, o Professor G ressaltou a problemática da formação baseada apenas na técnica ou exclusivamente humanística. De acordo com a sua opinião, o bibliotecário precisa saber as técnicas e ter cultura geral, mas quanto maior o nível (operacional, tático ou estratégico) em que ele estiver na pirâmide administrativa, menos ele usará os conhecimentos técnicos e maior será a utilização da cultura geral e a aplicação da gestão de recursos.

Conforme o relato dos professores há várias tendências para a área de Biblioteconomia. Para eles, a tecnologia continuará a influenciar no futuro, mas não será o fator principal. Alguns docentes apontaram que é necessário que o bibliotecário seja um profissional reflexivo, crítico e que saiba agir politicamente para atender as demandas da sociedade.

Para o professor F, haverá um fortalecimento das bibliotecas públicas e escolares, e ele também acredita que o número de livros eletrônicos aumentará, mas isso não irá desvalorizar ou fazer com que o livro impresso desapareça. Ao contrário, o movimento do livro eletrônico fará cada vez mais que o valor do livro impresso, em especial as coleções raras, aumentem seu valor no mercado.

A Professora B, aponta que uma tendência que já ocorre na Europa e pode acontecer no Brasil é a integração do curso de Arquivologia com o Curso de Biblioteconomia. O Professor D expõe que é importante para o desenvolvimento da área que o curso aumente sua interação com equipes multiprofissionais.

De modo geral, o Professor G sintetiza as tendências apresentadas por seus colegas quando afirma que para a Biblioteconomia sobreviver é necessário que ela se adapte e evolua. Todos os caminhos apontados pelos professores serão consequência de um processo de adaptação ao meio e de evolução.

Desta forma, pode-se observar que as entrevistas contribuíram para reforçar aspectos trazidos pela revisão de literatura e pela análise dos currículos da década de 1960 e cinco currículos de 2011. Observa-se, por exemplo, na fala do Professor G que na década de 1960 as escolas adotaram o currículo mínimo, dessas algumas tinham mais disciplinas do que as mínimas estabelecidas, enquanto outras adotaram

apenas as disciplinas do currículo mínimo. Esta informação também está contida na análise feita dos currículos da década de 1960.

As entrevistas também contemplaram aspectos que não foram abordados na revisão de literatura, em especial os pontos que dependiam da opinião dos entrevistados, como por exemplo, as tendências da área e o perfil necessário para a formação do bibliotecário. De modo geral, as entrevistas contribuíram para o entendimento da trajetória do ensino de Biblioteconomia no Brasil.

Percebeu-se, na fala dos entrevistados que as tendências são positivas para a evolução da Biblioteconomia, que as disciplinas têm uma base técnica consistente, porém os entrevistados apontam a necessidade de disciplinas de cultura geral. Em relação à tecnologia, os entrevistados afirmaram que ela é importante, no entanto tem que ser vista como instrumento e não como objeto da área, pois o objeto da área é organização e difusão da informação.

Em relação ao currículo, os entrevistados afirmaram que houve uma evolução, pois no início o currículo era mais “engessado”¹⁸. Para eles, após as diretrizes curriculares as escolas passaram a ter maior autonomia para definir a grade curricular de acordo com as demandas da região.

A literatura e as entrevistas confirmam o histórico e a evolução da área em relação aos currículos, a tecnologia, as instituições que foram importantes para o desenvolvimento da área. O estudo mostra que desde a criação do curso da Biblioteca Nacional até 2011, o ensino de Biblioteconomia passou por várias etapas e processos que impulsionaram o seu desenvolvimento.

¹⁸ Termo utilizado pela Professora B

6. SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

A partir deste trabalho e das dificuldades encontradas para recolher informações sobre a padronização dos currículos do MERCOSUL, sugere-se a realização de um trabalho que trate da influência da padronização do MERCOSUL nas escolas de Biblioteconomia brasileiras.

Observa-se, também, a necessidade de um estudo semelhante ao de Russo em 1966, que analise o conteúdo curricular de todas as escolas de Biblioteconomia do país traçando o perfil de cada uma.

As sugestões apresentadas irão requerer de seus autores empenho, dedicação e ânimo perante as dificuldades para encontrar e ter acesso aos documentos necessários, no entanto a realização de trabalhos como esses trará benefícios na identificação e compreensão sob o aspecto curricular do ensino nas escolas de Biblioteconomia brasileiras.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira; BAPTISTA, Sofia Galvão. Centenário do Ensino de Biblioteconomia no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 24., 2011. Maceió. **Anais...** Maceió: FEBAB, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Diretrizes para a construção de indicadores de qualidade para a avaliação de cursos de graduação de Biblioteconomia/Ciência da Informação.** In: Oficina Regional de Trabalho Sul/São Paulo. Florianópolis, 2002. 32p. Disponível em: <<http://www.abecin.org>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

_____. **Institucional.** Disponível em: <<http://www.abecin.org>>. Acesso em 28 nov. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. **Of. Cir. 40/84.** Recife: ABEED, 1984.

AZEVEDO, Alexander Willian; ALMEIDA, Paulo Eduardo de. BIBLIOTECA 2.0: uso das ferramentas Web 2.0 na biblioteca INATEL. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em:<<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/617> > Acesso em: 13 fev. 2012.

BANDEIRA, Suelena Pinto. **Paixão que vem dos livros:** Um estudo biográfico sobre Rubens Borba de Moraes. Brasília, 1990. 308 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, 2009.

BAPTISTA, Sofia Galvão. BRANDT, Mariana Baptista. Do manuscrito ao digital: a longa sobrevivência das bibliotecas e dos profissionais envolvidos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 21-40, 2006.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Histórico.** [2011?] Disponível em:<http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11> Acesso em: 19 set. 2011

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, v.134, n.248, 23 dez. 1996. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em 1 nov. 2011

_____. Lei nº 4.084/1962, de 30 de Junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 Jul. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 1 mar 2011.

_____. Decreto 8.835/1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 14 Jul. 1911. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 Maio 2011.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parecer nº 460/82**. Currículo mínimo do curso de Biblioteconomia. Brasília, 1982. 34p.

_____. Ministério da Educação. CNE/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jul. 2001, Seção 1e, p. 50. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em: 25 set. 2011.

BURIN, Camila Koerich. **O ensino de Biblioteconomia na região sul do Brasil: análise dos projetos pedagógicos dos cursos a luz das diretrizes curriculares nacionais**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **Benjamin Franklin Ramiz Galvão**. [2010?]. Disponível em:< <http://bndigital.bn.br/200anos/ramizGalvao.html>>. Acesso em 19 set. 2011.

CALIL JUNIOR, Alberto; ALMENDRA, Gabriela de Jesus Lauzana; SILVA, Renan Leite Oliveira da. Usos e apropriações do twitter pelas bibliotecas: o caso da Biblioteca da PUC/RJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em:< <http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/589>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287p.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Bases de Dados e Bibliotecas Brasileiras**. Brasília: ABEDF, 1984. 225p.

_____. IBICT: 51 anos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 1, p.7-8, jan./abr. 2005.

_____.; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p.

DIAS, Antonio Caetano. **Tendências modernas do currículo no ensino de Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: MEC ; Biblioteca Nacional, 1964. 28p. (Coleção Biblioteconomia e Documentação, 1).

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Histórico**. Disponível em: < <http://www.febab.org.br/> >. Acesso em: 20 nov. 2011.

FEITOSA, Ailton Luiz Gonçalves. **Formação profissional e tecnologia**: estudos sobre ensino e tecnologias de informação em cursos de Biblioteconomia. 1999. 176 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação)-Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1979. 247 p.

_____. **Ser ou não ser bibliotecário**. Brasília: UnB, 1966.

_____. **Ramiz galvão, bibliotecário e bibliográfico**. Rio de Janeiro: Livro São Jose, 1963. 43p.

FURTADO, Cassia; OLIVEIRA, Lídia. Biblioteca 2.0: produtos e serviços. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em:<<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/128>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Estudos Curriculares em Biblioteconomia no Mercosul: reflexões sobre uma trajetória. In: VALENTIM, Marta Lígia (Coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: polis, 2002. p. 49-87

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Vacilações e tendências do ensino de Biblioteconomia. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 3, 19 mar. 1971.

MACEDO, Neusa Dias de. Formação integral do Bibliotecário-Documentalista brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 1963, Ceará. **Anais...** Ceará, Universidade do Ceará, 1963. Não paginado.

MARCONDES, Carlos Henrique; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. O impacto da Internet nas bibliotecas brasileiras. **Transinformação**, v. 9, n. 2, p. 57-68, maio/ago. 1997.

MARTINS, Eduardo Vieira. O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 91-100, jan./abr. 2004

MIRANDA, Antônio. Prefácio. In: CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. p. 11-16.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet De Lemos, 2006. 259 p.

MUELLER, Suzana Machado Pinheiro. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e ciência da informação. **Ci. Inf.**, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 1988.

_____. O ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Ci. Inf.**, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.19, n.3, p. 13-24, set./dez. 2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Biblioteconomia**. [2012?] Disponível em: < <http://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/cursos/curso.aspx?curs=46> >. Acesso em: 2 mar. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 287 p.

RODRIGUES, M. E. F. A pesquisa como princípio educativo na formação do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p.89-102.

ROMANELLI, Maria de Lourdes Côrtes. A Febab faz 40 anos (1949 -1999) – o que você sabe sobre ela? **R. Bras. Bibliotecon. Doc.**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 1, p. 119 – 122, 1999.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira**: Rio de Janeiro: INL, 1966. 357p.

SANTOS, Plácida L. V. Amorim da Costa. As novas tecnologias na formação do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. P.103-116.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 4-62, jan./jun. 1996.

SILVA, Iuri A. Lapa. **Um retórico na Biblioteca: o cometa Raul Pompéia**. [2010?] Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/200anos/raulPompeia.html> >. Acesso em 19 set. 2011.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. **A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil: o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)**. Brasília, 1987. 226p. Dissertação (Mestrado

em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Biblioteconomia, 1987.

SOUSA, Rainer. Jesuítas. **Mundo Educação**. [200-?] Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/jesuítas.htm>> Acesso em 20 jan. 2011.

SOUTO, Leonardo Fernandes. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 130 p.

SOUZA, Francisco das Chagas de. A ABEBD e o currículo de bacharelado em Biblioteconomia no Brasil, de 1967 a 2000. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 203-212, jan./abr. 2011.

_____. A criação da ABEBD: expectativas e caminhos adotados. **Biblios**, ano. 7, n. 25-26, Jul – Dic. 2006.

_____. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990. 116 p.

_____. O ensino de Biblioteconomia no Brasil no discurso do bibliotecário participante nos CBBDS entre 1954 e 1982: apontamentos disciplinares para a construção do currículo do curso de Biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, Centro de eventos da PUCRS, 2000. Disponível em: <<http://dici.lbict.br/archive/00000726/01/T068.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

SOUZA, Luis Antonio Lopes de. **Biblioteca Nacional: 200 anos de arquitetura**. [2010?] Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/200anos/ospredios.html>> Acesso em 19 set. 2011.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano orientador da Universidade de Brasília**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1962.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Currículo da Habilitação – Graduação: Biblioteconomia**. [2012?]. Disponível em: <<http://www.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/curriculo.aspx?cod=8222>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Departamento de Ciência da Informação. **Resolução CEPE nº 25/2005**. Reformula o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Biblioteconomia, a ser implantado a partir do ano letivo de 2005. UEL: Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/prograd/pp/documentos/biblioteconomia.pdf>> Acesso em 28 fev. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Departamento de Ciência da Informação da UFPB. **Biblioteconomia**. [2011?] Disponível em: <

<http://dci.ccsa.ufpb.br/?Gradua%E7%E3o:Biblioteconomia>>. Acesso em: 3 mar. 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Departamento de Biblioteconomia. **Graduação**: funcionamento, duração e organização curricular. [2012?] Disponível em:
<http://www.biblioteconomia.ufam.edu.br/index.php?Itemid=53&option=com_content>. Acesso em: 5 mar. 2012.

VIEIRA, Anna da Soledade. Na janela do tempo com o IBBD e Drummond: passagens, transformações e novos desafios em educação. **Ci. Inf.**, v. 24, n.1, 1995. Disponível em:< [http://dici.ibict.br/archive/00000135/01/Ci\[1\].Inf-2004-573.pdf](http://dici.ibict.br/archive/00000135/01/Ci[1].Inf-2004-573.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2011.

WALTER, Maria Tereza Teles. **Bibliotecários no Brasil**: representações da profissão. 2008. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Relatório final do projeto de pesquisa**: Origem e Fundamentos do ensino do Desenvolvimento de Coleções no Brasil, a partir da 1ª Fase do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009. 120p.

APÊNDICE
e
ANEXO

Apêndice A – Roteiro da Entrevista



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCinF)
Orientadora: Sofia Galvão Baptista
Aluna: Neília Barros Ferreira

Depoimentos de professores sobre a trajetória do curso de Biblioteconomia no Brasil.

Roteiro de Entrevista

Em sua opinião:

- 1) Como foi a evolução do currículo de Biblioteconomia no Brasil.
- 2) Quais as disciplinas que seriam essenciais para formação dos alunos do Curso de Biblioteconomia e ainda não foram criadas, ou que já foram criadas e faltam na instituição em que é professor.
- 3) A automação das bibliotecas influenciou o ensino de Biblioteconomia?
- 4) Como você vê a questão da tecnologia no currículo de Biblioteconomia atual.
- 5) Como você vê a temática de Estudos de Usuários no ensino? Em sua opinião o ensino reproduz as especificidades da área e/ou deveria ser mais teórico ou mais prático.
- 6) A formação do bibliotecário deveria ser mais humanística voltada para o social ou mais especializada em áreas do conhecimento e com aprofundamento na tecnologia.
- 7) Aponte tendências que em sua opinião, definirão ou mudarão o futuro (cenário) da Biblioteconomia.

Anexo A - Troca de e-mail com o professor Oswaldo Francisco de Almeida Junior


agens Mapas Play **NOVO** YouTube Noticias Gmail Docs Agenda Mais

oswaldo

Mover para a Caixa de Entrada Mais

TAM - Ofertas - www.tam.com.br - A Melhor Tarifa Todos os Dias! Compre passagens direto da TAM.

Harmonização Mercosul Entrada x

 **Neilia Barros** 16 fev ☆

para ofaj


Olá prof. Oswaldo,

O Prof. José Augusto me orientou a procurá-lo, pois o senhor como presidente da ABECIN poderia me ajudar.

Estou com dúvidas em relação a harmonização curricular do Mercosul.

Gostaria de saber quais são os cursos de Biblioteconomia do Brasil que seguem a harmonização do Mercosul, mas estou com dificuldades em encontrar. Sei que a UEL, UFSC e FURG seguem, existem outros? Você poderia me ajudar?

Abraços, Neilia.

 **Oswaldo** ofaj@uel.br 16 fev ☆

para mim

Neilia,
tudo certo?

Infelizmente, não tenho como lhe responder isso. Estamos agora tentando reorganizar as atividades da ABECIN. Começamos no ano passado a realizar alguns eventos visando retomarmos as discussões das diretrizes do Mercosul, incluindo a possibilidade de revisão, etc. Pelo que sei, não há nenhum trabalho que tenha se preocupado com o uso das propostas do Mercosul nas escolas da área no Brasil. Seu trabalho vai ser um pouco mais árduo: terá que contatar as escolas uma a uma. Ou, se seu trabalho permitir, trabalhar apenas com estas que você já sabe que empregaram as propostas em seus currículos.

Um abraço,
Oswaldo

De: Neilia Barros [mailto:neilia.barros@gmail.com]
Enviada em: quinta-feira, 16 de fevereiro de 2012 13:50
Para: ofaj@uel.br
Assunto: Harmonização Mercosul
